

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 77 N° 105 2018

ISSN: 0020-3890



SUMÁRIO

EXPEDIENTE

REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 49, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 73. Filiado à Comissão Internacional de História Militar

Diretor e editor da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Secretário

Cel Antônio Ferreira Sobrinho

Conselho Editorial – Diretor

Cel Av Manoel Cambeses Júnior

Membros do Conselho Editorial

Cel Antônio Ferreira Sobrinho
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
Cel Manoel Cândido Andrade Netto

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197 – Centro
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
CEP: 20.211-350
Tel (21) 2232-2691
ighmb.org.br
ighmb-historiamilitar@hotmail.com

- 3 – Editorial
- 5 – 1864-1870: uma tempestade na bacia do Prata
Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo
- 13 – Anos de chumbo e anos de ouro: erros e acertos do governo durante o regime cívico-militar
Profª Mary del Priore
- 35 – Guerra Russo-Japonesa: a preparação das Forças Armadas Imperiais do Japão
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 51 – A imprescindível modernização do aparato defensivo brasileiro
Cel Av Manuel Cambeses Júnior
- 55 – Aviação de patrulha: história e tradição de segurança e defesa nas águas jurisdicionais brasileiras
Maj Brig Ar Wilmar Terroso Freitas
- 77 – Grande Guerra: navios brasileiros afundados em Cabo Verde
Conselheiro Ricardo José Lustosa Leal
- 90 – Coreia – a guerra que nunca terminou
Prof. Guilherme Antônio Dias Pereira
- 100 – Tributo a um verdadeiro herói
Desembargador Reis Friede
- 103 – O General Bertoldo Klinger e sua Ortografia Simplificada Brasileira
Cel Manoel Cândido de Andrade Netto
- 113 – Resenha – *A Grande Guerra no Atlântico português*
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz
- 116 – Associados do IGHMB

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Os anúncios desta revista são de total responsabilidades dos anunciantes, tirando qualquer responsabilidade do IGHMB.

Editorial

Em que pese sua longa tradição, alicerçada em mais de oito décadas de funcionamento e no quilate de seus antigos sócios, como os generais Cândido Mariano Rondon e Augusto Tasso Fragoso, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil tem, nos últimos anos, manifestado a disposição em se modernizar para enfrentar as demandas e conjunturas da atualidade. Nesse sentido, em 2018 o Estatuto e o regimento Interno do Instituto foram modificados, com o propósito de torná-los mais modernos e adequados à realidade dessa primeira quadra do século XXI.

No ensejo dessa onda de modernização, apresentamos mais uma

edição da Revista do IGHMB, que, como de costume, traz uma importante contribuição para o conhecimento científico nos campos da História Militar, Geografia, Geopolítica, relações Internacionais e Estratégia.



Este nº 105 da revista traz, em sua abertura, um artigo escrito pelo Presidente do IGHMB versando sobre as causas e os processos que levaram à deflagração do maior conflito já ocorrido no continente Sul-Americano, a Guerra da Tríplice Aliança.

As conquistas e dificuldades enfrentadas pelos governos militares são objeto da análise da renomada historiadora Mary del Priore,



autora de mais de 50 livros, que analisa depoimentos de brasileiros que vivenciaram o período.

A história militar do Oriente é explorada em dois artigos. O primeiro deles faz uma abordagem acerca da preparação das forças armadas Imperiais japonesas para a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), destacando as tensões entre o Exército e a Marinha do país.

Com uma abordagem mais contemporânea, outro estudo analisa o conflito ocorrido na Península Coreana, no princípio da década de 1950, que, tecnicamente, ainda representa uma ameaça à estabilidade regional na Ásia, inclusive com a possibilidade de emprego de armas nucleares.

No campo da Geopolítica, a revista publica um artigo que ressalta a urgência da atualização e da adequação do aparato defensivo brasileiro, particularmente de suas forças armadas, tão negligenciadas pelo poder político nacional.

No espectro das relações institucionais entre civis e militares, um breve ensaio destaca o sereno papel desempenhado pelo general Villas

Boas, comandante do Exército Brasileiro, para a estabilidade do país.

No ensejo da comemoração do centenário da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), encontra-se um artigo que analisa o afundamento de dois navios mercantes brasileiros por um submarino alemão no porto do Mindelo, no arquipélago de Cabo Verde, imediatamente após o Brasil declarar guerra à Alemanha.

O presidente da Associação Brasileira das Equipagens da Aviação de Patrulha elabora uma breve história sobre esse braço da aviação de combate nacional, evidenciando sua participação na 2ª Guerra Mundial, sua atuação na segunda metade do século XX e as perspectivas para o futuro.

Finalizando nossa revista, destacamos uma detalhada pesquisa que aborda a proposta de uma ortografia simplificada, elaborada pelo general Bertoldo Klinger, que não conseguiu se afirmar na sociedade brasileira.

O editor.

1864-1870: uma tempestade na bacia do Prata

Márcio Tadeu Bettega Bergo^a

Resumo: Vivemos o sesquicentenário do maior conflito armado do continente sul-americano. Nesta rememoração dos 150 anos da guerra que opôs Brasil, Argentina e Uruguai ao Paraguai, um marco na história do continente, buscaremos entender as causas da guerra, colher ensinamentos e expor problemas atuais, que, se não receberem devida atenção, podem-se converter em fatores determinantes ou favoráveis ao surgimento de novos confrontos. A abordagem desse complexo tema deve ser multifacetada, pois uma guerra envolve aspectos políticos (suas causas e objetivos), psicossociais (vontade, coragem, ânimo), econômicos (logística), ambientais (terreno, teatro de operações) e tecnológicos (produtos e serviços oferecidos e consumidos na campanha). Todos esses sistemas são interligados em alta sinergia.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Período Monárquico.

INTRODUÇÃO

Vivemos o sesquicentenário do maior conflito armado do continente sul-americano. Nesta rememoração dos 150 anos da guerra que opôs Brasil, Argentina e Uruguai ao Paraguai, um marco na história do continente, buscaremos entender as

causas da guerra, colher ensinamentos e expor problemas atuais, que, se não receberem devida atenção, podem-se converter em fatores determinantes ou favoráveis ao surgimento de novos confrontos. A abordagem desse complexo tema deve ser multifacetada, pois uma guerra envolve aspectos políticos

^a General de Brigada. Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



(suas causas e objetivos), psicossociais (vontade, coragem, ânimo), econômicos (logística), ambientais (terreno, teatro de operações) e tecnológicos (produtos e serviços oferecidos e consumidos na campanha). Todos esses sistemas são interligados em alta sinergia.

O CONE SUL DA AMÉRICA E A GUERRA

O Cone Sul da América vivia, à época, as “contradições platinas”, pleno processo de construção dos estados nacionais. Populações havia pouco separadas de potências coloniais, Portugal e Espanha, herdaram destas as rivalidades, e o período constituiu mais uma etapa nas suas consolidações políticas. O conflito foi a ebulição de pressões acumuladas em face das diversas disputas internas e entre os próprios países ou, talvez melhor dizendo, “embriões de países”.

A região platina sofria influências de fatores vigentes no mundo na década de 1860, como conflitos em diversas partes, nos quais a

guerra era o método principal de resolução. Em adição, propagavam-se ideias liberais, a era industrial demandava recursos naturais, cresciam ideologias sociais, como anarquismo e marxismo. O colonialismo ainda era pleno em várias partes, os armamentos recebiam inovações tecnológicas, vicejavam alianças e pactos secretos. O Império do Brasil vivia o Segundo Reinado, consolidando sua unificação territorial e política.

A população era majoritariamente rural, usufruindo quase nenhuma infraestrutura. Como regime de trabalho e “motor” da economia, a escravidão. País agrícola, monocultor, tinha a cana de açúcar como principal produto, porém com sinais da ascensão da lavoura cafeeira. Com incipiente crescimento econômico, assistia a um princípio de construção de estradas de ferro e estabelecimento de empresas industriais, bancos e companhias de navegação.

A Argentina era uma república em unificação, recém-saída de um conflito entre Buenos Aires e *La*



Confederación. Dirigida na realidade por elites oligárquicas, sua política se dividia entre liberais (*unitarios*) e autonomistas (*federales*). O novo governo tencionava consolidar o estado centralizado, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos *blancos* uruguaio e pelo Paraguai. A economia girava em torno da criação de ovelhas (lã) e de gado. O Uruguai se encontrava em guerra civil entre *blancos*, proprietários rurais, que eram contra o Brasil, e *colorados*, comerciantes liberais, a favor do Império.

Após a unificação da Argentina em torno de Buenos Aires (que também dava suporte aos *colorados*), o governo paraguaio proclamou apoio aos *blancos*: qualquer intervenção, brasileira ou argentina, resultaria em guerra.

O Paraguai era um país isolado, agrícola e atrasado, que vivia sob um regime autoritário. A burguesia mercantil desejava uma república única, semelhante ao antigo Vice-Reinado do Prata. A navegação no rio Paraná somente foi liberada pela Confederação Argentina em 1852.

Quando Francisco Solano López assumiu o governo, pensou em tornar seu país uma potência regional, com acesso ao mar por Montevidéu. Argumentando a defesa da independência uruguaia, firmou aliança com os *blancos* uruguaio e os *federales* argentinos.

A intervenção brasileira em apoio aos *colorados*, que tomaram o governo uruguaio em 1865, lhe deu o pretexto que buscava para se lançar a uma luta para a qual já se preparava havia algum tempo. A guerra, então, eclodiu. Não era esperada nem desejada pelo nosso país; a vitória brasileira era pensada como rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países. Ela também eliminaria ameaças à livre navegação e permitiria depor Solano López.

O nosso Exército era pequeno, mal equipado e mal adestrado. O governo central nele pouco investia, dedicando-lhe poucos recursos, deixando mesmo de arcar com o fornecimento básico para seu funcionamento.

O recrutamento era forçado, sendo que as praças provinham das



classes mais baixas, constituindo-se em verdadeira escória social.

Em um processo de divisão do poder, a Guarda Nacional gozava de maior prestígio. Com recrutamento censitário (seus membros e clientes pertenciam às elites), era presença regional sob a autoridade das oligarquias locais. Era autofinanciada e recebia melhores recursos. No esforço da guerra, foram criados os corpos de Voluntários da Pátria e verificados recrutamentos de escravos.

Em paralelo, a Armada Nacional (como era denominada a Marinha de Guerra, na época), era poderosa e mais moderna. Disponha de 42 navios e de 4.000 homens bem treinados. Estava, em sua maioria, estacionada no rio da Prata, em consequência dos conflitos anteriores na região.

A CAMPANHA

O conflito aconteceu em regiões remotas, longe dos grandes centros, em completa ausência de infraestrut-

tura e comunicações bastante precárias. O ambiente era extremamente inóspito, principalmente para os brasileiros provenientes de regiões de clima mais quente. O apoio logístico era bastante difícil, demandando transporte, alimentação, alojamento, água (para consumo humano e animal, além de serviços como cozinha, limpeza etc.), fardamento, equipamentos, armamento, munição, saúde, coleta de mortos e sepultamento, entre muitas outras necessidades.

Uma peculiaridade da época era que as tropas marchavam acompanhadas por significativo contingente civil, como famílias (esposas e crianças), mulheres (que realizavam trabalhos variados e prestavam assistência), profissionais de saúde, comerciantes diversos etc. Os animais eram outra preocupação de vulto, exigindo cuidados, pastos, água, forragem (milho, alfafa) e medicamentos. Estes compreendiam cavalos (“ferramentas” de combate), muares (carga e tração de veículos e canhões) e bovinos (conduzidos vivos, para serem abatidos e usados na alimentação).



As grandes “armas” foram a resignação, a sobriedade e o patriotismo. Era o ardor do brasileiro a lutar pela sua pátria! A rotina das operações impôs acampamentos de longa duração. Havia exploração dos recursos locais, pelas próprias forças, mais ou menos como nas guerras da antiguidade. Vegetais eram colhidos no local, inclusive com elevado consumo de frutos não amadurecidos. A água era proveniente dos rios e córregos, de fontes e de poços. Havia filtros improvisados, com lonas, ou utilizava-se o processo de decantação. Tudo isso acarretava um elevado número de doenças gastrointestinais.

O combustível principal era a lenha, captada nas matas. Quando possível, fazia-se o preparo de carvão vegetal, para substituir o mine-

ral, que era importado. As necessidades fisiológicas eram satisfeitas no mato. Tudo acontecia sem grandes preocupações ambientais. Considerável parcela dos artigos era entregue por fornecedores contrata-

dos, principalmente argentinos. Estes apresentavam um fluxo irregular, resultante das disponibilidades e da sua boa (ou má!) vontade. Os preços eram muito variáveis, decorrentes de fatores como distância, época do ano, local de entrega etc. Eram feitos

afretamento de barcos e carretas (“comitivas”) e organização de tropas de cargueiros, com contratação de peões e condutores.

No afã logístico, a atuação da Marinha foi crucial: todo o transporte da Corte até o Prata era marítimo. Na região, os rios (Paraguai e Paraná) eram os eixos de suprimento, as embarcações se conver-



Soldados brasileiros na Guerra da Tríplice Aliança



tiam em transporte, depósitos e “bases”, os ancoradouros se configuravam em terminais de transferências para carretas.

CONSEQUÊNCIAS

Um dos principais resultados dos conflitos armados – fora as perdas de vidas e os sofrimentos a que são submetidos tanto os combatentes como as populações atingidas – é o elevado custo em materiais/serviços e em perdas por destruições patrimoniais. A campanha da Tríplice Aliança custou caro, e quem “pagou a conta” foi o Império Brasileiro ou, em última instância, seu povo. Estima-se um gasto total de aproximadamente onze vezes o orçamento anual do Império, ou o dobro das receitas a cada ano. O resultado foi um brutal endividamento, coberto por meio de aumento nos impostos e de empréstimos.

Outras consequências fazem desse episódio um enorme campo de estudos e de coleta de ensinamentos. Ocorreu fortalecimento e maior prestígio do Exército e da

Marinha, desencadeou-se o processo do fim da Guarda Nacional e se consolidaram a unificação e o sentimento de nacionalidade no âmbito da população brasileira. No campo político, desgaste do regime monárquico, com incremento do abolicionismo, e se verificou aumento na recepção de imigrantes. Confirmou-se a necessidade de integração do extremo Oeste, então isolado. O Paraguai perdeu territórios para a Argentina e o Brasil. Paraguai e Uruguai foram consolidados como estados-tampões entre o Brasil e Argentina, que rivalizam no Prata. Na Argentina, consolidou-se o estado centralizado. E nesse país se verificaram os maiores ganhos financeiros, pelos comerciantes que atuaram na guerra. Chegou-se a pilheriar, com a alcunha “rio do Ouro” sendo aplicada ao rio da Prata.

ENSINAMENTOS

Decorrem 150 anos daqueles tempos tempestuosos... e agora?



Os desafios são portentosos: precisamos reduzir as desigualdades (em oportunidades, educação, emprego, renda), recuperar e modernizar a infraestrutura do país, buscar inovação e desenvolvimento científico-tecnológico, além de combater a corrupção e a impunidade. Há que se resgatar o orgulho nacional!

É imprescindível, também, cooperar para a paz e o entendimento entre as nações, não se esquecendo, contudo, de fortalecer o poder militar, impossível sem adequada base industrial de defesa. Se naquela época as causas das guerras eram disputas territoriais e desentendimentos políticos, o mundo atual não mudou muito, e o que não falta são fontes de conflitos. Os maiores obstáculos à paz se apresentam embutidos em nacionalismos atávicos, políticas extremistas, movimentos populistas e ações de organizações criminosas, além do terrorismo, dos conflitos urbanos de baixa intensidade e fluxos migratórios, frutos de miséria e pobreza.

As nações sofrem com tensões sociais, étnicas e religiosas, temos

mudanças climáticas, com previsível falta de água e alimentos, disputas por matérias-primas, crises de energia. Os recursos naturais são finitos e distribuídos desigualmente, sendo consumidos em escala superior à capacidade de o planeta se recuperar. O domínio de tecnologias de ponta é uma competição ferrenha, e os instrumentos de conexão, em especial a internet, fazem com que os ânimos se alternem e alterem em ondas rápidas e não sincronizadas.

Completando o quadro, cada vez mais ocorrem ações bélicas estratégicas informatizadas. No mundo atual, os perigos têm propagação veloz, enorme amplitude geográfica e atuação em conjunto. Quanto ao nosso espaço, o sul-americano, este segue cheio de incertezas. Há debilidades no processo de integração, a presente crise financeira traz, entre as principais consequências, elevado senso de autopreservação.

A visão nacional prevalece em detrimento da visão regional, notando-se certa postura ideológica nos organismos regionais. Ainda



subsistem, mesmo que poucos, ranços do passado e ideias revanchistas. Sofremos com debates ideológicos ultrapassados, má distribuição de renda e, finalmente, ameaças de catástrofes naturais.

O Brasil prossegue com sua estratégia de cooperação, esperando-se, dos irmãos sul-americanos, posturas semelhantes e compatíveis, em um processo de salutar convivência, em busca de uma zona de paz sul-americana.

Vizinhos devem ser espaços de confraternização e de trocas comerciais benéficas a todos. Queremos pontes e vias que nos liguem e não muros ou cercas que nos mantenham apartados! Contudo, para se conquistar e manter a paz é necessário preparo para a guerra. Além de estudá-la profundamente, há que se investir permanentemente em aperfeiçoamento de pessoas e no desenvolvimento de meios materiais. Forças de Defesa (aí se incluindo as Forças Armadas, as polícias e demais entidades de segurança) são garantia de paz e segurança, são instrumentos de dissuasão e de prevenção. Elas não se improvisam,

devem ser mantidas aprestadas e motivadas. Corolário ancestral dita que “Um exército pode passar um século sem ser empregado; mas não pode ficar um dia sem estar preparado”.

Como diziam os antigos romanos, *si vis pacem, para bellum* “se queres a paz, prepara-te para a guerra”.

BIBLIOGRAFIA

BERGO, Marcio T. Bettega. *Explicando a guerra. Polemologia: o estudo dos conflitos, das crises e das guerras*. Rio de Janeiro: DECEX/CEPHiMEX, 2013.

_____. A Guerra da Tríplice Aliança - 1864/1870: contextualização, antecedentes, operações, consequências e ensinamentos. *Anais do VII Encontro Internacional de História Sobre as Operações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2015, p. 131-149.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Anos de chumbo e anos de ouro: erros e acertos do governo durante o regime cívico-militar

Mary del Priore^a

Resumo: É consenso entre historiadores que os raciocínios simplificados que separam quem estava do lado da resistência dos que estavam do lado da repressão, durante o regime militar que presidiu o país de 1964 a 1985, não se sustentam. Do livro bem-humorado de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* à descrição das atrocidades repertoriadas no *Brasil: nunca mais*, inúmeras publicações, no passado, alimentaram o debate, fazendo crer que houve resistência da sociedade. Essa dimensão, porém, oculta outra igualmente importante. A de que embora os militares tenham sido protagonistas da ditadura, ela não foi obra exclusivamente sua. É um equívoco histórico, torná-los bodes expiatórios e dizer que eles foram únicos responsáveis pelos “anos de chumbo”.

Palavras-chave: Governos militares, terrorismo, guerrilha urbana

Poder-se-ia falar, sim, em relações complexas com a situação em que se vivia. Se houve tendência a aceitar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins tornadas de algum

modo inevitáveis, hoje, inúmeras pesquisas sobre o muro de silêncio que pairava sobre milhares de civis que sustentaram o golpe, começam a ser reveladas. Impossível não ver as multidões que apoiaram a revolução que se instaurou em nome da

^a Historiadora, professora e escritora. Pós-doutora em História e autora de mais de 50 livros.



democracia e contra a corrupção que a vassoura de Jânio Quadros não conseguiu limpar. Ou, não ver que as “esquerdas revolucionárias” não eram, de modo algum, apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos. Tinham, pelo contrário, um projeto de assalto ao poder, embora hoje, numa “reconstrução histórica” se queiram como parte da “resistência democrática!”

Para mim houve uma REVOLUÇÃO. Os brasileiros estavam pedindo mudanças. Também chamaria Revolução Civil-Militar”, definiu a dona de casa Cleusa Arantes. E ela completa: O apoio ao golpe militar em Minas foi quase total pelas classes mais pobres, estudantes e professores e os grandes políticos da época. [...] No interior de Minas também a maioria apoiava o golpe militar.

As palavras da dona de casa refletem a tese da presença de uma frente social e política ampla, reunida para depor Goulart. Para essa gente, não houve “golpe”, mas, “revolução”. Luís Inácio Lula da Silva, então com 18 anos e empregado da

Metalúrgica Independência, em São Paulo também achou que

o golpe era uma coisa boa, pois trabalhava com várias pessoas de idade. E para elas o Exército era uma instituição de muita credibilidade. Eu via os velhinhos comentarem: Agora vão consertar o Brasil, agora vão acabar com o comunismo. Essa era minha visão na época,

contou ao historiador Ronaldo Costa Couto. O cineasta Sílvio Tendler, nunca esqueceu:

carros buzinando e as pessoas comemorando como se fosse a Copa do Mundo. Eles celebravam a partida de Jango para Brasília.

Um processo radical na condução da economia tal como proposto nas Reformas de Base, afetaria os privilégios recém-conquistados da classe média, numa sociedade já muito desigual, onde a lembrança da pobreza era fresca. Por que deixar para trás as conquistas econômicas ou distribuí-las com quem não se conhecia? A reforma urbana, por



exemplo, implicaria na desapropriação de imóveis, assustando os que viam em sua aquisição, uma alternativa de renda no futuro. Mas se a preparação do golpe teve a participação de banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos magistrados e classe média, em março de 1964, sobressaíram-se os militares.

Apesar de diferenças na orientação política ou das queixas quanto à situação econômica, historiadores veem três razões consensuais para sua participação e liderança: o caos administrativo e a desordem política; o perigo comunista; os ataques à hierarquia militar. Em sua maioria, os militares não tiveram liderança destacada nos preparativos. Mas, foram essenciais na implementação e manutenção do regime. O que historiadores conceituam como “golpe civil e militar” foi empreendido sob a bandeira defensiva. Não para construir um novo regime, mas para salvar a democracia, a família, o direito, a lei, a constituição, enfim, os fundamentos do que se considerava uma civilização ocidental e cristã. Somava-se a isso, a

ideia do combate à corrupção, crescente desde o governo JK. A classe média que votara em Jânio, para eliminá-la, depois, se decepcionou, e recebeu os militares, portadores da ordem, de braços abertos.

A facilidade em derrubar Jango pode passar a ideia de militares como grupo coeso e disciplinado. Na verdade, foi o oposto. Quando as tropas do general Olympio Mourão partiram de Juiz de Fora, em direção ao Rio, os próprios conspiradores foram pegos de surpresa. As forças armadas estavam divididas. Por um lado, Jango contava com oficiais fiéis, soldados e suboficiais esquerdistas que vinham ameaçando a hierarquia militar. Do outro lado, no campo conservador, a elite saída da Escola Superior de Guerra juntava-se ao IPES para conspirar contra Jango. Já os oficiais de média e baixa patentes se preocupavam em lutar contra o comunismo. Eram considerados como “a linha dura”. O plano dos generais Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel era coordenar uma rede de militares golpistas. Tropas de MG e SP marchariam para o Rio



e lá tomariam o ministério da guerra. Só que o núcleo mineiro se exaltou antes da hora. O General Mourão não quis ficar fora da história e, com o apoio do governador Magalhães Pinto, marchou para o Rio no dia 31 de março, mais de uma semana, antes do combinado.

A falta de reação do governo de Jango e dos grupos que lhe davam apoio foi notável. Não se conseguiu, por exemplo, articular uma reação dos militares legalistas. Também fracassou uma greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em apoio ao governo. Em busca de segurança, Goulart viajou no dia 1º de abril, do Rio de Janeiro, onde se encontrava, para Brasília e em seguida para Porto Alegre, onde Leonel Brizola tentava organizar a resistência. Apesar da insistência de Brizola, Jango desistiu de um confronto militar e seguiu para o exílio no Uruguai, de onde só retornaria ao Brasil para ser sepultado, em 1976. Antes mesmo de Jango deixar o país, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, já havia declarado vaga a presidência da República. O

presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência, conforme previsto na Constituição de 1946 e como já ocorrera em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. O poder real, no entanto, encontrava-se em mãos militares.

Na desordem que se seguiu a derrocada de Jango, houve uma disputa surda entre lideranças que compunham a complexa frente social e política. No dia 2 de abril, o general Costa e Silva enviou uma notificação a todos os comandos militares informando-os que, em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo, assumiria o comando do Exército. Desse modo, Costa e Silva autoneomeava-se Comandante-em-Chefe do Exército, cargo habitualmente exercido pelo Presidente da República. Ele, também, organizou, no dia 2, o "Comando Supremo da Revolução", composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Mari-



nha) e ele próprio como representante do Exército e homem-forte do triunvirato.

A falta de resistência ao golpe não deve ser vista como resultado da derrota diante de uma bem-articulada conspiração militar. Foi clara a falta de organização e coordenação. Mais do que uma conspiração única, centralizada e estruturada, a imagem mais fidedigna é a de "ilhas de conspiração", com grupos unidos ideologicamente pela rejeição da política pré-1964, mas com baixo grau de articulação entre si. Não havia um projeto de governo bem definido, além da necessidade de se fazer uma "limpeza" nas instituições e recuperar a economia. O que diferenciava os militares era a avaliação da profundidade necessária à intervenção. Os que apoiaram a "revolução" justificaram seus atos afirmando que seu objetivo era restaurar a disciplina e a hierarquia nas Forças Armadas, destruindo o "perigo comunista" que pesava sobre o Brasil. Eles também acreditavam que o regime democrático instituído

no Brasil, após 1945, não fora suficiente para se contrapor a esse "inimigo".

Ordem, paz, anticomunismo e cristianismo eram palavras de ordem. Em nome delas, nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como a União Nacional dos Estudantes, a Confederação Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) - conta o historiador Celso Castro. Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e casos de tortura foram comuns, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e violentamente arrastado pelas ruas de Recife.

Os militares, no entanto, sempre enfatizaram, e com razão, o fato de que "não estavam sós". Isto é, que a "revolução" de 1964 não foi de sua exclusiva iniciativa, e sim resultado da confluência e do apoio de importantes segmentos da socie-



dade civil, preocupados com a possibilidade de que a esquerda conquistasse o poder no Brasil. Ficou evidente, então, uma característica que permaneceria durante todo o regime militar: a busca de preservar a unidade por parte dos militares no poder, apesar da existência de conflitos internos nem sempre bem resolvidos. O medo de uma "volta ao passado", ou de uma ruptura no interior das Forças Armadas, sedimentou os 21 anos em que a instituição militar permaneceu no controle do poder político. Mesmo desunidos internamente em muitos momentos, os militares demonstrariam um considerável grau de união sempre que vislumbrassem alguma ameaça "externa" à "Revolução". Nas palavras do General Carlos Alberto da Fontoura:

O objetivo da revolução não era durar vinte anos. Quando começou a luta armada, a revolta armada contra a Revolução, a coisa mudou de figura. Foi isso que nos fez mudar.

Mas ouçamos a classe média:

Eu não participei de quase nada, em pessoa, igual a 99% dos cariocas. O que vi naqueles primeiros dias de abril de 1964, se é que vi alguma coisa, não entendi. Eu tinha noção de que tramavam algo, porém isso faz parte da política. Sempre tramam,

ponderou o fiscal de alfândega carioca Emilio Guilayn. Ou, em Itabuna, interior da Bahia, o relato da então menina, Lizir Arcanjo:

Em março de 1964, eu tinha onze anos. Morava numa chácara longe do centro da cidade. As notícias chegavam pelo rádio de pilha que papai ouvia, mas não comentava. [...] certo dia, entrou a diretora na sala e disse que ia passar um dever de casa. Teríamos que escrever sobre a revolução de 1964. Como não sabia de nada nem meu pai soube me ajudar, respondi que não havia encontrado o assunto nos livros que tinha. Muito mais tarde viria a refletir que se tratava, na verdade, de uma investigação sobre o que se comentava nos lares.

Frente ao risco de "cubanização", a "revolução" foi saudada por importantes setores da sociedade



brasileira. Vários governadores de estados como Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe civil militar também foi recebido com alívio pelo governo norte-americano, satisfeito de ver que o Brasil não seguia o mesmo caminho de Cuba. Os Estados Unidos acompanharam de perto a conspiração e o desenrolar dos acontecimentos, principalmente através de seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, e do adido militar, Vernon Walters, e haviam decidido através da secreta "Operação Brother Sam", dar apoio logístico aos militares, caso estes enfrentassem uma longa resistência por parte de forças leais a Jango.

O ciclo de presidentes militares teve início. No dia 21 de outubro de 1965 foi promulgado o AI-2, determinando eleições indiretas para presidente e dissolvendo todos os par-

tidos existentes, desde 1945. Renasceram tempos de conservadorismos, quando o país estremunhava para se livrar deles. A capa de O Cruzeiro com o General Castelo Branco e sua esposa, mais pareceria um medalhão pintado no século XIX: o homem sentado, a mulher de pé. Sem sorrisos. Olhar fixo para a câmara. Uma imagem de severidade para o futuro. A do patriarca que zela, protege e por vezes, asfixia. Esse olhar parecia pairar sobre a sociedade.

Os atos institucionais endurecendo o regime foram sancionados antes da radicalização da esquerda, relativizando as palavras do general Fontoura, mas, atestando o medo que se tinha da cubanização. O governo nascido em 1964 foi definido certa vez, por um famoso político, como o "Estado Novo da UDN". Definição que teria razão de ser. Pois durante duas décadas, políticos udenistas, representantes de parcelas importantes das elites empresariais e agrárias dificilmente obtinham mais de 30% de apoio dos eleitores. Por meio do regime, eles puderam programar várias de suas



propostas em matéria de política econômica, como a diminuição do valor real dos salários e a abertura da economia aos investimentos estrangeiros. Importante: a aliança entre udenistas e militares assegurou o impedimento de um modelo fascista, uma vez que os primeiros eram formalmente democratas liberais e, cabe lembrar, admiradores da sociedade norte-americana.

O novo governo queria um alinhamento estratégico com os EUA, para integrar o Brasil no chamado mundo ocidental sob a batuta do Tio Sam. O liberalismo adotado pretendia uma redução drástica do Estado e uma abertura igualmente radical ao capital internacional, arrasando as limitações desejadas pelo governo Goulart. Adotou-se o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) afinado com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional para debelar a crise econômica. A inflação, beirando os 80% e o baixo crescimento de 1,6% registrados em 1963 pediam medidas monetaristas ortodoxas: corte de gastos públicos, contenção de crédito, arrocho de salários. Em suma,

saneamento financeiro. Havia um projeto ambicioso de constituir um mercado de capitais, incentivar as exportações e atrair investimentos de capitais privados. As empresas estrangeiras, concessionárias de serviços públicos, tiveram seus ativos negociados. Ofereceram-se, ainda, amplas garantias ao capital de risco, uma nova lei de remessa de lucros e reescalonamento das dívidas com os bancos privados e as instituições internacionais, afastando o fantasma da moratória. Ainda, a aliança com os EUA traduziu-se num congelamento das relações com o mundo socialista, hostilidade à revolução cubana e envio de um contingente de homens para a invasão da República Dominicana, como parte da força militar interamericana.

Os problemas, porém, começaram a surgir. Os investimentos de capitais internacionais não apareceram e a política econômica não apresentou resultados positivos. A inflação baixou, mas não foi domada: 86%, em 1964; 45% em 1965; 40%, em 1966. O crédito es-



casso enfraquecia o comércio e a indústria. O arrocho salarial oprimia os assalariados que não obtinham reajustes compatíveis com a inflação. O governo ia mal das pernas e a sociedade, controlada pelas forças da repressão, mostrava-se insatisfeita. Não se abandonou a tradição intervencionista do Estado nem o ideário de planejamentos. Foi criado o Banco Nacional da Habitação e um super-Banco-Central destinado a supervisionar a circulação do dinheiro. Para além da economia fraca, o descontentamento popular resultava das cassações e dos IPMs e censura truculentos. Nas grandes capitais, em reunião, passeata ou manifestação ouvia-se “Abaixo a ditadura!”.

Políticos que apoiaram a revolução como Lacerda e Magalhães Pinto começaram a se preocupar com as eleições. Era preciso mudar o jogo. Pediu-se a substituição do ministro Roberto Campos, do Planejamento e Octavio Gouveia de Bulhões, da Fazenda. Trabalhadores urbanos e rurais permaneciam em silêncio. A maioria parecia aco-

modada ou lutando pela sobrevivência em condições difíceis. Entre os intelectuais de esquerda predominava a ideia de que o governo dos “gorilas” teria um limite e que se caminhava para uma “teoria do impasse”, ou seja, as massas populares desiludidas passariam a posições radicais e revolucionárias capazes de “transformar os Andes numa Sierra Maestra”.

A extinção dos partidos, em 1965, ensejara a criação de duas novas agremiações: a Arena ou Aliança Renovadora Nacional e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro. O primeiro se estruturou nacionalmente, ramificando-se nos estados e municípios, dando cobertura ao regime em diferentes níveis. O segundo abrigava os grupos que lutavam pela normalidade democrática, embora sem nenhum programa radical. Em fevereiro de 1966 nasceu o AI-3, definindo eleições indiretas para governadores, eleitos por um colégio de deputados estaduais. Prefeitos das capitais estaduais, por sua vez, seriam indicados pelos governadores e aprovados pelas respectivas Assembleias Legislativas.



As novas eleições presidenciais foram fixadas para outubro de 1966, quando eleito o general Arthur da Costa e Silva, representante do grupo “linha dura”. As eleições para o Congresso tiveram lugar em novembro e dezembro, e seus membros convocados para a realização de uma nova Constituição para o país, aprovada e promulgada no dia 21 de janeiro. No dia 15 de março de 1967, Costa e Silva tomou posse e os Estados Unidos do Brasil passaram a ser chamados de República Federativa do Brasil. Em meados de julho, morreu o general Castelo Branco num desastre aéreo no Ceará.

O governo Costa e Silva prometeu diálogo, respeito aos valores democráticos e proclamou “A meta do meu governo é o homem”. Apos-tou no desenvolvimentismo dando um basta à impopularidade. O novo ministro da Fazenda, Delfim Neto, passou a enfatizar a queda nos juros e a ampliação do crédito e dos incentivos à exportação. Em 1967, o país reagia. Crescia 4,8%. No ano seguinte, dobrou: 9,3%. A atividade industrial batia 15,5% liderada pela

construção civil, com 17% de crescimento. As condições internas e externas do país ajudavam, baseadas na demanda reprimida, ociosidade do parque industrial, finanças externas saneadas pelo governo anterior e um boom espetacular do mercado internacional, cujo comércio crescia a 18% ao ano. Se foram esses anos de chumbo, como lembrou Daniel Aarão Reis, foram também anos de ouro, pois a partir de 1968 retomou-se o crescimento econômico. Até 1973, o país apresentaria taxas elevadas de desenvolvimento industrial, superando mesmo os 10% ao ano.

Ampliava-se o mercado de consumo de produtos industriais, sobretudo, de automóveis. A ditadura contava com a aprovação popular. Mas, contava, também, com a resistência da oposição.

Até então, tudo pareceu fluir sem asperidades: o governo tinha de levar leis para serem apreciadas no Congresso e as pessoas podiam responder a processos criminais em liberdade. Esperava-se que os militares promovessem eleições. Com humor, o jornalista Adirson de Barros



chamava à atenção para um adjetivo que passou a frequentar as conversas: “subversivo”. A palavra detornaria uma verdadeira caça às bruxas e se tornou sinônimo de quem estivesse contra o governo. Quantas interpretações para as mesmas letras:

Há os mais variados tipos de subversão e este país está repleto de subversivos. Lacerda quando exerce o direito democrático de espancar governos e sistemas de governo vira subversivo. Quando o fazendeiro Alarico Teixeira, fecha seus engenhos para não pagar o salário-mínimo rural aos seus trabalhadores é subversivo, pois está agravando a tensão social [...] assim concluímos que quase todos somos subversivos, uns perigosos, outros menos, ainda outros da esquerda, muitos da direita, uns amorosos, outros incompreendidos, tantos patriotas – mas subversivos.

O humor negro do jornalista convivía, porém, com fatos: de janeiro a dezembro de 1967, guerrilheiros ou “subversivos” praticaram pelo menos vinte assaltos a banco e automóveis, execuções, ataques a

quartéis e atentados a bomba que resultaram em nove mortes e causaram ferimentos em soldados, seguranças de banco, motoristas e gente que passava nas ruas. Sem contar as “barbeiragens”: a execução de um major alemão por engano e de um capitão americano, na frente da família. Importante: a opção pela luta armada, o desprezo pela luta política e pela participação no sistema político e a simpatia pelo foquismo guevarista antecederam o AI-5, quando de fato houve o fechamento do regime.

No dia 13 de dezembro de 1968, teve início aquela que é considerada pelos historiadores a fase mais dura da Ditadura Militar. O AI-5 dava ao presidente o poder de cassar mandatos, intervir em estados e municípios e suspender direitos políticos de qualquer pessoa. Além disso, a tortura foi liberada em resposta às várias manifestações de rua. Também foi suspenso o Habeas Corpus para crimes políticos e proibidos os protestos. Porém, o Jornal do Brasil conseguiu manter o



bom humor na edição do dia seguinte. Na rubrica meteorologia anunciava:

Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por ventos violentos. Máxima: 38 graus em Brasília. Mínima: 5 graus em Laranjeiras.

No início dos anos 70, embalado pela vitória da Arena, partido que apoiava o governo nas urnas, o general Emílio Garrastazu Médici, presidente empossado em 1969, lançou a campanha “Brasil, grande potência”. Com a abertura da rodovia Transamazônica, o país revivia a euforia da construção de Brasília. Lutava-se, nessa época, contra o elevado custo de vida. Jornais e revistas convidavam o consumidor a combater os preços altos, pelo boicote dos produtos. As donas de casa se queixavam: o dinheiro “não chegava”. Pechinchar, comprar produtos sazonais e não pagar preços exagerados era a recomendação do Instituto Superior de Cultura Feminina

enquanto o governo perseguia comerciante e redes de varejo que tentassem dar “tacadas” nos preços.

O governo Médici instalou-se, porém, em um vasto canteiro de obras. Criou-se, então, uma agência própria de propaganda para, apesar das geladeiras vazias, martelar slogans otimistas: “Ninguém mais segura este país”, “Brasil Potência emergente”, etc.

A conquista do tricampeonato mundial de futebol no México consagrou a celebração patriótica. O Maracanã ovacionava Médici que ouvia os jogos com rádio de pilha colado ao ouvido. Sua popularidade era altíssima embalada pela música sertaneja que enchia os ares. Mas apesar de alguns êxitos, como disse o próprio general Médici, e “embora a economia estivesse bem, o povo, ou pelo menos grande parte dele, ia mal”.

Entre os acertos do governo destacou-se o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do servidor Público (PASEP) para trabalhadores de empresas privadas e públicas. E o FUNRURAL, Programa de



Assistência ao Trabalhador Rural que estabelecia salário mínimo e aposentadoria para homens e mulheres do campo. Embora pequena, a ajuda minorava a miséria extrema em que viviam muitas famílias. O Projeto Rondon levava estudantes universitários para efetuar serviços voluntários de assistência social, junto com o Exército. Multiplicaram-se sindicatos urbanos e, entre 1968 e 1978, eles cresceram em 65%. Nas áreas rurais, os sindicatos aumentaram em 200%: uma máquina burocrática envolvendo milhares de pessoas.

Outros programas não engrenaram: o de integração nacional, prevendo a construção da Transamazônica que levaria do Norte ao Nordeste ao Peru e ao Equador e a instalação de milhões de sem-terra em agrovilas acabaria em fracasso. O mesmo aconteceu com o projeto de erradicar o analfabetismo. O Movimento Brasileiro de Alfabetização, Mobral, cuja meta era alfabetizar 8 milhões de adultos, entre 1971 e 1974, foi deixado de lado. Também infrutífero foi o Plano Nacional

de Saúde. Mas como a gente simples viveu esse balanço? Valterian Mendonça revela que, apesar do fracasso, a estrada que rasgou a floresta impactou, graças aos trabalhadores migrantes, o cotidiano e o consumo de famílias, longe da Amazônia:

Recordo que causou alvoroço na vila onde morávamos a decisão que meu pai tomou de ir trabalhar na construção da Transamazônica. Era uma obra gigantesca, alardeada pela propaganda do Governo, que interligaria o Nordeste do Brasil ao extremo Oeste da Região Norte desbravando as selvas. Havia muita expectativa e temor: falava-se em índios selvagens, animais ferozes, jacarés. Haveria grandes perigos, cogitava-se. Para lá seguiu meu pai retornando para Fortaleza, em férias, a cada seis meses. Ao retornar, trazia novidades: "causos" vivenciados ou que lhe haviam sido relatados e material da Zona Franca de Manaus (onde fazia compras, antes de pegar o avião para Fortaleza). Trazia rádios portáteis, toca-fitas, relógios, calculadoras e calças jeans (a famosa "calça Lee", americana, era um sucesso).



O fechamento político ocorreu paralelamente à prosperidade econômica. O capitalismo brasileiro “avançava com botas de sete léguas”, assinalou Aarão Reis. O

Expandiram-se rodovias e complexos hidrelétricos. Constituiu-se um sistema bancário equivalente ao que havia de mais sofisticado no mundo. No campo, o pro-



O presidente Emílio Garrastazu Médici

PNB surpreendia: 9,5% em 1970; 11,3% em 1971; 10,4% em 1972; 11,4% em 1973. A indústria automobilística, a de eletroeletrônicos, a construção civil bombavam com taxas de crescimento de até 20% ao ano. As exportações tiveram um aumento de 32% ao ano. Surgia ainda uma inovadora indústria petroquímica, enquanto se desenvolviam as telecomunicações, integrando o país.

Um projeto reformista, fundado na redistribuição de terras e nas unidades familiares cedeu lugar a grandes unidades agrícolas mecanizadas, favorecendo o aparecimento de culturas como a soja e os cítricos. Na pauta das exportações, surpreendia o crescimento de manufaturados. Na tradição varguista, o Estado voltava a incentivar, regular, financiar e proteger, reforçando o papel das empresas estatais.



Além da já musculosa Petrobrás, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, também ganhavam forças Eletrobrás e a Siderbrás, holding de aço. Através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, (BNDE), do Banco do Brasil (BB) do BNH e da Caixa Econômica Federal arbitravam-se fusões e associações de empresas. Prosperou uma classe de funcionários que circulava entre empresas públicas e privadas, ganhava dinheiro e apoiava o governo. Também se multiplicaram as oportunidades para negros e mulatos que já as consolidavam há tempos, vistos doravante nas diretorias e gerências das estatais, nas universidades e na iniciativa privada. Era como reviver os anos JK em que uma aliança de interesses se formou entre empresas privadas e capitais públicos.

Quando, em 15 de março de 1974, Médici terminou o mandato, a avaliação da imprensa era positiva refletindo a mentalidade da classe média. Segundo o jornalista Joaquim José Freire Lagreca, de *O*

Cruzeiro, em todas as áreas do governo se teriam adotado “medidas arrojadas”. No setor educacional cresceram em 33% as matrículas de primeiro grau, 63%, as de segundo e 1405% as de nível superior. Tal investimento na educação teriam sido superiores aos dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França. A produção de aço aumentou 43% e a de alumínio 17%, a de cimento 85%, a de zinco 260%, e a indústria mecânica e elétrica 160%. No setor de habitação, um milhão de novas moradias teria saído do chão e a previsão, até 1980 era de cinco milhões. A renda per capita do brasileiro passou a 500 dólares, sendo que no Centro-Sul e Sul atingia mil dólares. Em 73, a expansão do crédito fora de 40%. O Banco Nacional de Desenvolvimento cresceu 40% e a balança comercial apresentou um superávit de 200 milhões. A inflação caíra de 84% em 1964 para 15,37% em 1973. A integração nacional se tornara uma realidade graças a ligações rodoviárias em todo o território. A Petrobrás se fez presente entre as cem maiores empresas do mundo e no setor de



eletrificação teríamos atingido uma posição de quase liderança. Urubupungá era uma das maiores hidrelétricas do mundo e a Usina Atômica, de Angra dos Reis ergueu-se em Itorna – pedra podre em tupi. A televisão ganhara cores e o “Brasil teria chegado ao estágio de nação desenvolvida. E o movimento de 64, conhecido como fator preponderante e decisivo para o grande êxito” – entusiasmava-se Lagreca.

O jornalista não estava só em suas avaliações. O mesmo Valterian Mendonça viveu tais “Anos de Ouro” e os descreve:

Nasci em 1959, numa pequena cidade do sertão do Ceará, chamada São Luís do Curú. Minha família se mudou para os arredores de Fortaleza em meados dos anos 1960, para um bairro bucólico, com ruas de terra, algumas vilas de operários e muitos sítios (chácaras).

Para mim, para minha família e para as pessoas do nosso convívio, a década de 1960 foi uma época de muita paz, progresso e prosperidade. Ao chegarmos para residir ali, a apenas oito km da capital, não havia luz elétrica e minha mãe cozinhava em fogão a lenha. Em pouco tempo,

meu pai comprou um fogão a gás e, logo depois, nossa rua passou a ter eletricidade. A seguir compramos um rádio [...]Fundou-se uma escola a cerca de mil metros de nossa casa [...]Íamos para a escola a pé e em pouco tempo eu e minha irmã já líamos melhor que nossos pais, que pouco haviam estudado.

Meu pai trabalhava como operário na construção de estradas de rodagem e as obras estavam “bombando”. Dentro de três anos meu pai conseguiu comprou uma casa própria [...]adquiriu geladeira, uma vitrola e, a seguir, uma televisão. Foi uma mudança enorme. Assistimos ao Brasil ser tricampeão na Copa do Mundo de 1970. Por esta época, o número de aparelhos de TV e de geladeiras na redondeza já havia aumentado muito (talvez triplicado).

Mas, a partir daí, as consequências mundiais do aumento do custo do petróleo, associados às políticas de endividamento externo lançaram a economia brasileira em crise. Nessa época, antigos grupos vinculados à ala legalista das forças armadas recuperam o terreno perdido.



A eleição do general Ernesto Geisel foi considerada um marco dessa transição. O novo presidente defendeu, desde o primeiro dia de posse, uma “abertura política lenta, segura e gradual”. Para tanto, enfrentou os grupos da linha-dura, alterou os comandos militares e procurou lentamente subordinar ao Ministério da Justiça os aparelhos repressivos que haviam saído de controle. Em termos militares era uma operação delicada. Todo cuidado era pouco em cada etapa da distensão. Para executá-la, Geisel contava com seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva além do apoio de líderes civis como Paulo Egídio Martins, Aureliano Chaves e Sinval Guazelli e moderados de todo bordo. O projeto contava ainda com a simpatia dos aliados europeus e dos Estados Unidos, cujo governo, o do presidente Jimmy Carter, via mal as ditaduras sul-americanas. Porém, dentro do governo brasileiro, os aparelhos de repressão não aceitavam tais mudanças. Além de enfraquecidos por falta de inimigos, pois a “guerra”

com os guerrilheiros tinha terminado, temiam que o estado de direito os extinguisse definitivamente. Por isso, opuseram-se, desde o início, à abertura proposta por Geisel.

Nesses “bolsões sinceros, mas radicais”, havia desde burocratas encarregados de serviços de inteligência, até facínoras, muitos deles extraídos do submundo do crime, protegidos pela impunidade e dedicados ao trabalho sujo da tortura. Apesar das tensões internas, que durariam até o início dos anos 80, tais grupos nunca se descolaram do comando, permitindo aos historiadores falar em tortura como “política de Estado”. O então ministro do exército, General Sylvio Frota, anti-comunista ferrenho, dava cobertura aos excessos do DOI-CODI.

Na economia, outros problemas à vista. Em outubro de 1973, os países árabes produtores de petróleo resolveram elevar o preço do barril para pressionar as potências ocidentais a um recuo nas pretensões expansionistas de Israel. Foi o primeiro choque do petróleo. Entre outubro e dezembro, o barril pulou de



US\$ 2,090 para US\$ 11,65. As consequências para o Brasil foram desastrosas.

Nessa conjuntura, os governantes preferiram a política de fuga para frente, lançando, em 1974, o II PND, com as empresas estatais apoiando os interesses nacionais. Na área da educação, o governo também deu sequência às diretivas anteriores mantendo a ambiciosa política de estímulo aos programas de pós-graduação. Além disso, incentivou à cultura nacional com a formação da Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima (Embrafilme), a Fundação Nacional das Artes, (Funarte) e o Serviço Nacional de Teatro (SNT). A Rede Globo, beneficiária das políticas dos vários governos, trabalhava em faixa própria com as novelas e programas jornalísticos alimentando a mentalidade de que tudo ia bem. Firmou-se ali um pacto em favor da modernização dos costumes e dos valores éticos morais. Nessa atmosfera de mudanças, o Brasil surgia como potência emergente.

Mais. Na política externa também se buscou autonomia. Em

agosto de 1974, Geisel restabeleceu relações diplomáticas com a China comunista. Aproximou-se da Comunidade Europeia, firmando um acordo nuclear com a Alemanha Federal - o que desagradou os EUA - e visitou França e Inglaterra. Em 1975, reconheceu a independência de Angola, apesar das inclinações esquerdistas do Movimento de Libertação Popular de Angola. Inovou na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, condenando o sionismo como uma forma de racismo. Durante seu governo, assistiu-se a resultados controvertidos: o crescimento econômico seguiu firme, embora não em ritmo alucinante, mas, 8% em 1974, 10% em 1976 e 5% de 1975 a 1978. Porém, multiplicaram-se dificuldades: a balança comercial apresentou déficits. No quinquênio, um buraco de 11 bilhões. A dívida externa que custeou a maior parte dos investimentos pulou de 20 bilhões para 52 bilhões, em 1978, convertendo o país num campeão de endividamento. Os juros pareciam incontroláveis. O aumento persistia no



custo de vida e os salários mínimos continuavam muito baixos.

Desde 1972, os movimentos armados urbanos não existiam mais. A guerrilha, que sobreviveu apenas no Araguaia, foi destruída em 1974. Os vários tentáculos repressivos passaram a perseguir membros da Igreja e do PCB que não tinham participado da luta armada. Por intermédio da OAB, Ordem dos Advogados do Brasil, da ABI, Associação Brasileira de Imprensa e da CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o combate contra os organismos repressivos ganhou apoio da sociedade civil. O que sobrou da esquerda revolucionária foram remanescentes dispersos pelo país ou no exílio de onde denunciavam a ditadura. Seus membros já tinham abandonado a perspectiva de luta armada, mas mantinham influência na mídia, nos meios acadêmicos e entre intelectuais. Entre os pólos opostos situavam-se os setores de oposição moderada.

O processo de abertura previsto por Geisel, não foi linear. Expressivos segmentos militares agrupados em torno de general Silvío

Frota faziam oposição ao presidente, contando inclusive com o apoio de parte expressiva da Arena.

A eles, Geisel eventualmente cedeu, endurecendo o regime, principalmente após o desempenho do MDB nas eleições de 1974. Sim, pois, nas eleições para o Senado, em novembro deste ano, a Arena que era o esteio do governo perdeu para o MDB. Uma surpresa! O povo votava mais contra o governo do que a favor da oposição. Só que o ritmo da distensão proposto por Geisel não era o do MDB que incendiava, sobretudo, as grandes capitais com suas ideias. Houve recaída. Geisel, apesar de querer a abertura, não hesitou em cooptar a repressão: entre 1974 e 1975 mandou prender e desaparecer com três membros do PC do B, que atuava clandestinamente, no que ficou conhecido como o “massacre da Lapa”. Segundo inquérito interno do partido, eles foram traídos por um companheiro que aparentemente negociara com os órgãos de repressão.

Em outubro de 1975, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog suscitou ondas de protesto. No ano



seguinte, estudantes voltaram às ruas. Ao mesmo tempo, as tensões se agravavam entre o grupo de Geisel que almejava a restauração de um estado de direito, apesar das medidas de força, e o de Sylvio Frota. O segundo grupo sofreu revés definitivo quando foi assassinado o metalúrgico Manoel Fiel Filho, nas dependências do II Exército em São Paulo. Atentados contra a ABI ou a OAB, por exemplo, revelavam que sobrava pressão contra a abertura. Frota tentava costurar sua candidatura para a sucessão de Geisel.

Mas, esse não hesitou. Geisel não só queria garantir seu sucessor como queria também garantir um quadro institucional que resistisse a qualquer hipótese de caos, depois da abertura. Em 1976, a Lei Falcão, em alusão ao ministro da Justiça da época, proibiu programas televisivos, debates e palestras em torno de críticas ao regime. Como o MDB resistia às reformas propostas, Geisel promulgou, em 1977, o “pacote de abril”, sob a proteção do AI-5. “Um surto ditatorial para garantir a restauração democrática”, explicou

Aarão Reis. A candidatura alternativa de Frota foi detonada enquanto Geisel anunciava formalmente sua sucessão na pessoa de João Baptista Figueiredo, ex-chefe do SNI e da Casa Militar. Geisel aposentou os Atos Institucionais e a Censura política assim como os aparelhos de repressão. A opinião pública, porém, derivava para a oposição num quadro econômico desanimador. Mesmo os segmentos conservadores criticavam o regime. A transição despontava em meio a indefinições.

Atos ditatoriais deram meios de a Arena manter a maioria no Congresso, apesar da derrota nas urnas. Nasceram os senadores “biônicos” e se oferecia uma representação maior aos conservadores estados do Norte e Nordeste. Graças a essa engenharia, Geisel se manteve no poder e garantiu a sucessão na figura do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, empossado em 1979. Era o início do fim da ditadura. Como bem resumiu Daniel Aarão Reis, “Já não havia ditadura, mas ainda não existia uma democracia”.



Mas qual seria o projeto de democracia que se desenhava nas ruas? A resposta talvez esteja na voz de pessoas como o publicitário Marcelo Martins que bem revela a precoce distância entre a classe política e as elites nos grandes centros e a realidade ou prioridades nas periferias:

Nasci em abril de 1973, tempo em que o “milagre econômico” brasileiro, já dava seus sinais de esgotamento. Minha família era de origem humilde, morávamos num bairro pobre do subúrbio carioca. Meu pai, técnico de Contabilidade, cedo saía para trabalhar e voltava apenas à noite. Por épocas dobrava a jornada de trabalho para melhorar a situação. Minha mãe, do lar, como a maioria naquele tempo. Certamente minhas memórias são mais vivas a partir do período de redemocratização do país, lembro bem, embora não compreendesse ainda, o movimento pelas Diretas já. Assisti à nação inteira chorando a morte de um presidente, e as pessoas saindo às ruas munidas de muita vontade e força, como fiscais da esperança. Tempos difíceis. A democracia começava a engatinhar no Brasil, o país mudava mas, nos bastidores da política,

esqueceram de mudar os personagens dessa engrenagem. [...] Dessa forma para nós, se vivíamos uma ditadura, se ocorreria uma cubanização no Brasil, pouco importava, não sabíamos o significado. Vislumbrávamos um futuro melhor e que só aconteceria independente de qualquer coisa, através do estudo. Meus pais, mesmo sem saberem, foram bem politizados e enfrentaram a ditadura da melhor forma possível, dando educação e ensino aos seus filhos.

Anos de chumbo e anos de ouro se mesclam na compreensão que a classe média teve da política e da economia durante o governo militar. Nos anos de ouro, o crescimento do país permitiu grande mobilidade e a migração campo-cidade. O aumento do consumo e do lazer e as transformações na família e nos comportamentos, porém, foram impactados pelas crises econômicas do final dos anos 80. A inflação galopante revelou a demanda popular por uma direção mais energética e desse desejo nasceu a predileção por candidatos percebidos como “novos”. O novo que as pessoas também experimentavam no



seu cotidiano – a TV, o carro, a geladeira e, depois, o celular - poderia se refletir em soluções para a política desorganizada: “Não funciona, troca”. Mas os critérios para escolher o novo, se baseavam em velha tradição: a do familismo amoral. “Quem conhece, quem me dará algo em troca?”.

Some-se a isso o voto de analfabetos, recém implantado. O impacto da televisão e as campanhas eleitorais cada vez mais sofisticadas empurraram parcelas enormes da população, sem formação, a eleger, não uma ideia. Mas, uma imagem. Nas comunidades carentes, votos eram trocados por proteção de traficantes de drogas e milícias. A grande imprensa e a mídia não ficaram de fora. Escolheram seus candidatos e os apoiaram, editando e deformando informações em favor do ungido de seus interesses. É bom acrescentar que, nos anos 85, quando interpelados, jovens diziam ter pouquíssimo interesse em política. Trinta anos depois, teriam mudado? Tudo indica que cultivaram alienação em relação aos bens públicos, aos valores republicanos e a

tudo que interesse à democracia ou... Nosso horizonte político seria diferente. Há quem ache que essa apatia é traço de nossa cultura. Ou que as relações entre a esfera pública e sociedade civil estão tão esgarçadas, que a gente brasileira não se reconhece mais no Estado que ela mesma elege.

Guerra Russo-Japonesa: a preparação das Forças Armadas Imperiais do Japão

Carlos Roberto Carvalho Daróz^a

Resumo: Na transição do séculos XIX para o XX o Japão se afirmou como uma potência asiática, superando antigos rivais regionais, como a Rússia e a Coreia. O presente artigo analisa a preparação das forças armadas japonesas no limiar da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), destacando o componente geopolítico, o pensamento militar e as estruturas de comando e estado-maior.

Palavras-chave: Guerra Russo-Japonesa, estado-maior, Império Japonês

INTRODUÇÃO

Para muitos observadores atentos, o advento do século XX anunciou o fim da antiga China. A ascensão do Japão expôs a fraqueza militar chinesa, fato que as potências ocidentais rapidamente exploraram, trazendo ao império chinês o perigo de desmembramento. Em janeiro de 1898, a Alemanha garantiu um contrato de arrendamento de 99 anos na Península de Shandong,

como parte de um acordo de reparação frente ao assassinato de dois missionários alemães. Dois meses depois, a Rússia negociou um tratado de longo prazo com o tribunal chinês para um arrendamento na Península de Liaodong, entre Dairen e Port Arthur, local onde os navios de guerra russos estavam ancorados desde dezembro anterior.¹ A Grã-Bretanha reagiu assegurando concessões em abril para uma base na-

^a Coronel de Artilharia. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



val em Weihaiwei. A França esculpiu uma esfera de influência no sul da China, e o Japão buscou concessões ferroviárias em Fujian, em frente à sua colônia de Taiwan.

A REVOLTA DOS *BOXERS*

O ressentimento da população chinesa devido a mais de trinta anos de humilhações e ocupações estrangeiras explodiu em 1900, quando uma série de ataques violentos contra estrangeiros liderados pelos *Boxers*, uma sociedade secreta que gozava de apoio secreto da dinastia Qing, recorreu ao apoio local com sua retórica antiestrangeiros e anticristã.

O assassinato do embaixador alemão na China e o subsequente cerco dos *Boxers* ao bairro das legações estrangeiras em Pequim fizeram com que as potências ocidentais (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Rússia e Estados Unidos) e o Japão enviassem tropas para intervir na situação, resgatar as missões diplomáticas, proteger os missionários ocidentais e punir os

Boxers. O Exército Japonês usaria a ocasião para mostrar o resultado de suas mais recentes reformas militares.

Uma pequena força expedicionária aliada montada apressadamente sob o comando britânico contando com cerca de 2.000 soldados, incluindo aproximadamente 300 japoneses, marchou de Tianjin para Pequim no início de junho. Em 12 desse mesmo mês, as forças armadas mistas de *Boxer* e Qing interromperam esse avanço, destruindo uma ponte a 30 milhas da capital. Os aliados, em número muito inferior, sofreram mais de 300 baixas.

Ciente do agravamento da situação, o estado-maior em Tóquio esboçou planos ambiciosos de contingência, mas o gabinete, com lembranças recentes e amargas da Intervenção Tripartite², recusou-se a mobilizar forças de grande porte, a menos que fossem solicitadas pelas potências ocidentais. Três dias depois, o estado-maior enviou uma força provisória de 1.300 homens ao norte da China, comandada pelo major-general Fukushima Yasumasa, dire-



tor do 2º Departamento de Inteligência, escolhido porque seu inglês fluente lhe permitiria se comunicar com o comandante britânico. O destacamento de Fukushima desembarcou em 5 de julho perto de Tianjin.

Durante o intervalo, algumas centenas de homens da infantaria naval da Força Especial de Desembarque de Sasebo se juntaram às tropas britânicas, russas e alemãs para tomar os fortes de Dagou, perto de Tianjin, em 17 de junho, mas, quatro dias depois, a corte Qing declarou guerra às potências estrangeiras.

As circunstâncias perigosas obrigaram os britânicos, então fortemente engajados na Guerra dos Bôeres, a pedir ao Japão reforços adicionais. Ultrapassando dúvidas pessoais sobre o apoio - muitos japoneses pensavam ser uma cruzada religiosa das potências ocidentais contra os chineses - o ministro das Relações Exteriores Aoki Shuzo calculou que as vantagens de participar de uma coalizão aliada eram muito atraentes para serem ignoradas. O primeiro-ministro Yamagata pensou do mesmo modo, mas outros membros do gabinete exigiram

garantias dos ocidentais em troca dos riscos e custos dos reforços.

O gabinete colocou, em 6 de julho, a 5ª Divisão de Infantaria na situação de prontidão para intervir na China se necessário, mas não estabeleceu nenhum cronograma para seu desdobramento.

Mais tropas terrestres eram urgentemente necessárias para levantar o cerco dos *Boxers* às legações estrangeiras em Pequim, e os japoneses tinham as únicas forças prontamente disponíveis na região. Como mencionado, o Exército Britânico estava envolvido com a África do Sul, e levaria muito tempo e enfraqueceria a segurança interna para mobilizar grandes forças de suas guarnições da Índia. Em 8 de julho, o embaixador britânico no Japão ofereceu ao ministro Aoki um milhão de libras esterlinas em troca de mais reforços. Pouco depois, as unidades avançadas da 5ª Divisão partiram para a China, reforçando a força aliada de 17.000 homens com 3.800 soldados japoneses.³

Um segundo exército expedicionário, mais forte, invadiu Tianjin em 14 de julho e ocupou a cidade.



Os aliados então se consolidaram e esperaram o restante da 5ª Divisão e outros reforços da coalizão. No início de agosto, a expedição avançou em direção a Pequim, onde, um mês mais tarde, levantou o cerco *Boxer*. Na ocasião, a força japonesa era o maior contingente, representando cerca de 40% da expedição aliada, de aproximadamente 33.000 homens.

As tropas japonesas desfrutaram de seu melhor desempenho ao longo da campanha. O comandante da 5ª Divisão, que havia assumido o controle operacional de Fukushima, ordenou que os homens demonstrassem a disciplina, a coragem e a firmeza do Japão, em contraste com as demais unidades de outros países. Oficiais em todos os níveis reforçaram os padrões draconianos de disciplina. Oficiais subalternos alertavam os subordinados que o exército lidaria de forma séria e severa em caso de violência contra as famílias chinesas, incêndio criminoso ou roubo. O estupro era punido com prisão e decapitação imediata. Mesmo infrações menores eram du-

ramente punidas. Fukushima permaneceu na China para assegurar a disciplina na linha de frente.

As tropas japonesas se saíram bem em todos os aspectos, apesar de um observador militar britânico sentir que sua agressividade, formações densamente compactas e disposição para atacar lhes custassem mortes excessivas e desproporcionais. Durante a luta de Tianjin, por exemplo, os japoneses sofreram mais da metade das baixas aliadas (400 de 730), mas compreendiam menos de um quarto da força (3.800 de 17.000).⁴

A história foi semelhante em Pequim, onde foram responsáveis por quase dois terços das perdas (280 de 453), mas um pouco menos da metade da força de assalto. O único grande descuido na disciplina ocorreu quando militares de todos os postos e graduações se juntaram a seus aliados no saque generalizado em Pequim, aparentemente com o entendimento de que, se os ocidentais estavam saqueando, os japoneses também podiam fazê-lo. Um correspondente britânico observou, no entanto, que os japoneses



saquearam “tão bem que não pareciam saques”.⁵

Como parte do acordo firmado em setembro de 1901 com o tribunal chinês, os poderes de coalizão foram autorizados a manter tropas estacionadas entre Tianjin e Pequim para proteger seus cidadãos e garantir uma linha segura de comunicação com o mar. O ministério da Guerra ativou o Exército da Guarnição da China, a designação para unidades do Exército estacionadas no norte da China sob os termos do Protocolo *Boxer*.

O novo exército era uma unidade provisória, não regular, cuja base de tropas era fixada por decreto imperial e reunia elementos de várias divisões que lhe eram atribuídas num processo de rodízio de um ano. Outras concessões incluíam o direito da Rússia de manter suas guarnições reforçadas na Manchúria, sob a promessa de uma retirada gradual.

A Revolta dos *Boxers* revelou a crescente dificuldade da Grã-Bretanha em manter sua influência no nordeste da Ásia. A Guerra dos Bôeres havia drenado as capacidades

do Exército Britânico e forçado diplomatas a pagar ao Japão para enviar tropas para reprimir os *Boxers* e contrabalançar a intervenção militar russa.

O sistema de alianças europeias havia isolado a Grã-Bretanha internacionalmente e, no leste da Ásia, as marinhas francesa e russa, combinadas, superavam a frota britânica. Envolvidos em uma corrida naval com a Alemanha e desconfiados da intromissão da Rússia na China e das implicações da construção da ferrovia Transiberiana, os britânicos precisavam de aliados. O Japão também foi diplomaticamente isolado após a Intervenção Tripartite e teve que lidar com a presença russa na Manchúria e sua potencial ameaça à Coreia.

Ao assinarem a aliança naval anglo-japonesa de 1902, as partes concordaram em respeitar os interesses de cada uma na China, que consistiam em manter uma neutralidade estrita caso um ou outro se envolvesse em uma guerra e intervir se um terceiro participasse do conflito.⁶



Para a Grã-Bretanha, o tratado restaurou a balança naval nas águas do leste asiático e forneceu um exército para controlar a expansão russa. Para o Japão, permitiu que o exército abordasse a ameaça russa à Co-

rusa e a fortaleza em Port Arthur, e a Ferrovia Transiberiana estava em fase de conclusão. A mobilidade estratégica da Rússia melhorou muito, particularmente o potencial de mover rapidamente grandes unidades



Tropas japonesas durante a Revolta dos Boxers na China

reia sem medo de intervenção estrangeira.

O tratado assumiu maior significado quando a Rússia não retirou os reforços que enviara à Manchúria para proteger suas zonas ferroviárias e parecia decidida a expandir-se ainda mais. Engenheiros militares estavam melhorando a base naval

ferroviárias para a Manchúria, alarmou os líderes do Japão, e as repetidas advertências de Yamagata sobre os perigos que a ferrovia representava para os interesses nacionais do Japão pareciam estar se tornando realidade.⁷



PREPARATIVOS PARA A GUERRA CONTRA A RÚSSIA

O Exército Imperial japonês considerava a Rússia como seu inimigo tradicional, mas o estado-maior só iniciou um planejamento operacional substancial para a guerra com a Rússia em 1900. Os planos iniciais previam a captura de Port Arthur, seguida de uma batalha decisiva perto de Mukden, na Manchúria, com operações anfíbias secundárias contra a Marinha Russa. Após a chegada de reforços russos adicionais na Manchúria, em julho de 1900 e a conclusão da maioria das seções da ferrovia Transiberiana, o estado-maior revisou os planos em 1901 para se concentrar na defesa da Coreia.

No ano seguinte, o major Tanaka Giichi, recém-retornado do posto de adido militar na Rússia, assumiu o controle de um pequeno grupo de planejamento dentro do quadro geral de funcionários que trabalhava sob rígida segurança. Em agosto de 1902, havia reformulado os planos de guerra da equipe em

uma estratégia que, assim como o conflito sino-japonês, dependia das capacidades navais do Japão. Se a Marinha pudesse controlar o Mar Amarelo, o Exército poderia, com segurança, enviar tropas para o continente e a Manchúria seria o principal teatro de operações. Se a Marinha fosse capaz de controlar o Estreito de Tsushima, o Exército desembarcaria no sul da Coreia e defenderia os interesses japoneses na península.⁸

Por seu turno, a Marinha estava insatisfeita com os arranjos que estabeleciam que, em caso de guerra, seria comandada por um general do exército. Frustrados por serem dominados pelo Exército, os líderes navais, especialmente o almirante Gombei Yamamoto, exigiram veementemente mudanças na estrutura, para dar ao chefe de Estado-Maior Naval um status equivalente ao seu congênere no exército. O general S roku Kawakami se opôs a Yamamoto e insistiu que as operações em tempo de guerra tinham que ser baseadas em planos de paz, preparadas por uma única autoridade - o Exército.



Após a morte de Kawakami, em 1899, as duas forças recorreram continuamente ao trono imperial para resolver a questão do comando. Finalmente, em dezembro de 1903, com a guerra contra a Rússia se aproximando, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Yudama, e o primeiro-ministro Yamagata pediram ao imperador que permitisse que tanto o chefe do Estado-Maior Naval quanto o chefe do Estado-Maior assessorassem o trono nas questões relativas à defesa nacional e às operações militares. Essa mudança criou uma cultura na qual as equipes gerais do Exército e da Marinha eram independentes umas das outras, mas não resolviam questões fundamentais de planejamento conjunto, operações conjuntas ou comando e controle.

O vice-chefe do Estado-Maior General Iyoz Tamura era o cérebro por trás dos conceitos operacionais e de mobilização do exército para a guerra. Tendo passado seis anos como oficial subalterno na Alemanha, Tamura era um dos poucos oficiais japoneses versados nas teorias de guerra de Karl von Clausewitz, e

amadurecera como um estrategista de primeira linha, embora fosse conservador. Para manter o segredo acerca do trabalho de Tamura, o relatório anual do exército submetido ao trono continuou a descrever uma estratégia nacional defensiva, mesmo enquanto o Estado-Maior Geral reescreveu seus planos de contingência ofensivos.

Quando as tropas russas não deixaram a Manchúria, como estipulou o Protocolo *Boxer*, em 21 de abril de 1903, os principais ministros das Relações Exteriores se reuniram com importantes estadistas em Kyoto, onde concordaram em buscar uma solução diplomática. Se a diplomacia falhasse, eles recorreriam à guerra. O major-general Sh go Iguchi, diretor do Departamento de Assuntos Gerais, um defensor da guerra rápida, pressionou Tamura para notificar ao gabinete que o exército estava pronto para a guerra. Tamura, no entanto, nutria sérias dúvidas sobre a prontidão de combate do Exército - a nova estrutura de força ampliada acabara de se tornar operacional - e usou a ameaça



rusa para justificar uma maior expansão da força.

O chefe de gabinete do Exército, marechal-de-campo Iwao yama, notificou o imperador de que a intromissão russa na Ásia Oriental iria corroer as conquistas do Japão desde a restauração Meiji e que a dominação russa da Coreia ameaçaria diretamente a segurança nacional. Preparações militares imediatas para a guerra eram necessárias. Em meio a essas avaliações militares conflitantes, uma conferência imperial concluiu, em 23 de junho, que as concessões à Rússia eram possíveis em relação à Manchúria, mas a Coreia representava um interesse nacional vital e, portanto, inegociável.⁹

O general Tamura morreu repentinamente em outubro de 1903, tendo literalmente trabalhado até seus dias finais. Sua perda foi um golpe esmagador para o estado-maior, acontecendo em um momento crítico nas relações entre a Rússia e o Japão, que provocou uma crise na liderança. O primeiro-ministro Tar Katsura era indeciso, Yamagata estava deprimido e

yama não estava psicologicamente pronto para a guerra. O general Iguchi lamentou que o Exército e a Marinha estivessem em desacordo com a estratégia, e o ministro da Marinha estava colocando interesses pessoais acima do bem nacional. O único ponto brilhante era a disposição do tenente-general Gentar Kodama de aceitar um rebaixamento para substituir Tamura, um ato que Iguchi considerou como prova de que "o céu ainda não abandonou nosso império".¹⁰

Kodama renunciou a dois cargos ministeriais e submeteu-se ao rebaixamento de dois níveis, para servir como vice-chefe do Estado-Maior do Exército. Sob sua orientação, em fevereiro de 1904, os oficiais de estado-maior finalizaram um plano de campanha em duas etapas que buscava a destruição dos exércitos russos na Manchúria, bem como da frota russa do Pacífico.

Durante o primeiro estágio, o 1º Exército avançaria para as margens do rio Yalu para impedir uma invasão russa do norte da Coreia. O 2º Exército estabeleceria uma base de operações na península sudeste



de Liaodong; então o 3º Exército desembarcaria, avançaria para Port Arthur, isolaria a localidade, atacaria se necessário e apoiaria os outros exércitos. Enquanto o 1º e 2º exércitos se moviam para o norte, para a Manchúria, o 4º Exército, menor, desembarcaria entre ambos, ao longo da margem nordeste do Golfo de Bohai, para proteger seus flancos e assegurar a linha férrea de comunicação.

O objetivo da Kodama era cercar e destruir o Corpo Independente Russo-Siberiano e o 2º Corpo perto de Liaoyang, antes que os reforços

da Rússia europeia pudessem chegar e esmagar os japoneses com suas tropas em quantidades esmagadoramente superiores. Os oficiais calcularam que levaria cerca de seis meses para mover oito divisões da Europa para a Manchúria, dando ao exército muito tempo para alcançar os objetivos da Kodama. Não havia planos específicos para um segundo ano de campanha.¹¹

Incapaz de resolver o impasse com a Rússia por meio da diplomacia, a conferência imperial de 4 de fevereiro de 1904 decidiu pela



Encouraçado russo *Retzivan* afundado em Port Arthur



guerra. Durante vários dias, o imperador Meiji não conseguiu dormir nem comer, temendo a possibilidade de relatar uma derrota aos seus antepassados. Mais tarde, ele disse à imperatriz que não era seu desejo lutar contra a Rússia e se preocupava em enfrentar seus súditos se o Japão perdesse. Oficiais do Exército também estavam bem conscientes de que o Japão não poderia vencer uma guerra prolongada.¹²

Em meio a incertezas e receios, o Japão rompeu relações diplomáticas com a Rússia no dia 6 de fevereiro e, dois dias depois, sem uma declaração formal de guerra, a Marinha lançou um ataque surpresa contra um esquadrão russo atracado no porto de Port Arthur.

O ataque surpresa visava destruir a frota russa ancorada ou, pelo menos, neutralizar a esquadra inimiga, afundando transportes japoneses obsoletos para bloquear a entrada do porto. A supremacia marítima passaria então para a Marinha Imperial japonesa e permitiria que o exército enviasse tropas com segurança para a costa oeste da Coreia e para a península de Liaodong. O

desprezo russo pelos japoneses levou-os a subestimar a seriedade da ameaça e deixar Port Arthur despreparado para um ataque repentino. Ainda assim, o ataque naval japonês não destruiu a esquadra russa, embora tivesse avariado gravemente três importantes navios, nem fechado o porto. A frota russa em Port Arthur permaneceu como uma responsabilidade estratégica para o Japão, o que provocaria um terrível prejuízo ao exército do imperador. Em 10 de fevereiro, o imperador Meiji divulgou um memorial declarando guerra contra a Rússia.¹³

O Quartel-General Imperial foi instalado nos terrenos do palácio no dia seguinte. Ao contrário do que aconteceu durante a Guerra Sino-Japonesa, os ministros civis foram excluídos da sede e proibidos de participar oficialmente das reuniões do estado-maior embora, as redes informais mantivessem os líderes civis bem informados sobre os acontecimentos. O quartel-general tornou-se o centro oficial de operações onde os oficiais superiores informaram ao imperador sobre ques-



tões estritamente militares. A tomada de decisões estratégicas ocorreu durante as deliberações dos estadistas que, normalmente, precediam uma conferência imperial e faziam da reunião na presença do imperador o mais alto mecanismo de tomada de decisão para questões militares e de política externa em tempos de guerra. Não havia aparato formal para conectar a política militar e civil, e o sistema dependia de relações pessoais informais cimentadas por anos de trabalho conjunto no governo.

Três tentativas subsequentes da Marinha - no final de fevereiro, final de março e novamente em maio - de selar o canal de Port Arthur afundando velhos transportes na foz do porto também fracassaram. O Estado-Maior do Exército tinha escrito um cronograma de implantação rigorosamente faseado que dependia de todas as etapas do apoio da marinha e, a cada desapontamento, as relações entre o exército e a marinha se deterioravam. Em meados de março, por exemplo, o 1º Exército desembarcou em segu-

rança perto de Pyongyang. O Estado-Maior Geral ficou chocado e aturcido quando a Marinha anunciou que adiaria outras operações contra Port Arthur até meados de maio. Incapaz de atrasar o desembarque do 2º Exército em 5 de maio na península de Liaodong, o exército teve que arriscar seus transportes de tropas lentos para um possível ataque do esquadrão de Port Arthur, a fim de cumprir seu cronograma de guerra rápida.

Enquanto isso, o 1º Exército mudou-se para o norte de Inchon e, em dois dias de combates em 30 de abril e 1 de maio, empurrou os russos de volta ao longo do rio Yalu, perto de Andong. Este menor envolvimento teve grandes ramificações. Os japoneses, considerados por muitos no Ocidente como pequenas pessoas de uma terra exótica, derrotaram as tropas caucasianas de uma potência de classe mundial.

Os mercados de ações em Nova York e Londres de repente perceberam que o Japão era um bom investimento, e as compras estrangeiras de títulos do governo e ofertas de empréstimos impulsionaram



a economia em tempo de guerra. No front doméstico, no entanto, o público ficou chocado e crítico porque os mais de 900 japoneses mortos ou feridos excederam o número total de baixas em batalhas da Guerra Sino-Japonesa. O vice-ministro de guerra, tenente-general Shinroku Ishimoto, defendeu o desempenho das tropas aos jornalistas, atribuindo as perdas à tecnologia de armas modernas, e não à liderança inepta.¹⁴

Em 25 de maio, as três divisões do 2º Exército atacaram um regimento de infantaria russo entrenchado que defendia Nanshan no estreito terreno elevado que separava as metades norte e sul da península de Liaodong. Os combates começaram no início do dia com uma preparação de artilharia de três horas, seguida de um ataque frontal contra as posições russas ainda intactas. No meio da manhã, o 2º Exército lançou suas reservas finais na batalha, mas ainda não conseguiu quebrar as defesas. Enquanto a munição de artilharia diminuía, as baixas aumentavam e as tropas ficavam exaustas, oficiais do estado-

maior recomendavam que o general Yasukata Oku, o subcomandante do exército, se retirasse e se reagrupasse. Oku, em vez disso, ordenou novos ataques, desconsiderando as perdas.

A doutrina tática dependia de colunas densas para estabelecer suficiente superioridade de fogo e manter uma posição defensiva, mas o espaço de manobra limitado de Nanshan canalizava os ataques de infantaria a ataques frontais diretos. A combinação de tática e terreno deixou os atacantes expostos ao fogo russo que causou perdas impressionantes antes que os finalmente recuassem no final da tarde. Mais tarde, o exército descreveu esses ataques como "ataques com balas humanas" e reivindicou para consumo público que eles simbolizavam as virtudes exclusivamente japonesas de coragem, determinação e auto sacrifício. De fato, quando oficiais do estado-maior no quartel-general receberam os primeiros relatórios oficiais de 3.817 baixas na batalha de Nanshan, sua



reação imediata foi de que um escrivão descuidado erroneamente adicionara um dígito extra por engano.

A doutrina tática do exército era incompatível com a tecnologia moderna das armas. De acordo com um jovem capitão do 2º Exército,

não são nossas táticas que desperdiçam a vida de bravos guerreiros. São as fortificações e equipamentos russos superiores e nossa falta de poder de fogo de metralhadora que não nos dá chance de vencer. Com metralhadoras estendendo a distância [da zona de abate], as táticas de mesa não podem mais ter qualquer aplicação prática.¹⁵

Linhas estendidas de escaramuçadores logo substituíram as colunas densas, e os intervalos entre soldados individuais aumentaram. Alguns comandantes táticos, como o coronel Ichiwara Shinichiro, adaptaram-se rapidamente. A atitude indiferente de Ichiwara constrangerá seus oficiais subalternos durante as manobras em tempo de paz, mas em Nanshan ele repetidamente reunia seus homens, ignorando o fogo russo pesado. Na luta real, observou mais tarde, o inimigo

era menos cooperativo do que em exercícios.

O chefe do estado-maior de Yamagata, o primeiro-ministro Katsura (simultaneamente um general da ativa), o ministro de Guerra Masatake Terauchi, o comandante do Exército da Manchúria, yama, e seu chefe de gabinete, Kodama, reuniram-se no Quartel-General Imperial em 10 de junho para definir a direção operacional da guerra. Katsura participou de conferências como oficial geral aposentado, mas não foi informado oficialmente sobre assuntos operacionais. No entanto, ele recebeu informações precisas dos principais estadistas (Yamagata e It) porque o Exército forneceu-lhes relatos da situação militar.

Katsura também era amigo íntimo e companheiro de bebida do ministro da Guerra Terauchi, que provavelmente lhe passou informações. Devido ao sistema burocrático pesado e excludente, as relações pessoais informais desempenharam um papel crucial na coordenação de iniciativas militares, polí-



ticas e diplomáticas. Uma breve revisão das operações destaca tais deficiências.

BIBLIOGRAFIA

CONNAUGHTON, R. M. *The War of the Rising Sun and the Tumbling Bear: a military history of the Russo-Japanese War 1904–1905*. London, 1988.

HWANG, Kyung Moon. *A history of Korea*. London: Palgrave, 2010.

JUKES, Geoffrey. *The Russo-Japanese War 1904–1905*. Essential Histories. Wellingborough: Osprey Publishing, 2002.

KEEGAN, John. *The First World War*. New York: Alfred Knopf, 1999.

NISH, Ian. *The origins of the Russo-Japanese War*. Harlow: Longman, 1985.

OLENDER, Piotr. *Russo-Japanese naval war 1904–1905: Battle of Tsushima*. Sandomierz: Stratus, 2010.

ORCZYK, Robert. *Russian battleship vs Japanese Battleship: Yellow Sea 1904-05*. Oxford: Osprey Publishing, 1998.

STORRY, Richard. *Japan and the decline of the West in Asia, 1894–1943*. New York: St. Martins' Press, 1979.

WARNER, Denis; WARNER, Peggy. *The Tide at Sunrise: a history of the Russo-Japanese War 1904–1905*. New York City: Charterhouse, 1974.

WATTS, Anthony J. *The Imperial Russian Navy*. London: Arms and Armour Press, 1990.

WELLS, David; WILSON, Sandra (orgs.). *The Russo-Japanese War in cultural perspective, 1904-05*. Basingstoke: Macmillan, 1999.

¹ NISH, Ian. *The origins of the Russo-Japanese War*. Harlow: Longman, 1985.

² A Intervenção Tripartite foi um movimento diplomático da Rússia, Alemanha e França, em 23 de abril de 1895,

sobre os termos do Tratado de Shimonoseki assinado entre o Japão e a Dinastia Qing da China, que terminou a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895).



³ WELLS, David; WILSON, Sandra (orgs.). *The Russo-Japanese War in cultural perspective, 1904-05*. Basingstoke: Macmillan, 1999.

⁴ JUKES, Geoffrey. *The Russo-Japanese War 1904-1905*. Essential Histories. Wellingborough: Osprey Publishing, 2002.

⁵ WELLS; WILSON, op.cit.

⁶ OLENDER, Piotr. *Russo-Japanese naval war 1904-1905: Battle of Tsushima*. Sandomierz: Stratus, 2010.

⁷ CONNAUGHTON, R. M. *The War of the Rising Sun and the Tumbling Bear: a military history of the Russo-Japanese War 1904-1905*. London, 1988.

⁸ WARNER, Denis; WARNER, Peggy. *The Tide at Sunrise: a history of the Russo-*

Japanese War 1904-1905. New York City: Charterhouse, 1974.

⁹ HWANG, Kyung Moon. *A history of Korea*. London: Palgrave, 2010.

¹⁰ CONNAUGHTON, op.cit.

¹¹ JUKES, op.cit.

¹² WELLS; WILSON, op.cit.

¹³ ORCZYK, Robert. *Russian battleship vs Japanese Battleship: Yellow Sea 1904-05*. Oxford: Osprey Publishing, 1998.

¹⁴ CONNAUGHTON, op.cit.

¹⁵ STORRY, Richard. *Japan and the decline of the West in Asia, 1894-1943*. New York: St. Martins' Press, 1979.

A imprescindível modernização do aparato defensivo brasileiro

Manuel Cambeses Júnior^a

Resumo: O Brasil é um país continental e uma potência regional. Consonante com tal condição, é imprescindível que tenha capacidade de salvaguardar seus interesses e de cooperar com as disposições de organismos internacionais multilaterais para assegurar a paz mundial. Nessa perspectiva, o autor analisa a necessidade de que as Forças Armadas brasileiras estejam conveniente e adequadamente aparelhadas para cumprir suas missões e desenvolver suas capacidades.

Palavras-chave: Geopolítica, defesa, Forças Armadas.

“Sem possuir armas próprias, nenhum principado estará seguro; estará, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades”.

Nicolau Maquiavel

O Brasil é um país guiado por um sentimento de paz. Não abriga nenhuma ambição territorial, não possui litígios em suas fronteiras nem, tampouco, inimigos declarados. Toda ação por ele empreendida nas esferas diplomática e militar

busca, sistematicamente, a manutenção da paz. Porém, tem interesses a defender, responsabilidades a assumir e um papel a desempenhar no tocante à segurança e defesa, em níveis hemisférico e mundial, em face de sua estatura político-estratégica no concerto das nações. O primeiro objetivo de nossa política de defesa, portanto, deve ser a de assegurar a defesa dos interesses vitais da nação contra qualquer ameaça

^a Coronel Aviador. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



forânea. Não se pode precisar, a priori, a fronteira entre os interesses vitais e os interesses estratégicos. Os dois devem ser defendidos com ênfase e determinação. Essencialmente, os interesses estratégicos residem na manutenção da paz no continente sul-americano e nas regiões que o conformam e o rodeiam, bem como os espaços essenciais para a atividade econômica e para o livre comércio (Setentrião Oriental, Costão Andino, Cone Sul e Atlântico Sul).

Fora deste âmbito, o Brasil tem interesses que correspondem às responsabilidades assumidas nos Fóruns Internacionais e Organismos Multilaterais e ao seu status na ordem mundial. Este é conformado por uma combinação de fatores históricos, políticos, estratégicos, militares, econômicos, científicos, tecnológicos e culturais. Sem uma defesa adequada, a segurança nacional e a perenidade desses interesses estarão seriamente comprometidos e, conseqüentemente, não poderão ser assegurados. Daí, ressalta-se a imperiosa necessidade de contarmos com Forças Armadas preparadas,

suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer intenção de agressão militar ao país, pela capacidade de revide que representam. Esta estratégia é enfatizada para evitar a guerra e exige, como corolário, o fortalecimento da expressão militar do poder nacional, além de impor um excelente grau de aprestamento e prontificação das Forças Armadas (FFAA), desde o tempo de paz, através da realização de treinamentos, exercícios operacionais dentro de cada força singular, não sendo excluída a necessidade de planejamento e do treinamento de operações conjuntas e combinadas no âmbito das FFAA. O estudo da História, particularmente da História Militar de uma nação, conduz a conclusões e realça aspectos capazes de influir na expressão militar de seu poder nacional. O estudo das campanhas militares, com seus erros e acertos, o respeito às tradições, o culto aos heróis, etc., trazem reflexos à formulação da doutrina, ao moral e à estrutura militares.

As tradições históricas e militares constituem, ainda, fatores de



influência sobre a expressão militar. Essas tradições, que cumpre cultivar e manter, não devem, por outro lado, apresentar obstáculos intransponíveis à evolução, ao desenvolvimento e à tecnologia militares. No equilíbrio entre essas ideias, às vezes opostas, está o acerto que revigora a expressão militar. Assumem, também, papel de destaque, os aspectos qualitativos dos recursos humanos; o apoio em maior ou menor grau da opinião pública nacional e mesmo internacional; a coesão interna e a vontade nacional. E, nesse contexto, ressalta a fundamental importância do povo – expressão máxima das forças vivas da nação – como verdadeiro estio das Forças Armadas, quando a elas se une, nelas se apoia e com elas se confunde. A população traduz sua indispensável solidariedade à expressão militar, através da opinião pública, que deve constituir, sem dúvida, preocupação constante quando se pretende manter em alto nível aquela expressão do poder nacional. Nesse sentido, é imperioso o esforço para conservar integridades o homem mi-

litar e o homem civil, sem discriminações de qualquer natureza, sem privilégios, embora respeitadas suas diversas, mas naturais destinações.

O papel que caberá às Forças Armadas brasileiras, nas próximas décadas, é multifacetado e deve estar calcado em amplo debate, cujo resultado deverá ser tão satisfatório quanto maior for o desenvolvimento da sociedade. O esboço de qualquer arranjo de defesa, em um Estado democrático, para que possa contar com recursos, deve estar respaldado por uma base de legitimidade.

Entendemos que, para a consecução desses objetivos, devem ser consultadas personalidades representativas de diferentes espectros de opinião: ministros de Estado, acadêmicos, analistas políticos, economistas, diplomatas, militares, jornalistas, todos com reconhecida competência na área de defesa e alguns críticos do atual sistema de defesa nacional. Evidentemente, que não se trata de deixar em mãos destes pensadores a formulação de políticas e estratégias militares. Trata-se, tão-somente, de ouvi-los e de reunir



novos conceitos e ideias que permitam oxigenar antigos preceitos e identificar referenciais para a defesa do país, as quais estejam mais em sintonia com os desafios dos novos tempos e consentâneos com a realidade nacional.

Tais contribuições, depois de avaliadas por setores competentes do Ministério da Defesa, poderão ou não ser incorporadas no planejamento estratégico. Indubitavelmente, para a consecução dessa tarefa, mister se faz uma conjunção de esforços. Nesse sentido, somam-se, num processo sinérgico, o imprescindível apoio do presidente da República, a compreensão do Congresso Nacional, a efetiva colaboração do Ministério da Defesa e de outras áreas do governo, a confiança e o respaldo dos comandantes de Forças e a ativa participação de todas as forças vivas da nação. Temos plena consciência de que não se pode justificar a hipertrofia das Forças Armadas em prejuízo do processo de desenvolvimento da nação, mas não se pode admitir, por ilógico e temerário, que a expressão militar do poder nacional seja colocada em

plano inferior – vivenciando um processo gradual de sucateamento e de desmantelamento, devido à crônica insuficiência de recursos financeiros –, na falsa concepção de que a prioridade absoluta deve ser dada ao desenvolvimento. Não existem nações desarmadas, porque nenhuma delas seria capaz de desfazer-se de sua expressão militar para merecer, por esse ato ingênuo, o respeito e a simpatia de todos os países. Não há fórmula miraculosa capaz de manter a paz sem ameaças de conflitos internos ou de guerra entre os povos.

Torna-se imperativo e oportuno conferir mais prestígio às Forças Armadas e racionalizar, modernizar e fortalecer o aparato defensivo brasileiro. Lembremo-nos das sábias palavras do insigne Barão do Rio Branco – o Chanceler da Paz – que, habitualmente, enfatizava a imperiosa necessidade de possuímos um bom sistema de armas para respaldar as nossas proposições no concerto das nações.

Aviação de Patrulha

História e tradição de segurança e defesa nas águas jurisdicionais brasileiras

Wilmar Terroso Freitas^a

Resumo: A gênese da Aviação de Patrulha se confunde com a própria criação da Força Aérea Brasileira em 1941. Com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, os patrulheiros da FAB atuaram em conjunto com a Marinha do Brasil e as forças norte-americanas estacionadas no Nordeste, realizando a proteção da navegação e combatendo os *u-boats* no Atlântico Sul. No pós-guerra a Aviação de Patrulha teve papel destacado no episódio denominado “Guerra da Lagosta”, quando franceses e brasileiros quase se envolveram em um conflito bélico. Em uma terceira fase, com a compra do Navio Aeródromo Ligeiro *Minas Gerais*, a Aviação de Patrulha passou a operar embarcada, em uma inédita parceria interforças. No presente artigo o autor discorre sobre a história da Aviação de Patrulha brasileira, bem como analisa as perspectivas para o futuro, com a adoção da moderna aeronave P-3AM Orion.

Palavras-chave: Aviação de Patrulha, 2ª Guerra Mundial, “Guerra da Lagosta”, FAB.

INTRODUÇÃO

Durante a 2ª Guerra Mundial, o cenário era de ameaça submarina e exigia ações de vigilância e defesa

para a proteção dos comboios que transportavam suprimentos e “commodities” para o esforço de guerra. Na ocasião, a Nação brasileira reco-

^a Major-Brigadeiro do Ar. Presidente da Associação Brasileira das Equipagens da Aviação de Patrulha.



nheceu os feitos da Aviação de Patrulha na Campanha do Atlântico Sul.

Exatamente 20 anos depois, em 1962, no conflito entre o Brasil e a França que ficou conhecido como a “Guerra da Lagosta”, mais uma vez a Aviação de Patrulha foi acionada para contribuir com o esforço nacional, no sentido de garantir a autonomia nas águas jurisdicionais Brasileiras.

Embora não houvesse a presença de submarinos, foi uma prova real para a capacidade de pronta resposta e vigilância da Força Aérea Brasileira (FAB), em apoio ao controle da área marítima necessária às operações navais. Não havia submarinos, mas a presença de navio de uma potência do primeiro mundo afrontava nossa soberania.

Em tempos modernos, a importância econômica dos recursos presentes na plataforma continental Brasileira e a grande dependência das linhas de comunicações marítimas para o comércio internacional são motivos de preocupação para os estrategistas e os estudiosos da defesa nacional, tendo em vista a

grande extensão da área, o valor estratégico dos bens e o fato de que estão situados nos limites da Zona Econômica Exclusiva Brasileira.

Assim, uma vez mais, a Aviação de Patrulha tem um desafio pela frente, na medida em que a vigilância dessa área de grande valor estratégico, conhecida como a Amazônia Azul, é um pressuposto para a segurança e a defesa desse patrimônio da nação brasileira.

Antes de iniciarmos os fatos históricos vejamos algumas ideias. História provém do grego antigo *historiae*, que significa testemunho, no sentido daquele que vê, e é a ciência que estuda o Homem e sua ação no tempo e no espaço.

Para Cícero, “a história é a mestra da vida”. Também podemos inferir, a partir de Cícero, que sempre somos capazes de aprender conhecendo a história. Já diziam nossos mestres que é mais salutar aprender com as lições da história do que com nossos erros.

A história pode ser apresentada sob algumas formas como narrativa (episódica), pragmática ou científica, conforme os pesquisadores, os



autores ou mesmo os expositores, como esse que vos escreve. Neste artigo procurarei ser mais científico e menos pragmático, mostrando os fatos históricos em suas originais circunstâncias políticas e estratégicas.

A CAMPANHA DO ATLÂNTICO SUL

Ao início da 2ª Guerra Mundial, em 1939, as nações americanas, percebendo que o conflito chegaria até este lado do Atlântico, resolveram estabelecer uma Zona de Segurança de 300 milhas marítimas, dentro da qual manteriam neutralidade, o que ocorreu até 1941.

Diante da nova situação estratégica, houve a formação de comboios de navios mercantes devidamente escoltados por navios de guerra, para o trânsito entre os portos brasileiros e os portos do Atlântico Norte (Rio de Janeiro - Trinidad).

Depois da entrada dos EUA na guerra, reflexo direto do ataque Ja-

ponês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, a situação mudou, e passou a haver torpedeamentos e afundamentos de navios mercantes americanos ao longo de sua costa oriental e do Caribe.

Foi organizada então uma operação de patrulhamento com aeronaves da recém-criada Força Aérea Brasileira, com apoio dos Estados Unidos da América, empregando todos os tipos de aeronaves disponíveis.

Para este artigo, selecionamos quatro eventos que marcaram com glórias a atuação da Aviação de Patrulha na 2ª Guerra Mundial:

- o ataque ao submarino italiano *Barbarigo* em maio de 1942;
- o afundamento do submarino alemão *U-199* em julho de 1943;
- o ataque ao submarino *U-170* em outubro de 1943; e
- a criação da unidade de treinamento USBATU na Base Aérea de Natal.

a) Ataque ao *Barbarigo*

O submarino italiano *Barbarigo*, mal chegado ao mar territorial



brasileiro, ataca com torpedos e canhões o mercante brasileiro *Comandante Lyra*, no dia 18 de maio de 1942, em um ponto situado 60 milhas a noroeste do Atol das Rocas.

Quatro dias depois, em 22 de maio, às 14 horas, entre Noronha e Rocas, um avião Mitchell B-25 do Agrupamento de Aviões de Adaptação de Fortaleza, pilotado pelos capitães-aviadores Affonso Celso Parreiras Horta e Oswaldo Pamplona Pinto surpreendeu o *Barbarigo* navegando na superfície. Os marinheiros correram para suas armas e abriram fogo contra a aeronave.

Como a orientação em vigor era só atacar submarinos hostis (o Brasil ainda não havia declarado estado de guerra), isso foi considerado um ato hostil, e o B-25 fez uma passagem sobre o submarino lançando todas as bombas, que caíram próximas ao alvo.

Em 22 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra ao Eixo, tornando-se oficialmente aliado dos EUA, recebendo gratuitamente 28 aviões A-28 Hudson. Recebeu também 6 hidroaviões PBY-5 Catalina, e 14 PBY-5A Catalina anfíbios.

Também foram recebidas 14 PV-1 Ventura, aeronaves no estado da arte, para serem empregadas no patrulhamento das águas próximas ao litoral Brasileiro. Isso fortaleceu e deu base para a formação especializada e treinamento dos nossos aviadores e membros de equipagem de combate.

b) O afundamento do U-199

O submarino alemão *U-199* foi afundado a cerca de 60 milhas marítimas ao sul do Rio de Janeiro, quando se posicionava para atacar um comboio JT-3 em início de viagem para Trinidad e EUA. O *U-199* era um submarino de última geração, de 1.200 toneladas, com 44 mil quilômetros de alcance, comandado pelo capitão Hans-Werner Kraus e 61 homens de tripulação. Como armamento de convés, tinha canhões de 37 mm e de 20 mm antiaéreos e duas metralhadoras pesadas. Esse submarino já havia feito vários ataques à navegação.

Em 3 de julho de 1943, o *U-199* abateu uma aeronave PBM americana do Esquadrão VP-74 baseado no Galeão. Em 20 do mesmo



mês, afundou o navio inglês *Henzada*, e, na mesma data, destruiu o *Charles Peale*, a 50 milhas ao sul do Rio.

No dia 31 de julho de 1943, o *U-199* foi detectado próximo ao Rio de Janeiro e atacado em uma operação muito bem coordenada com três aeronaves, como veremos, segundo relato de um dos participantes, o tenente-aviador Schnoor.

submarino com suas metralhadoras, o que causou algum dano.

O segundo ataque coube ao Hudson, pilotado pelo 2º tenente Sérgio C. Schnoor, que lançou duas bombas Mk-17 e usou duas metralhadoras .30 de nariz. As bombas caíram curto do alvo, mas as metralhadoras, em dois sobrevoos, causaram baixas aos operadores das armas de convés do submarino. Após



O PBY Catalina Arará da FAB se preparando para decolar

O primeiro ataque foi por um PBM americano pilotado pelo tenente Smith que lançou duas bombas de profundidade e fustigou o

o ataque, o Hudson regressou ao Rio e sua tripulação pegou outro avião municiado e voltou ao ponto do primeiro ataque.



Nesse ínterim, o PBY pilotado pelo 2º tenente Alberto Martins Torres, deixou a varredura que estava fazendo em Cabo Frio e se dirigiu à cena do Rio para atacar, de forma brilhante, com três impactos diretos de bombas na primeira passagem e outro impacto direto com a quarta bomba na segunda passagem. Este último ataque com a quarta bomba foi efetuado após o piloto fazer uma curva de regresso de grande inclinação, à baixa altura, a cerca de 100 metros do nível do mar.

Na opinião do tenente Smith, piloto do PBM que a tudo assistiu, os dois ataques de Torres foram demonstração de ótima pilotagem. O submarino, com o segundo impacto, foi içado verticalmente, para logo afundar.

Todos os participantes dos dois ataques foram agraciados com a Medalha do Mérito Aeronáutico pelo então Ministro Salgado Filho. Pela Marinha americana, a *Distinguished Flying Cross* foi concedida aos tripulantes do PBY.

Considera-se esse feito dos dois aviões como o mais importante

dentre os vários embates efetuados por aviões da FAB no Atlântico Sul. Os 16 sobreviventes do *U-199*, inclusive o capitão Kraus, foram resgatados no mar pelo destróier americano *USS Barnegat* e levados para a Base do Recife como prisioneiros de guerra.

c) O ataque ao U-170

Digno de registro também, foi o ataque ao submarino alemão *U-170*, feito em 30 de outubro de 1943, pelo Patrono da Aviação de Patrulha, o então capitão-aviador Dionysio Cerqueira de Taunay, no comando de um PBY-5A Catalina, durante uma missão de cobertura de comboio, tendo como copiloto o então 2º tenente Sérgio C. Schnoor.

O *U-170* era um submarino de 1.545 toneladas com alcance de 25.000 milhas, equipado com canhões de duplo emprego de 105 mm e de 37mm e 20mm antiaéreos.

Segundo relato do tenente Schnoor, copiloto da aeronave,

O *U-170* navegava em direção ao um comboio JT que ia para o norte sob a cobertura aérea da



FAB. O avião brasileiro (Catalina) lançou duas bombas de profundidade que caíram antes do alvo. O submarino reagiu com todo o seu armamento de convés atingindo a quilha vertical do avião, a carenagem do motor direito e dezenas de tiros de metralhadora ao longo da parte superior da fuselagem. A barragem de fogo era tão densa que as explosões das granadas de cor cinza claro e cinza escuro exalavam um cheiro acre na cabine do avião. O submarino não foi considerado afundado por falta de testemunhas, fotografia ou sobreviventes. Os sargentos Halley Passos e Umberto Mirabelli, da tripulação do avião, foram feridos por estilhaços.

Temos aqui um testemunho, o mais legítimo registro da história, sobre um dos inúmeros feitos da Aviação de Patrulha em prol de nossa pátria. O major-brigadeiro Taunay realizou um total de 67 missões de patrulha em aeronaves Hudson e Catalina, e foi designado Patrono da Aviação de Patrulha.

d) Criação da USBATU

Além dos aviões que a FAB recebeu, houve a transferência de doutrina e treinamento, ministrados

por uma equipe denominada United States-Brazil Air Training Unit – USBATU, criada em convênio com os EUA.

O estágio realizado nessa Unidade recebeu a designação de *Operational Training Course* (Curso de Treinamento Operacional) e foi todo realizado em aeronaves PV-1 Ventura, com ênfase em padronização de procedimentos, regras de segurança, radar e equipamentos próprios de submarinos, como o tubo *snorkel*.¹

Essa Unidade vinha ao encontro da necessidade de atualizar as equipagens de voo brasileiras com a capacidade dos novos aviões, os quais incorporavam equipamentos mais modernos e demandavam técnicas de emprego e conhecimento apurados.

Eram tecnologias inéditas que chegavam, trazendo para as operações da área o concurso de novos engenhos, destacando-se entre eles o radar, chegado há pouco nos novos aviões da U.S. Navy.

Os formados nesse curso foram designados para constituir uma Uni-



dade de Patrulha equipada com aeronaves PV-1 Ventura em Recife-PE.

Segundo o brigadeiro Magalhães Motta, “seria a primeira unidade da FAB efetivamente treinada para operações de guerra antissubmarino e equipada com o que de mais moderno havia no mundo”.

Próximo ao fim da guerra, a FAB recebeu 5 aviões PV-2 Harpoon, versão moderna do PV-1 Ventura, os quais não chegaram a entrar em operação devido ao término do conflito. Ao final da guerra, o Almirante Ingram, comandante da 4ª Esquadra dos EUA, enviou a seguinte mensagem ao Ministro da Aeronáutica do Brasil com as seguintes referências:

Os voos frequentes, prolongados e perigosos feitos pela Força Aérea Brasileira exigiram perícia de voo, a máxima cooperação e coragem excepcional. Não há dúvida de que as operações da Força Aérea Brasileira foram da maior importância e um dos fatores decisivos na eliminação do inimigo no Atlântico Sul.

Cumprе ressaltar que não foi só o governo americano que reconheceu o mérito daqueles bravos tripulantes. O povo Brasileiro fez inúmeras demonstrações de apreço e consideração. Um deles foi batizar o Catalina que afundou o *U-199* com o nome do navio *Arará*, covardemente afundado no ano anterior, quando ia resgatar sobreviventes de outro navio. O *Arará* foi batizado em 28 de agosto de 1943 com água do mar por Miriam Santos, uma garotinha órfã de Durval Batista dos Santos, morto naquele naufrágio. Na solenidade, estiveram presentes o Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, e Assis Chateaubriand, que discursou na ocasião, com grande comparecimento popular.

Em termos estratégicos, o Brasil teve participação decisiva para a vitória aliada na 2ª Guerra Mundial, participando nas três principais ações estratégicas na Campanha do Atlântico Sul:

- formação de comboios;
- patrulhamento do mar e proteção aos comboios; e



- cessão das bases no saliente nordestino para a operação do corredor aéreo de suprimento para o norte da África.

O Brasil teve papel de destaque para a vitória final, pois, além da atuação da Aviação de Patrulha, houve a participação do 1º Grupo de Aviação de Caça e da Força Expedicionária Brasileira na campanha da Itália.

O PÓS-GUERRA

Segundo o coronel-aviador José de Carvalho, ex-presidente da Associação Brasileira de Equipagens da Aviação de Patrulha, o fim da guerra marcou também um declínio na operacionalidade da Aviação de Patrulha, pois os aviões passaram a ser empregados basicamente em missões de transporte para atender ao desafio de integração nacional, com prioridade para a Amazônia.

As aeronaves A-28 Hudson foram distribuídas por várias Bases Aéreas, onde passaram a cumprir missões administrativas. Em 1946,

as aeronaves Catalina foram transferidas para o 1º/2º Grupo de Aviação (GAv), em Belém-PA, e também empregadas em missões administrativas.

Em 1950, o Brasil adquiriu seis aeronaves Catalina e formou-se em Belém um núcleo que ficou conhecido como Unidade-Escola de Patrulha, até o fim da década, quando os aviões passaram a ser empregados como aviões de transporte.

Ao término da guerra, os PV-1 e PV-2 permaneceram em Recife-PE até 1948, quando foram substituídos por B-25 e recolhidos ao Parque de Manutenção de Recife e, em 1954, transferidos para o 1º/7º GAv, em Salvador.

Em 1959, os PV-1 e PV-2 finalmente foram desativados e substituídos pelos P-15 Neptune, que operaram em Salvador-BA até 1976. O P-15 era um avião especialmente projetado como avião de patrulha, tendo grande raio de ação e equipamentos acústicos e magnéticos para a guerra antissubmarino.

Em 1976, os P-15 foram desativados e substituídos por aeronaves



P-95 Bandeirante Patrulha da Embraer, que equipam até hoje os Esquadrões de Patrulha da FAB. Esses aviões têm limitada autonomia e pequena capacidade de armamento.

Em 13 de dezembro de 1956, já no governo JK, a Marinha adquiriu o navio-aeródromo britânico *HMS Vengeance* da classe *Colossus*, que viria a ser o navio-aeródromo leveiro (NAeL) *Minas Gerais*, o A-11. Como consequência, em 6 de fevereiro de 1957, é criado o 1º Grupo de Aviação Embarcada (GAE), “com a finalidade de guarnecer navios-aeródromos da Marinha do Brasil”.

Em 1958, o 1º GAE recebeu as suas primeiras aeronaves: seis B-25 Mitchell, dois helicópteros H-13J e cinco AT-6D Texan, com os quais iniciaram-se os treinamentos em um convés de voo pintado na cabeceira da pista da Base Aérea de Santa Cruz.

Após a definição de que a missão do 1º GAE seria antissubmarino, a FAB adquiriu 13 aeronaves Grumman S2F-1 Tracker, denomi-

nado P-16 na FAB, e seis helicópteros Sikorsky HSS-1N Seabat, denominado SH-34J na FAB.

Os tripulantes foram aos EUA para receber o treinamento necessário nas aeronaves e em missões antissubmarino e, ao final de junho de 1961, chegou a primeira esquadrilha de P-16, sendo recebida no aeroporto Santos Dummont, por altas autoridades.

Embora prontas as aeronaves e adestrados os pilotos, a Marinha não autorizava o treinamento e a operação a bordo do navio-aeródromo, tanto de aviões como de helicópteros. O 1º GAE passou a realizar missões diversas independentes, inclusive participando da chamada “Guerra da Lagosta”.

Houve um pouso de H-34 no *Minas Gerais* em 7 de setembro de 1962, levando o comandante do então CAT-NAV para saudar a Marinha pelo Dia da Pátria. Esse foi, na realidade, o primeiro pouso de aeronave da FAB no *Minas Gerais*, e representou um gesto de aproximação que não frutificou, pois ambas as Forças tinham posições inflexíveis.



Depois da intervenção presidencial, um P-16E Tracker do 1º Grupo de Aviação Embarcada da FAB opera a partir do navio aeródromo ilgeiro *Minas Gerais*

Como não havia definição sobre competência para operar aeronaves de asa fixa a bordo, a Marinha operava, além de helicópteros, aeronaves TBM-3 Avenger, Pilatus PC-3 e NA T-28R1 Trojan.

O relacionamento entre a Marinha e a FAB era tenso, havendo muita repercussão na imprensa com artigos e publicações diversas. Já em pleno regime contrarrevolucionário, o presidente Castelo Branco define a situação por meio do Decreto nº 55.627, de 26 de janeiro de

1965, estabelecendo a operação de asa fixa por conta da FAB e a de helicópteros pela Marinha.

Então, após os necessários ajustes legais e de treinamento, o primeiro P-16 pousou no NAeL *Minas Gerais* em 22 de junho de 1965.

A partir daí, o entrosamento e a operacionalidade entre o 1º GAE e o NAeL *Minas Gerais* foram sendo concretizados por desempenhos destacados nas operações UNITAS, que reúnem anualmente



as Marinhas das Américas, sob a coordenação dos EUA.

Estava finalmente superada a chamada “questão da embarcada” e a FAB marcou com eficiência e prontidão a sua presença em operações antissubmarino, tanto partindo de terra como de navio-aeródromo.

O esquadrão, a partir de 1975, recebeu as aeronaves P-16E, mais modernas. Em 1980, na UNITAS XXI, detectou, empregando boias passivas, um submarino soviético, logo confirmado por uma aeronave P-3 americana que foi enviada para a cena de ação.

A tentativa de remotorizar as aeronaves P-16E (o P-16H) fracassou por inadimplência da empresa contratada e, em 1996, os P-16 foram finalmente desativados.

A OPERAÇÃO LAGOSTA

Vamos retroceder novamente no tempo.

Embora não tenha caracterizado uma quebra da paz no Atlântico Sul, a chamada “Guerra da Lagosta” foi motivo de mobilização e

ativação de unidades navais e aéreas de combate para garantir a soberania Brasileira nas nossas águas jurisdicionais.

Em 1963, incidentes com pescadores de lagosta franceses no litoral nordeste do Brasil levaram a Marinha a aprisionar alguns barcos de pesca, tendo o governo francês enviado um navio de guerra, o contratorpedeiro *Tartu*, para a região, o que estabeleceu um conflito internacional que ficou conhecido como a “Guerra da Lagosta”.

Estava em vigor, desde 1948, a Convenção de Genebra sobre a Plataforma Continental, a Pesca, a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto Mar, o Mar Territorial e o Alto Mar, que reconhecia que: “[...] o Estado Ribeirinho exerce direitos soberanos sobre a plataforma continental, com vistas à exploração e utilização de seus recursos naturais.”

Como alguns barcos pesqueiros franceses foram flagrados pescando a lagosta e não tinham a licença, que havia sido cancelada, foram apresados pela Marinha do Bra-



sil, desencadeando uma crise diplomática intensa com troca de memorandos.

A posição da França foi de enfrentamento, pressupondo que o Brasil não teria capacidade ou vontade de defender seus interesses. A Marinha do Brasil constituiu um Grupo-Tarefa (GT) constituído por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros e outros navios de apoio. A FAB passou a realizar missões de Esclarecimento, Cobertura e Vigilância aérea empregando aeronaves P-15 Neptune, B-17 Flying Fortress e P-16A Tracker, armados com foguetes ar-solo.

Os P-15, que esclareciam a partir de Fernando de Noronha até 500 milhas, localizaram o contratorpedeiro francês *Tartu* e o mantiveram sob acompanhamento dia e noite. Também foram localizados vários pesqueiros franceses e o navio-mãe que recolhia e armazenava o produto da pesca.

Além de busca visual e com radar, foram empregadas táticas com Medidas de Apoio Eletrônico (MAE) que, associados a métodos

de navegação e triangulação, permitiam obter a localização do navio e manter o seu acompanhamento. Considerando que somente as aeronaves de patrulha tinham esse tipo de equipamento de MAE naquela época, pode-se deduzir que, naquele cenário, foram realizadas as primeiras missões reais de guerra eletrônica da FAB.

No Nordeste, a FAB ainda contava com os veteranos B-17 para auxiliar as tarefas dos P-15. Estes aviões ficavam baseados em Recife-PE e pertenciam ao 6º GAv. Não dispunham de nenhum equipamento especial para esclarecimento e o reconhecimento era totalmente visual.

O grande reforço viria da Base Aérea de Santa Cruz, onde estava baseado o 1º Esquadrão do 1º Grupo de Aviação Embarcada (1º/1º GAE) e seus treze P-16, incorporados dois anos antes, e consideradas as aeronaves mais modernas na época.

Os aviões contavam com uma suíte eletrônica bastante complexa,



incluindo radar de busca, radar Doppler, radar-altímetro de baixa altitude, sensor de anomalias magnéticas DAM e sistema de contramedidas eletrônicas.

Ao início do deslocamento do GT da Marinha, houve um episódio muito pouco divulgado, mas que consideramos relevante. O Adido Naval dos EUA levou ao Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) do Brasil a seguinte mensagem (re-cado):

O Sr Embaixador dos EUA mandou informar a V.Exa. que recebeu ordens do Departamento de Estado para comunicar ao Comandante Militar da MB [na época era o CEMA] que os dois Contratorpedeiros que suspenderam do porto do Rio de Janeiro, com destino ao nordeste, deveriam regressar imediatamente, porque a Lei do Senado americano, que concedeu o empréstimo desses navios², proíbe o uso dos mesmos contra qualquer aliado dos EUA.



Durante a "crise da lagosta", um B-17 do 6º GAv faz uma passagem baixa sobre o contratorpedeiro francês *Tartu*

A resposta foi imediata por parte do CEMA, lembrando a vigência do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, e foi feita nos seguintes termos:

[...] configurando a agressão militar francesa, como anunciado em Paris, o Brasil espera que os EUA honrem seus compromissos na defesa coletiva do continente, declarando guerra contra a França, como o Brasil honrou seus compromissos declarando guerra contra os japoneses na 2ª Guerra Mundial, sem nunca ter sido agredido por eles.

Ao final do conflito o *Tartu* foi substituído pelo aviso *Paul Goffeny*.



Após esgotados todas as discussões se lagosta era peixe, se o Brasil podia ou não cancelar as licenças de pesca, e confirmada a firme posição militar brasileira, o navio de guerra francês retornou com os pescadores e o conflito encerrou-se.

Graças à pronta resposta da Marinha, com o envio de uma força naval para a região do conflito, e da Força Aérea, com o emprego de aeronaves de patrulha, o Brasil afirmou a soberania e preservou os interesses econômicos nacionais nas suas águas jurisdicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daquele conflito, três conclusões podemos enunciar. A primeira é que questões econômicas podem levar a um conflito. A segunda é que um país amigo como a França pode tornar-se, da noite para o dia, uma ameaça concreta ao país. E a terceira é que, em questões envolvendo a soberania nacional, a pronta resposta militar faz a diferença e garante a vontade nacional.

Em 2009 iniciou-se a produção de óleo no Campo Tupi, integrante da Bacia de Santos, coroando a descoberta de substanciais reservas de petróleo e gás natural em águas profundas. É o fenômeno pré-sal tornando-se realidade. Mas, a plataforma continental brasileira também tem jazidas de minerais diversos, de grande valor econômico e estratégico, como diamante, enxofre, cobalto, níquel, cobre e manganês, só para citar os principais.

Por essa riqueza e diversidade, as águas jurisdicionais brasileiras, equivalentes, em extensão, à dimensão da Amazônia Brasileira, receberam a denominação de “Amazônia Azul”, que pode ser definida como a Zona Econômica Exclusiva acrescida da Plataforma Continental.

O crescimento da importância econômica dos recursos presentes na plataforma continental Brasileira é motivo de preocupação para os estrategistas e estudiosos dos assuntos de defesa nacional, tendo em vista os novos enfoques advindos da globalização e seus atores principais.

Esses atores, da mesma forma que propugnam ser a Amazônia um



“patrimônio da humanidade” ou “pulmão do mundo”, poderão ter uma visão semelhante a respeito dos nossos direitos sobre o aproveitamento dos valiosos recursos da “Amazônia Azul”.

A segurança e a defesa desse imenso patrimônio dependem da presença do estado, por meio dos navios, helicópteros e submarinos da Marinha, bem como das aeronaves de patrulha da FAB.

Atualmente, enquanto 90% da economia mundial tem trânsito por zonas costeiras, no Brasil, esse fator é superior a 95%, o que faz com que as linhas de comunicações marítimas tenham importância estratégica para o país.

As três principais são:

a) passagem no extremo sul da África (rota do cabo) - é essencial ao suprimento do Brasil, e da Europa ocidental, e é a principal linha de escoamento do petróleo do Oriente Médio, com frequência média de 2.000 navios/mês.

b) linha Natal-Dakar - situa-se às portas da Europa e sua importância remonta à 2ª Guerra Mundial; e

c) Estreito de Magalhães - é a única ligação natural entre Atlântico e Pacífico, com frequência média de 1.000 navios/ano.

Não obstante desfrutar de uma fronteira terrestre de cerca de 11.500 km, o Brasil encontra-se voltado totalmente para o litoral, onde se localizam elementos essenciais à segurança e ao desenvolvimento do país. Segundo assinala Terezinha de Castro, em uma faixa de 200 milhas do território a partir do litoral, localizam-se a maioria das capitais estaduais, a maior parte do parque industrial, a maior parte da rede rodoferroviária, os portos, as instalações militares da FAB e da Marinha, estaleiros, sítios de radar para controle de tráfego aéreo e defesa aérea.

Podemos concluir que o Atlântico Sul é de importância capital para os negócios do Brasil e sua vigilância aérea é responsabilidade da aviação de patrulha.

Em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica, foi aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que



também é conhecida como convenção da Jamaica ou convenção de Montego Bay. Ela dispõe sobre o mar, investigação científica marinha, desenvolvimento e transferência de tecnologia marinha e solução de controvérsias, entre outros assuntos. Considerado um dos mais importantes tratados multilaterais, entrou em vigor em 16 de novembro de 1994.

A convenção, além de estabelecer o regime jurídico para os assuntos do mar, consagrou os seguintes direitos:

- limitação da largura do mar territorial (MT) ao máximo de 12 milhas marítimas (mima);

- direito do estado costeiro de estabelecer uma zona contígua (ZC) ao MT, até a distância de 24 mima;

- reconhecimento dos direitos soberanos e da jurisdição do estado costeiro a uma zona econômica exclusiva (ZEE) até a distância de 200 mima do litoral e sobre a plataforma continental, podendo chegar até 350 mima;

- foi também criada a figura da “área” - o alto-mar - situada além das jurisdições nacionais, ficando

sob administração de uma “autoridade” internacional.

Além da convenção da Jamaica, uma outra convenção - a Convenção de Chicago, que criou a OACI - acarretou responsabilidades ao Brasil que vão muito além das águas jurisdicionais brasileiras.

O anexo 12 daquela convenção lista as medidas para estabelecimento, manutenção e operação de busca e resgate pelos membros da OACI em seus territórios e sobre o alto-mar. De acordo com esse anexo, até o limite representado pelo meridiano de 10° W, o Brasil tem responsabilidades de busca e resgate, tanto para aeronaves, como para embarcações e seus tripulantes.

Embora a doutrina básica da FAB estabeleça essa atribuição para um tipo específico de aviação, denominada aviação de busca e resgate, a aviação de patrulha tem capacidade para também atuar nesse serviço, sob coordenação do serviço de busca e salvamento - SALVA-ERO - ou em cooperação com a Marinha do Brasil.

Em decorrência da convenção da Jamaica, o Brasil iniciou quatro



projetos muito importantes para a consolidação da autonomia nas nossas águas jurisdicionais.

O projeto arquipélago promoveu a ocupação de forma permanente do arquipélago de São Pedro e São Paulo com uma estação para cientistas brasileiros e um farol para uso da navegação marítima.

O programa de avaliação do potencial sustentável dos recursos vivos na ZEE (REVIZEE) vai proporcionar informações técnicas e científicas para o adequado manejo dos mananciais, de grande relevância socioeconômica para o setor pesqueiro que gera cerca de 800 mil empregos e envolve aproximadamente 4 milhões de pessoas, além de ser fonte importante de proteínas de consumo alimentar.

O projeto de recursos minerais da plataforma continental (REMPAC) objetiva identificar locais com possibilidade de serem depositários de minerais marinhos, como os nódulos polimetálicos, os quais são compostos de níquel, cobalto, manganês e cobre, bem como as chamadas crostas manganésíferas.

O art. 4º do anexo II da Convenção da Jamaica faculta aos estados pleitearem estender o limite exterior da plataforma continental além de 200 milhas, mediante informações científicas e técnicas de apoio. Com esse objetivo, o governo instituiu um ambicioso e importante plano relacionado com as águas jurisdicionais brasileiras, o plano de levantamento da plataforma continental brasileira (LEPLAC).

O trabalho concluiu que a área além da ZEE - a plataforma continental jurídica - tem a dimensão de 911.847 km² que, somada à área da ZEE atinge 4.451.766 km², ultrapassando a metade da área continental que é de 8.512.000 km², e quase equivalente à dimensão da Amazônia Legal, nascendo daí a expressão “uma Amazônia em pleno mar: a Amazônia Azul”.

O Brasil solicitou à Comissão de Limites da plataforma continental (órgão da ONU) o reconhecimento dessa extensão além das 200 milhas, o que dará autonomia sobre os recursos naturais ali existentes. A proposta ainda não foi totalmente



aceita e foram solicitados dados complementares.

Há mais de dois anos, as jazidas de petróleo e gás no pré-sal, a grande profundidade, estão sendo medidas e avaliadas, com a expectativa de que seja um grande manancial. As jazidas estendem-se desde Santa Catarina até o Espírito Santo. Estima-se que essas reservas atinjam 80 a 90 bilhões de barris, o que, somado às reservas de 14 bilhões, elevariam a posição do Brasil para entre os dez maiores no ranking de reservas. Muito pode ser comentado sobre esse assunto, como o regime de concessões e os royalties, que são um dos itens da CPI que está instalada no Congresso Nacional.

Mas, para a nossa consideração, basta ter a ideia do que essas riquezas representam para o progresso do nosso país, e de como se torna essencial mantermos a presença e a vigilância nas águas jurisdicionais brasileiras.

Em 1993, o setor operacional da FAB, já prevendo a obsolescência das aeronaves P-16 Tracker, apresentava a situação iminente de

parada daqueles aviões e a consequente necessidade de aquisição de um novo vetor que recuperasse a capacidade de realização de missões Antissubmarino baseadas em terra.

O passo seguinte foi a elaboração, pelo Estado-Maior da Aeronáutica, do documento chamado Requisito Operacional Preliminar (ROP), em 1998, cujas especificações poderiam ser atendidas pela aeronave P-3 Orion, fabricado pela empresa Lockheed Martin, surgindo então o Projeto P-3BR.

A concepção do projeto foi adquirir aeronaves usadas e disponibilizadas pelos EUA no AMARC (*Aerospace Maintenance and Regeneration Center*), localizado próximo à Base Aérea de Davis-Monthan, no Estado do Arizona, nos EUA, e submetê-las a um processo de modernização por uma empresa especializada que, no caso, foi a espanhola *Construcciones Aeronáuticas S.A. – EADS CASA*.

O processo de seleção e escolha do P-3 foi aprovado pelo Conselho de Defesa Nacional em 31 de outubro de 2002, e o contrato comercial foi assinado em 29 de abril



de 2005. A nova aeronave foi designada como P-3AM e alocada ao 1º/7º GAv, que passou a operá-la a partir de 2011, a partir da Base Aérea de Salvador.

O contrato com a EADS-CASA de US\$ 423 milhões teve como contrapartida³ o investimento de US\$ 467 milhões dessa empresa em empresas do ramo aeroespacial no Brasil.

A aeronave P-3AM foi projetada para ser empregada na tarefa de interdição, nas missões de patrulha marítima, minagem aérea, cobertura e antissubmarino. Na tarefa de sustentação ao combate, pode realizar missões de Posto de Comunicação no Ar e de Reconhecimento Aéreo em guerra eletrônica e de sinais. Pode também ser empregada como aeronave de Controle e Alarme em Voo, por sua capacidade de classificar e acompanhar alvos aéreos.

Quanto ao emprego de armamentos, a sua capacidade é a maior e mais diversa da FAB, pois estará preparada para lançar mísseis antissuperfície, torpedos, minas e cargas de profundidade. O P-3AM conta com equipamento que proporciona

imagem de televisão em ambiente de baixa luminosidade (LLTV - *Low Level Light Television*) o qual permite obter imagens de alvos de superfície em condições noturnas ou de baixa visibilidade. Essa aeronave representa o resgate da capacidade operacional da Aviação de Patrulha da FAB.

Na Campanha do Atlântico Sul, a defesa contra os submarinos do eixo foi feita com a formação de comboios sob proteção de navios de guerra e de aeronaves, complementada por um plano de esclarecimento permanente do litoral por aeronaves de todos os tipos. Os livros registram ataques e afundamentos de navios por submarinos e ataques de aeronaves a submarinos, pois eram equipados com armamento antiaéreo.

Relembramos quatro fatos marcantes para a história da Aviação de Patrulha e da própria FAB:

- o ataque ao submarino italiano *Barbarigo* em 22 de maio de 1942; esse dia passou a ser o Dia da Aviação de Patrulha e foi, na realidade, a primeira ação bélica da FAB na 2ª Guerra Mundial.



- o afundamento do submarino alemão *U-199* em 31 de julho de 1943, que foi o único afundamento oficialmente registrado de um submarino pela FAB;

- o ataque ao submarino *U-170* pelo capitão Taunay, designado Patrono da Aviação de Patrulha, tendo como copiloto o tenente Schnoor, com tripulantes feridos a bordo; e

- a criação da USBATU, trazendo organização, doutrina e segurança para as operações da patrulha de então; o formato USBATU tornou-se modelo de curso para outras aviações.

O conflito franco-brasileiro sobre a questão da pesca da lagosta demonstrou a capacidade de reação do Brasil frente a uma questão econômica que escalou para um confronto aeronaval, com navios de guerra armados e aeronaves de patrulha em vigília 24 horas no ar, mantendo o controle da área marítima necessária às operações.

Atualmente, há aspectos de extrema importância estratégica para o nosso país que estão diretamente ligados ao uso do mar, como sejam:

- é a principal via adotada pelo comércio exterior relacionado com o Brasil;

- é sede de importantes bacias produtoras de petróleo e gás, dos quais as plataformas de exploração são a expressão material;

- concentra mananciais de pescados e produtos minerais ainda não totalmente explorados;

- constitui área de responsabilidade brasileira para controle de tráfego aéreo, conforme acordo internacional; e

- demanda vigilância, busca e resgate, aéreos e marítimos, tanto pela FAB, como pela Marinha do Brasil.

Resumindo, o Atlântico Sul tem importância capital para o Brasil no que tange ao desenvolvimento nacional, e no que diz respeito à busca de uma maior autonomia política para a manutenção da própria integridade nacional.

A Amazônia Azul, representação de uma vasta área com reservas de riqueza até há pouco tempo não imaginadas, demanda vigilância e proteção em profundidade, o que



deve ser feito de maneira sistemática e coordenada com a Marinha, em consonância com a postura de dissuasão estratégica estabelecida na política de defesa nacional em vigor.

A Aviação de Patrulha da FAB, limitada em horizonte e equipamentos especializados após a desativação dos P-15, seguida da dos P-16 em 1996, tem agora a oportunidade de novamente capacitar-se para enfrentar esse desafio, recuperando a operacionalidade perdida. A implantação da aeronave P-3AM Orion vem ao encontro da necessidade de emprego de uma aeronave

de longo alcance com capacidade antissubmarino, para exercer a vigilância além das plataformas de petróleo, contribuindo para a dissuasão estratégica e agregando valor ponderável aos poderes marítimo e naval brasileiros.

As aeronaves da Aviação de Patrulha estão presentes, desde o ontem, quando os velhos patrulheiros deram seu sangue e sua vibração na defesa da Pátria, até o futuro que chega, quando os jovens patrulheiros de hoje terão a nobre missão de continuar a vigília constante em nossa área de responsabilidade marítima, protegendo céu e mar.

¹ O *snorkel* era um equipamento dos submarinos que consistia de dois tubos que se elevavam acima da superfície do mar: um para admitir ar puro e outro para expelir os gases dos motores.

² O Termo de arrendamento dos contratorpedeiros classe P, feito pela Marinha do Brasil à Marinha americana, não permitia o seu uso contra país aliado dos EUA.

³ Trata-se de uma cláusula conhecida como *off set*: toda e qualquer prática compensatória acordada entre as partes como contrapartida pela importação de bens ou serviços, com o objetivo de gerar benefícios de natureza comercial, industrial ou tecnológica para o setor aeroespacial brasileiro e para a economia nacional e que contribui para o equilíbrio da balança comercial.

Grande Guerra: navios brasileiros afundados em Cabo Verde

Ricardo José Lustosa Leal^a

Resumo: O Brasil foi levado a declarar guerra ao Império Alemão em outubro de 1917, devido ao afundamento de navios mercantes nacionais por submarinos alemães. Uma semana depois de o país reconhecer o estado de guerra, dois mercantes brasileiros que realizavam escala no Mindelo, em Cabo Verde, foram afundados pelo submarino *U-151*, que conseguiu ingressar no Porto Grande. O presente artigo analisa como o evento impactou o Brasil e fortaleceu a vontade do país em participar ativamente da Grande Guerra.

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial, Guerra naval, Cabo Verde

Quem passa pela Praça Mauá, no centro do Rio de Janeiro, depara-se com um monumento em que estão assinaladas em mapa as ilhas cabo-verdianas de Santiago, Santo Antão e São Vicente. Trata-se da memória dos portos visitados na Primeira Guerra Mundial pela esquadra brasileira então criada para patrulhamento do Atlântico, especialmente

no circuito Dacar-São Vicente-Gibraltar. Apresentada na Conferência Interaliada de Paris, em novembro e dezembro de 1917, esta esquadra de 1502 homens, dois cruzadores leves e quatro contratorpedeiros - a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) do Brasil - materializou-se em janeiro de 1918, decorrência da constatação de um estado de belige-

^a Diplomata, Conselheiro servindo no Departamento do Oriente Médio do Itamaraty.



rância iniciado pelo Império Alemão e declarado pelo Congresso no Rio de Janeiro em 26 de outubro de 1917.¹ Esse estado de guerra envolveria o torpedeamento na ilha de São Vicente, na manhã de 2 de novembro de 1917, dos vapores mercantes *Acary* (118 metros, 4.275 t), do Lloyd Brasileiro, e *Guahyba* (84 metros, 1.119 t), da Companhia de Commercio e Navegação.

O *Guahyba* estava zarpando e o *Acary*, abastecendo-se. Haviam atracado a curta distância um do outro, no Porto Grande, aberto sobre um canal entre as ilhas vizinhas de Santo Antão e São Vicente e situado nesta segunda. As ilhas fazem parte do arquipélago de Cabo Verde, próximo à costa ocidental da África, no "gargalo atlântico", entre Fernando de Noronha e Dacar, área que desde sempre constituiu passagem necessária ao comércio marítimo de interesse brasileiro, do e para o Atlântico Norte.

O torpedeamento no início de novembro de 1917 vinha somar-se aos demais ataques de submarinos e corsários alemães à navegação de interesse nacional naquele ano, com

o afundamento dos navios *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa* e *Macau*, todos na Europa. Ocorrido poucos dias após a declaração de guerra, teve enorme impacto, seja em Cabo Verde, seja no Brasil, onde não poderia deixar de ser interpretado como represália "boche".

As relações entre o Rio de Janeiro e Berlim já haviam sido rompidas em abril de 1917. Em fevereiro, o almirantado alemão autorizara seus submarinos *Untersee Boot* (*u-boat*) a torpedear quaisquer navios que entrassem em suas zonas de bloqueio. Isto não excluía os do Brasil, que se mantivera neutro desde agosto de 1914², não considerava o café como contrabando de guerra e até 1917 o vendia a britânicos e franceses. O *Guahyba* e o *Acary*, justamente, carregavam café e charque - material este que terá aliás contribuído para amortecer o impacto do projétil no caso do *Acary*, em função de sua resistência e elasticidade. Faziam escala no Mindelo³, para abastecer-se de carvão, fazer aguada e prosseguir até o Havre e Liverpool - o *Acary* vindo



do Rio de Janeiro e o *Guahyba* de Santos, via Recife.

Aquilo que até 1916 era rotineiro mesmo durante a guerra - mercantes carregados de café entre o Brasil e portos aliados - deixara porém de sê-lo em 1917, com a decisão do Almirantado alemão em fevereiro, em favor de um bloqueio naval beligerante. Em termos de direito internacional e à parte a questão da definição de "contrabando", argumentava-se que o bloqueio implicava uma possibilidade de vistoria dos navios - o que explica o recurso à iluminação total das embarcações em alto-mar e ao nome do país de origem pintado no casco, suficientes para viabilizar o comércio marítimo de interesse brasileiro até então. As formalidades de vistoria passavam porém a ser desprezadas no contexto da campanha de ataques irrestritos ao comércio com a França e sobretudo o Reino Unido, implementada pela Marinha Imperial alemã.

Do ponto de vista do Rio de Janeiro, enfim, entrar ativamente no confronto havia se tornado uma iniciativa incontornável, no plano da

política externa tendo ademais por pano de fundo a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Império Alemão, em abril de 1917.

PROTEGENDO A NAVEGAÇÃO DE INTERESSE COMUM: A DNOG

Ainda que detectar submarinos submersos fosse praticamente impossível no início do século XX, por outro lado sua autonomia era limitada e precisavam emergir com frequência. Tal como concebida, a DNOG teria como contribuir no esforço de dissuadir agressões contra navios brasileiros e aliados em geral, em área que também abarcava Cabo Verde. Nesta área, somente duas canhoneiras inglesas respondiam então – e de maneira inadequada – pelo patrulhamento marítimo.

Em águas brasileiras, ainda que em quadro de severas limitações, não tinha havido maiores dificuldades ou demoras para operacionalizar três Divisões Navais (Norte, Centro e Sul) orientadas à defesa do litoral – exigência semelhante à que se verificaria na Segunda Guerra



Mundial, *mutatis mutandis* e com todas as diferenças de escala e contexto. Já para a atuação da DNOG na África Ocidental e acima, além das naturais dificuldades logísticas para estruturá-la, a demora no início da operação associa-se à incontornável necessidade de articulação do comando da Marinha do Brasil com os Aliados. As infraestruturas e logística aliadas eram indispensáveis à projetada atuação da Marinha na Europa, e àquela época mesmo também na porção setentrional do Atlântico Sul - onde do ângulo brasileiro e em função de seu interesse para a navegação mercante se contempla igualmente Cabo Verde, entre os paralelos 15°N e 17°N, na diagonal entre o saliente nordestino e a ponta ocidental da África, de Dakar a Freetown.

Cerca de setenta anos depois, no final da Guerra Fria, o interesse e o natural envolvimento de um Cabo Verde independente na porção meridional do Atlântico seriam aliás afirmados com clareza: o país está entre os co-patrocinadores da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que em 1986

estabeleceu a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, a ZOPACAS.

Em 1917, no auge da Grande Guerra, essas constantes geo-históricas ligando Cabo Verde ao Atlântico Sul – e portanto ao Brasil – inscreviam-se porém em quadro bem diverso.

No caso do Arquipélago, as questões de defesa eram pensadas estrategicamente a partir de Lisboa sobretudo, e condicionadas pelo estado de guerra entre Portugal e as Potências Centrais (Prússia e Império Austro-Húngaro). No do Brasil, o peso das variáveis econômicas (dependência da exportação de café), de política externa (aproximação com os Estados Unidos após a República) e culturais (afinidade com a França) naquela quadra não elide o fato de que a entrada no conflito foi precedida de longo debate público e entre decisores políticos, em torno sobretudo das alternativas de neutralidade "germanófila" ou de associação aos Aliados, à luz de uma percepção da inviabilidade de se manter neutro em condições responsáveis. A primeira alternativa



teve em Monteiro Lobato um ponto de referência, a segunda em Rui Barbosa. No pano de fundo, discutia-se o papel mesmo das Forças Armadas e do Exército em particular na organização social brasileira, com intervenções de intelectuais como Alberto Torres e Olavo Bilac. O debate sobre participação na Grande Guerra foi superado em função do estado de beligerância *de facto*: a favor da tese de Rui Barbosa, exposta em discurso de 1916 ("Os Deveres dos Neutros"), o Brasil viu-se compelido a romper sua neutralidade.

Com pouco menos de um século de vida independente, 25 milhões de habitantes, boas tradições militares e meios navais adquiridos no reaparelhamento da Armada viabilizado pelo apoio de Rio Branco ao programa do Almirante Alexandrino, o Brasil de um lado entrou tardiamente no teatro de guerra mais amplo e o fez aí sem maiores consequências - mas por outro lado tinha capacidade para reagir, ainda que com meios extremamente limitados em face dos desafios a enfrentar. Em que pesem os esforços de Rio-

Branco e da Marinha, a "esquadra de 1910" – até hoje lembrada no País – não constituía na realidade uma força naval adequada, carecendo de guarnições melhor capacitadas e de indústria de base a respaldar manutenção e suprimento à altura das exigências da época. Sete anos depois, os principais meios já passavam ademais pelos primeiros grandes reparos no Arsenal da Marinha, algo que deixava de ser rotineiro em face das dificuldades de obtenção de peças em situação de guerra.

A despeito de tudo, o País não poderia deixar de reagir como o fez às agressões contra seus navios mercantes. A que vitimou o *Paraná* em 5 de abril de 1917 foi particularmente traumática: navio de 4.466 t, carregado de café, navegava a 10 milhas do Cabo Barfleur (França), iluminado, com a bandeira brasileira içada e a palavra "Brasil" pintada no casco. Após torpedeá-lo, o submarino alemão ainda dispararia cinco tiros de canhão contra os botes de salvamento. Logo depois, em 11 de abril, houve o rompimento de relações diplomáticas.



Concebida no final de 1917 e a partir daí estruturada, após o reconhecimento do estado de beligerância, a DNOG enfrentaria enormes dificuldades para operar. Tendo suspenso ferros de Fernando de Noronha em 31 de julho de 1918, progrediu lentamente na direção de Cabo Verde e da África Ocidental, com muitas paradas para reabastecimento ou reparos em alto-mar - estes com auxílio do rebocador *Laurindo Pitta*, hoje um navio-museu no Rio de Janeiro, um dos raros remanescentes daquele período em todo o mundo em condições de navegabilidade. Os navios brasileiros eram de pequeno porte (cerca de 600 toneladas), com raio de ação limitado, sem o melhor equipamento para guerra antissubmarino e por fim movidos ainda a vapor (justamente naquele período fazia-se a transição para motores a combustão interna), implicando difícil logística de reabastecimento em alto-mar. Os contratorpedeiros *Piahy* (CT-3), *Rio Grande do Norte* (CT-4), *Parahyba* (CT-5) e *Santa Catarina* (CT-9) serviam naquelas ocasiões como proteção antissubmarino.

Em 9 de agosto de 1918, a Divisão Naval aportou em Freetown, na Serra Leoa, de onde zarparia em 23 de agosto para Dacar – porto com condições inferiores de navegabilidade, mas melhor fortificado que São Vicente, como se evidenciara já no episódio do torpedeamento em novembro de 1917. A travessia Freetown – Dacar envolveu alerta e posicionamento de combate, com lançamento de cargas de profundidade em função da suspeita da presença de submarino. A memória mais associada a esta etapa do avanço da DNOG é, no entanto, a do surto de gripe espanhola, epidemia que se espalhava então por todo o mundo, vitimando combatentes e civis. A tripulação a contraiu em Freetown e dela vieram a falecer 156 militares, cerca de 10% da guarnição total (entre 1928 e 1931, os corpos seriam repatriados e inumados no mausoléu dos mortos do Brasil na Grande Guerra, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro).

De resto, não estava ainda claro àquela altura se a DNOG auxiliaria franceses, britânicos ou italianos – todos interessados em seu apoio –,



nem de que maneira se equacionaria o esquema hierárquico entre seu Comandante – o contra-almirante Pedro Max Fernando de Frontin – e o comandante das forças navais norte-americanas na Europa, o Almirante William Sims (questões que seriam de todo modo superadas com o armistício de novembro de 1918, coincidente com a chegada da Divisão Naval a Gibraltar). A relevância do pequeno triângulo São Vicente-Dacar-Freetown era no entanto há muito reconhecida como ponto de estrangulamento, e aumentara já em 1917, quando ali se passou a concentrar a formação de comboios navais. Em janeiro de 1918, o espaço entre Dacar e Cabo Verde (cerca de 450 km) foi formalmente declarado por Berlim como zona de guerra, concentrando aliás inimigos seus em Cabo Verde (São Vicente, Portugal), Senegal (Dacar, França) e Serra Leoa (Freetown, Reino Unido).

Neste contexto, a DNOG acordou com o Conselho Naval Aliado que seria possível destacar para operação o contratorpedeiro *Piauhy* (CT-3), que chegou a São Vicente

em 11 de setembro e reforçou o esquema de defesa já montado na ilha. Os historiadores portugueses Carlos Lopes e Augusto Salgado ressaltam que a passagem do CT-3 por Cabo Verde em 1918 "não se encontra bem documentada", demandando ulterior pesquisa arquivística. Eles referem no entanto que o contratorpedeiro comandado pelo capitão-de-corveta Alfredo de Andrada Dodswoth, além do mencionado patrulhamento de águas cabo-verdianas, teria prestado assistência a populações em São Vicente e na ilha de Santiago, onde está o porto da Cidade da Praia (capital do país). Articulada com a marinha portuguesa e tendo ainda vivo o episódio do torpedeamento do *Acary* e do *Guahyba*, sua missão teria se estendido até 19 de outubro, quando regressaria a Dacar para juntar-se novamente à DNOG.

INTERESSE ESTRATÉGICO DE CABO VERDE

O interesse estratégico de Cabo Verde, a justificar a presença da



DNOG e especificamente do *Pi-auhy* naquela área, não se resumia à importância de sua posição geográfica, relevante então como hoje e expressa de maneira dramática no torpedeamento dos dois mercantes; ou mesmo ao papel então desempenhado pelo Porto Grande como ponto de apoio no transporte marítimo entre o Brasil, a África Ocidental e o Atlântico Norte.

Em tempos de paz, a alternativa Dacar implicava à época dezoito horas adicionais de navegação para navios oriundos da América do Sul, encarecendo custos. O que aumentava naquela quadra a atenção ao Arquipélago - e a São Vicente em particular - era o fato de constituir ponto nodal para ligação de cabos submarinos controlados por empresas britânicas, que já havia muitos anos viabilizavam ligações telegráficas entre o Atlântico Sul e a Europa. Acrescidos os fatos de que a) do ponto de vista militar, São Vicente era muito vulnerável relativamente a Dacar, e b) que os Aliados – potências atlânticas afinal – usavam de maneira intensiva o transporte marítimo (mesmo na região

do Atlântico Sul, portanto fora do epicentro do conflito), era natural que se despertasse o interesse alemão.



Fragmentos de um torpedo que atingiu os navios brasileiros, retirado do fundo do porto de São Vicente.

Não é excessivo recordar que a memória desse interesse estratégico em situações de conflito havia sido reavivada recentemente, apenas duas décadas antes: em 1898,



quando esquadra espanhola partira de São Vicente para combater em Cuba contra os Estados Unidos; não sem gerar forte constrangimento diplomático em Portugal. Já em 1916, Lisboa havia declarado guerra às Potências Centrais (Prússia e Império Austro-Húngaro). A par de seu significado para a navegação, vale reiterar, a estação naval de Cabo Verde constituía para Portugal – e por tabela para o Reino Unido - uma das pontas de triângulo estratégico para comunicações, as outras duas situando-se nos Açores e em Lisboa.

Associando-se o Brasil ao esforço de guerra, tudo isto passava a interessar ainda mais de perto ao Rio de Janeiro: o Porto Grande era elo de ligação radiotelegráfica, não apenas entre Lisboa e África, mas do Brasil com a Europa, e da esquadra inglesa no Atlântico Sul com o almirantado em Londres. O Atlântico Sul ademais, por distante que estivesse do principal teatro de guerra, não deixara de ser engolfado por ela: já em dezembro de 1914 se dera inclusive batalha naval entre alemães e britânicos nas Malvinas

(vitória aliada). Em fevereiro de 1916, oito navios alemães foram apresados no Porto Grande. Não era portanto difícil contextualizar à época, seja a presença alemã naquele espaço, seja a agressão contra os mercantes brasileiros em São Vicente e a estruturação da DNOG.

Ao emergir da Grande Guerra, São Vicente perderia iniludivelmente para Dacar e para as Canárias o papel de escala mais importante nas rotas ligando o Atlântico Sul ao Norte. A despeito de sua localização estratégica e das excelentes condições de navegabilidade e ancoradouro, terá pesado algo neste sentido a sua carência de meios militares de defesa - patente no episódio do *Acary* e do *GuaHyba* - e o aproveitamento dos portos senegalês e espanhol como pontos de apoio mais seguros.

TORPEDEAMENTO DO ACARY E DO GUAHYBA EM SÃO VICENTE

As canhoneiras lusas *Ibo* e *Beira*, o posto de vigilância no Ilhéu dos Pássaros (na baía da ilha de São



No vapor brasileiro 55 *Acary* a carga de café perdeu-se completamente após o navio ter sido torpedeado no porto de São Vicente

Vicente) e as fortificações de João Ribeiro e Morro Branco (onde hoje funciona o Centro de Instrução Militar das Forças Armadas de Cabo Verde, com uma "Sala Brasil" inaugurada em 2017) terão possivelmente ajudado a repelir em 1917 duas outras incursões de submarinos - mas não lograram impedir no final daquele ano o torpedeamento do *Acary* e do *Guahyba*, consta que atraídos por cobertura oferecida aos alemães por navio espião caracterizado como mercante holandês. Este suspendera de Salvador dois

dias antes dos vapores brasileiros, levando sempre dois dias de vantagem sobre eles.

Na manhã de 2 de novembro de 1917, ambos foram fatalmente atingidos pelo *U-151* sob comando do *Kapitänleutnant* Waldemar Kophmehl: o *Guahyba* ao zarpar, e o *Acary* enquanto se reabastecia de carvão. Os feridos foram levados ao hospital do Mindelo, mas perderam a vida no episódio os fogueistas Antônio Moura Lima e Octaviano Vargas de Souza. Haviam descido à



casa de máquinas do *Guahyba* e receberam em cheio o impacto da explosão.

Como relatava em 15 de dezembro de 1917 o jornal *A Capital*, de Manaus, os marinheiros

pereceram afogados pelo enorme volume de água que se precipitou rombo a dentro

Os corpos não foram localizados, "desaparecendo com os restos do navio." Em entrevista publicada pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro em 22/11/1917, tripulante do *Guahyba* refere "um rombo de seis metros de extensão e quatro de largura". O Comandante do vapor, Capitão Paulo Guerra, logrou ainda assim voltar ao porto e intencionalmente encalhar em águas rasas.

CABO VERDE E BRASIL - ATLÂNTICO SUL, ZONA DE PAZ

Cem anos depois dos torpedeamentos perpetrados pelo *U-151*, em 2017 era possível a mergulhadores visitar na baía de São Vicente os vestígios - como numa cápsula do

tempo - de pelo menos um dos dois vapores brasileiros, ainda não identificado mas com localização conhecida. Aparentemente, a maior parte do que restou do *Guahyba* foi desmantelada, para facilitar manobras no porto. O episódio e a posterior passagem do *Piauhy* por Cabo Verde podem ser lembrados também por cariocas que se detenham no monumento à DNOG na Praça Mauá, ou por quem percorra no Porto Grande o Museu do Mar, de frente à baía de São Vicente. Em cerimônia ali realizada em 2 de novembro de 2017, marcando o centenário, o Embaixador do Brasil e o Diretor de Patrimônio Cultural cabo-verdiano descerraram placa comemorativa deste "importante capítulo da amizade entre Brasil e Cabo Verde", rememorando a acolhida das tripulações no Mindelo e celebrando no mesmo passo "a importância de que se reveste nos dois países a preservação do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação". Texto alusivo ao episódio e à DNOG foi lido na mesma ocasião pelo Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico do Brasil,



representando a Marinha do Brasil, na presença do Comando da Guarda Costeira de Cabo Verde.

A recuperação da memória dos dois mercantes torpedeados há cem anos e da passagem da DNOG pela África Ocidental não poderia servir de maneira mais expressiva à celebração da paz - e da importância do trabalho conjunto do Brasil e de Cabo Verde no início do século XXI, para manter o Atlântico Sul uma região livre de toda presença militar que não seja de cooperação.

BIBLIOGRAFIA

ALSINA JR., João Paulo Soares. *Rio Branco: Grande Estratégia e Poder Naval*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ARROQUE, Steafano; GASTAL, Bruno; RONCHI, Bruno; ROSA, Yuri. O petróleo e a Primeira Guerra Mundial: consequências operativas e planejamento estratégico. *Revista Perspectiva* (UFRGS). v.8, n.14, 2015.

BRASIL. *Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914*. Disponível em

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>> Acesso em 31 ago. 2018.

_____. *Decreto nº 3361, de 26 de outubro de 1917*. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>> Acesso em 30 ago. 2018.

COMO foram torpedeados o "Guahyba" e "Acary". *A Capital*, Manaus, primeira página. 15 dez. 1917.

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

GRASSI, Clarissa; PIOVEZAN, Adriane. Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial - Cemitério São João Batista (1928). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 219-236, 2014.

JACOBSEN, Rafael Bán. Rui Barbosa x Monteiro Lobato. *Amálgama*. Disponível em <https://www.revistaamalgama.com.br/06/2014/rui-barbosa-monteiro-lobato-primeira-guerra-mundial/>. Acesso em 2 out. 2017.



LOPES, Carlos Alves. Cabo Verde na Grande Guerra. *Momentos de História*. Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/001-grande_guerra/001-01-marinha/001-01-09-marinha_cabo_verde.html. Texto sem data. Acesso em 2 out. 2017.

LOPES, Carlos Alves e SALGADO, Augusto. Cabo Verde e o Brasil durante a Grande Guerra. *Navigador*, Rio de Janeiro, v. 13, n.25, p.11-24, 2017.

MATOS, Sérgio Campos. A Guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal. In *Estudos em Homenagem a João Francisco*

Marques. v.2. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p.160, 2002

MONTEIRO, Marcelo. *U-93: A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre: Besouro-Box, 2014.

O TORPEDEAMENTO do "Guahyba" e do "Acary". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3 (com chamada na primeira página). 22 nov. 1917

SOUZA, César Augusto Nicodemus de. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. *Revista da Cultura*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 24, Dez. 2014.

¹ BRASIL. *Decreto nº 3361, de 26 de outubro de 1917*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>> Acesso em 30 ago. 2018.

² BRASIL. *Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914*. Disponível em

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>> Acesso em 31 ago. 2018.

³ O "Porto Grande" de São Vicente, onde hoje atua Núcleo da Missão Naval da Marinha do Brasil.

Coreia – a guerra que nunca terminou

Guilherme Antônio Dias Pereira ^a

Resumo: O presente texto busca tecer uma análise da atual situação de confronto na região da península coreana, tendo como protagonistas a Coreia do Norte e os Estados Unidos da América juntamente com seus atuais aliados da região, a Coreia do Sul e o Japão.

Palavras-chave: Geopolítica, guerra nuclear, Ásia, Guerra da Coreia.

A península coreana é uma área historicamente conturbada, marcada por séculos de lutas intestinas e por sucessivas tentativas frustradas de ocupação desde o Império Mongol. Porém, a atual conjuntura deriva de um mal resolvido conflito logo após o final da 2ª Guerra Mundial, travado entre o sul da península até então sob domínio japonês, “libertado” pelas tropas americanas ao final da guerra, e o norte do país sob influência dos regimes comunistas das vizinhas China e União Soviética.

O conflito iniciou-se com uma bem sucedida invasão do Sul da Coreia pelos comunistas e com a tomada da capital Seul. As forças americanas aquarteladas no sul prepararam sua intervenção sob o comando do general Douglas MacArthur, então responsável pela administração militar do derrotado Japão e de sua antiga zona de influência, enquanto o Governo Americano pressionava as Organizações das Nações Unidas (ONU) em busca de uma resolução que fosse favorável à intervenção militar.

^a Analista de sistemas. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



A Guerra da Coreia começou para valer em 1950 e se arrastou por quase quatro sangrentos anos. Inicialmente, o revide das tropas americanas, sob chancela da ONU, empurrou os comunistas de volta à fronteira com a China. Esta, por sua vez, interveio ao lado da guerrilha comunista coreana de forma não oficial, fornecendo não só armamento de terra e ar, mas igualmente tropas de linha que, mais uma vez, pressionaram as forças da ONU em direção ao sul, ameaçando-as de uma derrota tão fragorosa que o general MacArthur chegou a cogitar no uso de armas nucleares para deter a enxurrada das tropas comunistas.

Finalmente, sob a pressão da União Soviética e da China no Conselho de Segurança da ONU e, diante da ameaça do conflito degenerar-se numa confrontação nuclear entre as duas superpotências de um mundo bipolarizado, foi estabelecido, em 1953, um “cessar fogo” ao longo do Paralelo 38, dividindo a Coreia em dois países: o Norte sob regime comunista e o Sul sob uma

ditadura de direita “disfarçada” garantida pelos americanos, algo semelhante ao que aconteceria com o Vietnã alguns anos depois.

Na prática, o “cessar fogo” jamais foi sucedido por um acordo de paz e o estado de permanente tensão e beligerância na fronteira do Paralelo 38 perdura até os dias atuais.

Todo esse imbróglio surgiu da conturbada situação geopolítica nascida do final da 2ª Guerra Mundial.

Antes que os canhões se calassem na Europa, em maio de 1945, o mundo já se via dividido entre o comunismo, capitaneado pela União Soviética e por seus países satélites europeus, e o Capitalismo, sob a influência dos Estados Unidos da América (EUA); a Europa Ocidental permanecendo isolada do Leste Europeu por uma “Cortina de Ferro”.

Esta situação explosiva, agravada pelo nascimento das armas atômicas de fissão, que logo se tornariam armas termonucleares de fusão de Hidrogênio, fez com que os interesses americanos de utilizar o arquipélago japonês com um porta-



aviões insubmersível na fronteira leste da Rússia Soviética superassem, rapidamente, seu rancor contra o Japão.

A Rússia Soviética, por sua vez, aproveitara o final da 2ª Guerra para invadir a Manchúria, então sob domínio japonês e, com um exército de 1,5 milhão de homens, numa manobra magistral muito pouco conhecida, cercar e derrotar o Exército Japonês de “Manchukuo” com seus mais de um milhão de homens fanatizados pelos ideais do “Memorial Tomaka”, o plano geopolítico japonês para a dominação do sudeste asiático.

Foi esta necessidade de trazer o Japão para o seu lado que levou os americanos a serem muito menos severos com os japoneses do que com seus aliados alemães.

O fato é que os japoneses cometeram, no pacífico, atrocidades, em especial na China, na Coreia e no Vietnã, que em nada ficaram devendo aos “carrascos nazistas das SS”. Muito pelo contrário, em não poucos casos, ultrapassando-os em barbárie. No entanto, à exceção de

casos antológicos como os dos generais Tojo e Yamashita, pouco se fez para apurar responsabilidades, mantido, inclusive, o Imperador Hirohito em seu trono.

Fato é que um profundo ressentimento destes povos para com o povo japonês permanece vivo até nossos dias. É nesse cenário cinzento, repleto de rancores, que surge a figura do ditador coreano Kim Jon-un, herdeiro de uma família de oligarcas que domina a Coreia do Norte há décadas.

Não seria novidade, mais um títere terceiro-mundista, não fosse pelo detalhe de ter ele, em suas mãos um tanto ou quanto descontroladas, um conjunto já razoável de artefatos nucleares e, pior, de seus “vetores de lançamento” com crescente alcance, já capazes, talvez, de alcançarem o próprio território americano.

Não seria tão preocupante se as ameaças insensatas do ditador coreano não encontrassem eco nos EUA em um “Falcão Republicano” egocêntrico como Donald Trump e se



não tivéssemos uma Rússia controlada por um Vladimir Putin que sonha eternizar-se como czar.

A situação, em que pesem os “panos quentes da ONU”, é complexa e delicada. No momento, o ditador coreano nada tem feito além de vociferar com uma retórica já de muito conhecida. O problema é que,

suicida com bombas sobre Guam, pobre paraíso tropical das Marianas, que tanto já sofreu nas mãos dos japoneses. Já ameaçou com artefatos nucleares o Alaska e a “Costa Oeste”, pobre Hollywood! Agora, chegou a vez do Japão. Por duas vezes, mísseis de médio e longo alcance cruzaram os céus das ilhas ja-



A Guerra da Coreia desestabilizou o continente asiático no pós-2ª Guerra Mundial. Seus reflexos são percebidos até os dias atuais

em seu contínuo blefe, ele não parece saber direito que alvo escolher. Já ameaçou os americanos de forma

ponesas numa aparente demonstração de força que traz em seu bojo uma velada ameaça. Será que o



“Ilustre Senhor” mudou de foco? Ou esse sempre foi seu “verdadeiro” foco? Seria, em sua concepção, uma “jogada de mestre” capaz de atrair a simpatia de todos os povos vitimados pela bárbara ocupação japonesa durante a 2ª Guerra Mundial. Será o Japão, hoje aliado dos EUA, o verdadeiro alvo? Afinal, o Japão, por seu recente e trágico passado, renunciou às armas nucleares e não permite sua presença no território metropolitano, embora feche os olhos para o arsenal de seu poderoso aliado transitando em seus mares interiores.

E se a Coreia atacar o Japão? Será que os americanos vão chegar a uma intervenção pelos japoneses que tanto lhes custaram em sangue na 2ª Guerra Mundial? Será que a Coreia do Sul que, até hoje, cobra desculpas formais ao Governo Japonês por suas atrocidades vai ficar muito triste? Será que a China, que padeceu um inferno nas mãos da ocupação japonesa, vai protestar com muita veemência?

Examinemos, de perto, este improvável cenário.

A Coreia do Norte, segundo os estudos estratégicos mais recentes, pode ter uma reserva de até 60 artefatos nucleares de baixa e média potência (de quilotons a até 1 megaton).

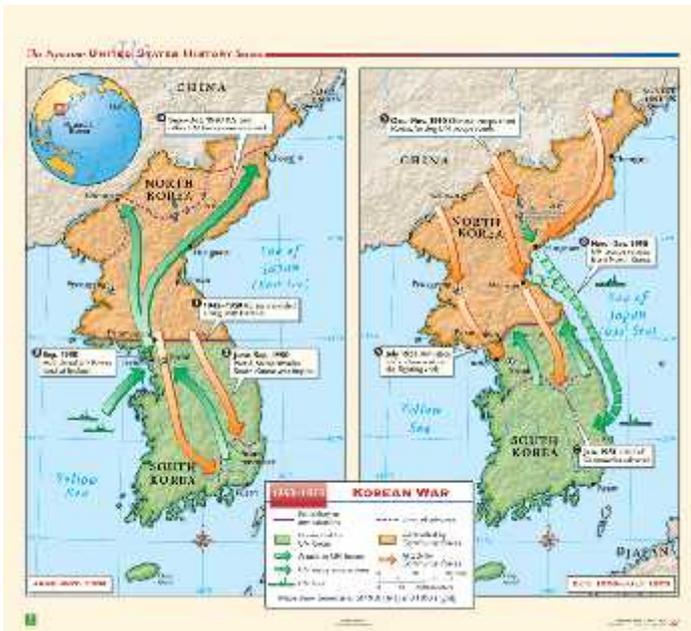
Como já foi noticiado e alardeado, um artefato termonuclear foi detonado de forma subterrânea pela Coreia do Norte recentemente, provocando um terremoto de grande magnitude, detectado na China e arredores. Todavia, pela potência da explosão pode se tratar de um artefato de “fissão melhorada”, uma arma atômica envolta por uma capa de Deutério e Trítio para potencializar seus efeitos.

O que sabemos de prático? Segundo analistas bem informados, é provável que a Coreia do Norte disponha de dez artefatos nucleares para pronto uso. Se forem de potência igual aos de Hiroshima e Nagasaki (entre dez e doze quilotons), podem causar um tremendo estrago se lançados sobre cidades (alvos de contravalor), mas qual a capacidade efetiva de lançamento dos coreanos?



Que eles têm mísseis de curto, médio e longo alcance, copiados dos chineses, é um fato. Se esses “vetores balísticos” têm capacidade de portar ogivas nucleares ou se as bombas nucleares norte-coreanas são portáteis o bastante para lança-

Bem, os EUA estão pressionando a ONU para a adoção de medidas severas de bloqueio econômico à Coreia do Norte, bloqueio que seria garantido por uma intervenção naval americana. Isso rapidamente sufocaria a Coreia, mesmo



Mapa mostrando as principais fases da Guerra da Coreia

mento, é uma questão em aberto.

Admitamos que sim. Como o presente cenário poderia evoluir para uma situação capaz de levar a um confronto?

que mercadorias essenciais continuassem fluindo das fronteiras terrestres da China e da Rússia.

Como a história já nos mostrou, esses bloqueios dificilmente



funcionam. O mais bem sucedido foi o de Cuba, que é uma ilha, mas a verdade é que Kruschev usou os mísseis de Cuba como moeda de troca para eliminar a ameaça dos mísseis Júpiter americanos instalados na Turquia em alerta de 5 minutos. A “crise dos mísseis” de Cuba é vendida como uma vitória americana e do “mundo livre”, mas, se houvesse realmente sido, Kruschev não sobreviveria ao natural expurgo que sofreria no Politiburo.

O último grande bloqueio marítimo e econômico movido contra um país foi o bloqueio contra o Japão pouco antes da 2ª Guerra Mundial, deu no que deu!

O Japão, uma “república”, melhor, um “Império de arroz” insular até a 2ª Guerra Mundial, desenvolveu seu “Memorial Tomaka”, versão asiática do “Espaço Vital” alemão. O Japão era um país militarizado, focado numa devoção fanática à seu Imperador, estrangulado economicamente pelas potências ocidentais, então resolveu tomar “na marra” as matérias primas e o espaço territorial que, a seus olhos, lhe era negado. Resultado, quase

cinco anos de uma guerra sangrenta ao final da qual as potências europeias, arrasadas e empobrecidas pelo conflito, tiveram de abrir mão de suas possessões ultramarinas. (isso não levando em conta a muito anterior ocupação da Manchúria pelo exército de Kwantung - 1931. Lembrar que, desde a vitória naval japonesa em Tsushima – 1904 – e a conseqüente perda de Port Arthur pelos russos, em 1905, o Japão se sagrara como uma respeitável potência militar).

Aos americanos, no fim da 2ª Guerra, restava a opção de, ou pagar um preço de 500 mil a 1 milhão de baixas para invadir o Japão ou destruí-lo com bombas nucleares. Bastaram duas, que também serviram como um aviso aos soviéticos que ainda não dispunham de armas semelhantes, o que desencadeou a “Guerra Fria”, que tirou o sono do mundo por 47 anos (em particular a seu ditador, Josef Stalin, que avançava, insaciável, sobre a Europa e que já destruíra o exército japonês de “Manchukuo”, podendo, igualmente, atacar as ilhas japonesas se



vislumbrasse ser esse um bom negócio).

Assim, é muito provável que um bloqueio não só não dobre o “obstinado coreano” como acabe levando-o a uma atitude desesperada que precipite uma situação insustentável. É irônico como se repetem erros históricos de avaliação, em especial político-estratégicos pelos EUA. Como todo ditador, ainda mais “ditador pobre”, seu regime vive, fundamentalmente, de ameaças e sucessos. O sufocar econômico poderá gerar descontentamento em seu principal sustentáculo, as Forças Armadas, o que poderá levá-lo a uma “desesperada” demonstração de força. Nesse caso, quem seria o mais provável alvo? Os EUA? Muito pouco provável, até porque a retaliação seria catastrófica para a Coreia. Os EUA possuem 18 submarinos nucleares porta mísseis Classe *Ohio*, fora os demais, num total “oficial” de 75 submarinos nucleares. Quatorze são equipados com 24 silos, cada qual com 1 míssil com alcance efetivo de 5 a 6 mil quilômetros, dotados com dez ogivas nucleares MIRV, com

estimados 100 quilotons cada (não esquecer que as bombas lançadas sobre o Japão em 1945 – Hiroshima e Nagasaki – eram bombas entre dez e doze quilotons). São 240 ogivas por submarino, 3.360 ogivas no total, ou seja, um único desses submarinos pode reduzir a Coreia a pó (os quatro submarinos restantes estão equipados com 150 mísseis *Cruise* cada. Segundo as últimas informações “oficiais” estão sendo desenvolvidas ogivas nucleares táticas para serem utilizadas neles).

Quem escolheria, então, a Coreia do Sul? Um único ataque nuclear contra Seul não só produziria um notável número de baixas civis, mas poderia funcionar como o prelúdio de uma invasão à qual o Exército Sul Coreano não conseguiria se opor. Se os EUA intervissem, teríamos um segundo Vietnã, que poderia envolver a China e, no final, os americanos seriam forçados a recorrer aos armamentos nucleares, desta feita, talvez, contra a China inclusive.

E o Japão? Bem, seria um alvo até “historicamente justificável”, uma espécie de “toma o troco”, que



não despertaria muita pena ou revolta nos demais povos da região. Espernariam um pouco na ONU, pura hipocrisia, mas por dentro estariam adorando! O problema? Os americanos, para não perderem a moral e um aliado poderoso, teriam que vir em defesa do Japão e dar o troco na Coreia do Norte.

Infelizmente, a península coreana faz fronteira com a China, conforme já mencionado, e com a Rússia. A fronteira russa é um quase deserto, mas a chinesa tem, em confrontação direta, Xangai e Pequim que sofrerão os efeitos deletérios da radioatividade por causa da direção das correntes de vento no hemisfério norte. Diante disso, a China, outro governo ditatorial que se sustenta na demonstração de força, vivendo um estranho sistema híbrido capitalista-comunista terá que retaliar para não perder seu espaço hegemônico no sudeste asiático e no extremo oriente. Então, ela terá que retaliar sobre alvos americanos, sejam eles no Japão, nas possessões ultramarinas (Guam, Midway, Pearl Harbor – como sempre, a história se

repetindo...) ou no próprio território metropolitano dos EUA.

A China tem, hoje, perto de 300 vetores e bombas nucleares e termonucleares, dessas, umas 200 são operacionais para uso imediato. Os EUA tem 9.970, destas, 2.750 prontas para uso imediato.

O problema é que retaliar sobre a China é criar um desastre nuclear sobre a Rússia e a Europa de proporções bíblicas, que fará de Chernobil uma bombinha de São João.

Os russos não vão deixar por menos e eles têm 7.300 vetores, 1.790 para pronto uso... Somados, os artefatos americanos e russos de pronto uso ultrapassam o “famoso” limiar dos 3 mil megatons, podendo mergulhar o mundo no caos da destruição em chamas do Armagedon Bíblico, seguido pelo Ragnarok, o “Crepúsculo dos Deuses” da mitologia germânica, a morte no frio e na escuridão, se o confronto se der no verão do hemisfério norte. Isso tem um nome técnico; “ESCALADA”.

Em suma, adeus civilização humana! Ironicamente, o restante



do “mundo armado” acumula, “apenas”, 1.433 ogivas nucleares, das quais aproximadamente 1.000 em estado de prontidão.

O que pode ser feito? Não podemos esperar “bom senso” do ditador coreano. Não podemos esperar muita coisa do Presidente Trump. Putin é um oportunista e um excelente jogador de xadrez como bom russo. Fará o que acredita ser o melhor para ele em que pesem os riscos.

Então, a coisa fica por conta dos chineses que, de imediato, terão mais a perder. No momento, caberá a eles conter seu “pequinhês” enfurecido.

De prático, passada a “crise”, acredito, como tantas outras já se passaram sem maiores consequências, é hora de pensarmos seriamente o que fazer com todo esse arsenal que, há tanto, acumulamos. Não sejamos infantis em acreditar num desarmamento, mas precisamos, conscientemente, trabalhar para uma significativa redução desses arsenais nucleares, químicos e biológicos a um ponto “sustentável”, digamos, 100 a 200 megatons

por potência em mísseis MIRV de 1 megaton com dez ogivas de 100 quilotons cada. Já dá para fazer uma “senhora lambança”, mas nos mantendo a salvo do extermínio. Quem sabe, um dia, chegaremos lá!

A questão é simples; domar o poder nuclear ou nos prepararmos para a EXTINÇÃO! Domar a “fera” que se esconde em nosso âmago, predadores que somos. O maior predador social já surgido sobre a face deste “pálido ponto azul”...

Permitir que nossa história seja marcada pelos grandes vultos individuais que nossa inteligência nos gerou ao longo das eras e não por nossa fraticida e hedionda estupidez coletiva! A escolha é nossa. Sempre foi... Nenhum DEUS, nenhum ET “bonzinho” virá, no último minuto, em nosso socorro.

Esperemos, então, fazê-la sabiamente...

Tributo a um verdadeiro herói

Reis Friede^a

Resumo: Heróis são qualificados, nesta especial condição, por ostentarem, na visão do senso comum, o que comumente se denomina de "super poderes", razão pela qual suas respectivas percepções, no imaginário coletivo, acabam sendo associadas ao mundo infanto-juvenil.

Palavras-chave: Heróis, Exército, imaginário, liderança

Heróis realmente existem no contexto da vida cotidiana. Eles são, em essência, simples seres humanos que, mesmo desprovidos de poderes especiais (ou extraordinários), conseguem, utilizando-se das mesmas ferramentas terrenas que o criador outorgou a todos (indistintamente), um reconhecido (e merecido) destaque através de suas *ações*, - corroboradas por corajosas *atitudes* -, que facilmente poderíamos acreditar como quase que impossíveis de serem realizadas.

Heróis, portanto, efetivamente existem no mundo real. não se trata de uma simplória fantasia humana.

Heróis, igualmente, não nascem prontos (exceto no mundo de nossa imaginação).

No contexto dimensional da mais genuína realidade existencial, são invariavelmente forjados (e lapidados) pelas duras circunstâncias da vida e somente adquirem esse raro título através da corajosa superação de todos os (aparentemente intransponíveis) *obstáculos* (e toda

^a Desembargador Federal e Diretor do Centro de Cultura da Justiça Federal. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



sorte de *tentações*), aos quais a maioria dos demais seres humanos, quando submetidos, simplesmente sucumbe.

Heróis verdadeiros, nesta condição, também são anônimos, uma vez que trabalham duro e, em regra, nos bastidores, sem jamais sequer cogitarem buscar as luzes dos holofotes (e toda sorte de benefícios pessoais); são personagens altruísticos que objetivam única e exclusivamente o bem-estar de seus compatriotas e da nação como um todo.

Heróis, da mesma forma, são naturalmente incomuns e normalmente só os conhecemos (e principalmente seus *feitos*) nos relatos que se encontram consignados em livros e outros meios de registros. Logo, é sempre um imensurável privilégio quando o criador nos outorga o extraordinário privilégio de conhecê-los pessoalmente. E, mais ainda, quando eles *coexistem*, dividindo, com a nossa pessoa, o mesmo *espaço-tempo* e permitindo, por fim, a especial deferência do convívio próximo e real e, particularmente, pessoal.

Vale acrescentar que heróis, além dos mais diversos atributos, têm, ainda, o dom especial da *sabedoria*, que vai muito além dos limitados conceitos de *inteligência racional* e de *conhecimento técnico-acadêmico*, traduzindo-se em uma extraordinária fusão de *inteligência emocional*, *equilíbrio* e *serenidade*.

Neste particular, não posso deixar de registrar (e, particularmente, confidenciar) que eu me considero uma pessoa abençoada, pois tive o privilégio de não só testemunhar a existência de verdadeiros heróis, como, por exemplo, Orlando Geisel, que, na gestão do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1970-74), comandou o Exército Brasileiro, mesmo debilitado por um tifo (e também acometido por um grave enfisema pulmonar) -, mas, muito além disso, ter convivido (e a imensurável honra de continuar a conviver) com uma dessas figuras raras e singulares; e por que não dizer, em tom coloquial, simplesmente fantásticas.

Refiro-me ao general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, nobre comandante do Exército Brasileiro.



Ele foi (e continua sendo) um aguerrido combatente de todas as (extremas) dificuldades (e, particularmente, hábil e discreto gestor da grave crise política) pelas quais o nosso país vem atravessando nos últimos anos. Foi (e continua a ser) o baluarte da sensatez. Foi (e continua a ser) a voz da *razão*, da *estabilidade*, mas sobretudo do amor ao nosso País, em um triste momento em que a *raiva*, o *rancor* e o *ódio* pareciam estar vencendo uma batalha épica.

Destacou-se, ainda, não somente pelo atributo da *coragem*, mas, particularmente, pela virtude de *superação* do infortúnio de uma difícil enfermidade, colocando o amor pelo Brasil (e a prevalência do bem comum, além da tranquilidade do povo verde e amarelo) acima de seu próprio bem-estar em prejuízo, inclusive, de sua saúde. Literalmente arriscou a sua vida (e sobrevivência) em um conflito sutil, sem tiros (e sem a consequente promoção publicitária), e onde o verdadeiro heroísmo oculta-se ou no anonimato ou mesmo na (lamentável) incompreensão dos que ignoram a

gravidade e os riscos da realidade sócio-política nacional.

Ainda que talvez não venha a desfrutar, em vida, o merecido reconhecimento de seus méritos (a exemplo de praticamente todos os heróis nacionais) e de sua importância na construção de um grande legado (até porque não busca e jamais buscou tal protagonismo), a história haverá, a seu tempo, de homenagear esse grande herói e, mesmo que assim não o faça, os verdadeiros brasileiros, amantes da nação verde e amarelo, o farão, em harmonia com a justiça divina do criador.

Tudo que interesse à democracia ou... Nosso horizonte político seria diferente. Há quem ache que essa apatia é traço de nossa cultura. Ou que as relações entre a esfera pública e sociedade civil estão tão esgarçadas, que a gente brasileira não se reconhece mais no Estado que ela mesma elege.

O general Bertoldo Klinger e a sua Ortografia Simplificada Brasileira

Manoel Candido de Andrade Netto ^a

Resumo: O General Bertoldo Klinger, Supremo Comandante das Forças Paulistas na Revolução Constitucionalista deflagrada por São Paulo em 09 de julho de 1932, foi um “Jovem Turco” que além de desenvolver suas atividades militares foi um intelectual de projeção na primeira metade do século XX. Assim é que produziu 26 livros e publicou artigos em 22 periódicos. Mantinha em um jornal do Rio de Janeiro, duas folhas internas inteiras onde publicava assuntos diversos escritos na Ortografia Simplificada Brasileira criada por ele.

Palavras-chave: Linguística, Primeira República, Jovens Turcos

A Ortografia Simplificada Brasileira (OSB) visava escrever as palavras como elas eram pronunciadas. Assim eliminava as diferentes maneiras de se escrever um mesmo som. As regras criadas por ele se resumiam a doze conceitos que, em sua opinião, resolviam todos os problemas de grafia e eliminava a diversidade de sinais para traduzir um mesmo som. Todos os livros que

editou apresentavam em sua primeira página as regras estabelecidas para a grafia das palavras na Ortografia Simplificada Brasileira.

Faremos um estudo apresentando um esboço biobibliográfico ou seja um resumo da história de vida e das posições adotadas pelo General Bertoldo Klinger que é pouco conhecido pelos brasileiros em geral e em seguida vamos dar

^a Coronel de Engenharia e das Forças Especiais. Associado titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



uma notícia ainda que ligeira sobre a Ortografia Simplificada Brasileira por ele criada.

ESCORÇO BIBLIOGRÁFICO

Para apresentar o Gen Klinger eu fiz uma pesquisa normal na literatura disponível nas bibliotecas e na internet e conferi os dados encontrados no livro da autoria dele *Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil*, editado em 1958 pela Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, que consta do acervo da biblioteca do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Bertoldo Klinger nasceu na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em 1º de janeiro de 1884, filho do imigrante austríaco Antônio Klinger que mais tarde seria major da Guarda Nacional e de sua mulher Suzana Ritter, que era descendente de alemães.

Seu tipo físico caracterizava-se pela baixa estatura e calvície acentuada. Realizou os estudos básicos em colégios de sua cidade natal

sendo dois deles alemães e um francês. Em 1899 matriculou-se na Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo. Em 1901 se transferiu para a Escola Militar da Praia Vermelha, tornando-se Alferes Aluno em 1903. Durante o curso normal dessa escola contraiu beribéri, sendo por isso licenciado, quando retornou ao Rio Grande do Sul para tratamento. Em 1904 foi rematriculado na Escola Militar. Em novembro desse ano tomou parte na Revolta contra a vacina obrigatória que fora instituída pelo Governo Rodrigues Alves. O movimento foi sufocado sendo presos todos os alunos que dela participaram, inclusive ele.

A Escola foi fechada, mas, em 1º de setembro de 1905, foi decretada a anistia aos participantes da revolta. Em 1906, depois de um reestudo do *currículum*, com o objetivo de eliminar os exageros teóricos, a escola foi reaberta e Bertoldo Klinger foi matriculado no “curso especial” de Engenharia e Estado-Maior.

Formou-se, em 1908 e foi em seguida incorporado à comissão construtora da Vila Militar.



Entre 1910 e 1912 fez um estágio no exército da Alemanha juntamente com mais 21 oficiais do Exército Brasileiro. Retornando ao Brasil em 1913 tomou parte na fundação da Revista *A Defesa Nacional*, da qual seria o redator chefe nos períodos de 1913 a 1915 e de 1918 a 1920.

Ele e os demais estagiários do Exército Alemão passaram a ser conhecidos como “Jovens Turcos”, em analogia aos jovens oficiais do Exército da Turquia que tendo estagiado no Exército Alemão revolucionaram e modernizaram as tropas do império Otomano no início do século XX.

O Exército Brasileiro sentia a necessidade de buscar no exterior uma missão militar capaz de trazer novas ideias, indicar nova organização e modernizar a instrução militar. Os grandes e fortes candidatos para enviar uma missão de instrução ao Brasil eram as duas potências da época a Alemanha e a França. A primeira defendida pelos “jovens turcos” e a segunda pelo general Cardoso de Aguiar.

Porém o Ministro da Guerra, general Caetano de Farias não era partidário da contratação de nenhuma missão, pois julgava ele que ficaríamos vinculados a uma potência europeia, e o ideal era que tivéssemos a nossa própria doutrina militar.

Difícilmente a guerra de trincheira poderia ser ideal para o Teatro de Operações Sul-americano. Assim é que encontrou um jeito de criar uma equipe de instrução genuinamente nossa. Mudou os critérios de nomeação dos instrutores da Escola Militar. Os instrutores que eram nomeados por indicação passaram a ser selecionados por concurso.

Inicialmente foram poucos os voluntários, mas depois o número foi aumentando e alguns dos “jovens turcos” tornaram-se instrutores. Essa equipe de instrutores passou a ser conhecida como “Missão Indígena”. O final da “Grande Guerra”, com a França sendo a grande vitoriosa, motivou sua contratação. A missão indígena foi eclipsada pela “Missão Francesa”, embora sua atuação estivesse ligada



principalmente a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado Maior.

O general Cardoso de Aguiar assumiu o Ministério da Guerra em substituição ao general Caetano de Farias, quando foi assinado o contrato com a missão Militar Francesa e, entre outras coisas, foi organizada a Aviação Militar Brasileira.

Klinger foi contra a contratação da “Missão Militar Francesa”, trabalhando para o fortalecimento da Missão Indígena, quando foi nomeado Adido Militar da embaixada brasileira no Peru.

Em 1924 colaborou com a Revolta Tenentista, finda a qual foi preso. Afastou-se dos “tenentes” por discordar de suas atitudes políticas. Em função disso foi considerado um traidor por eles. Sua oposição ao tenentismo foi confirmada quando combateu a Coluna Miguel Costa/Prestes em Mato Grosso e Goiás em 1925.

Em 1930 cooperou com a Aliança Liberal tendo apoiado ativamente o grupo que, sob a liderança do general Tasso Fragoso, afastou efetivamente Washington Luís da

Presidência da República. Com a deposição do Presidente da República foi nomeado Chefe de Polícia do Distrito Federal, ocasião em que proibiu a realização de manifestações públicas e comícios.

Era contra a entrega do Governo aos revolucionários, porém quando Getúlio Vargas foi empossado telegrafou a Osvaldo Aranha, Ministro da Justiça, tecendo elogios a revolução.

Em 1931 foi promovido a general de brigada, porém as desavenças com os tenentes levaram a seu afastamento do governo sendo transferido para Mato Grosso para chefiar a Circunscrição Militar daquele estado. Lá, como uma de suas primeiras providências, proibiu a filiação ao Clube 3 de Outubro, o clube dos Tenentes.

Teve projeção nacional as manobras que realizou na região de Nioaque, cuja situação geral era inspirada no episódio épico que ficou conhecido como “A retirada da Laguna”.

Em 1932 enviou uma carta extremamente ofensiva ao General de



Divisão Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, que substituiria o general Leite de Castro como Ministro da Guerra. Nela traduziu a sua revolta ao fato do ministro não ter sido general na ativa e nem sequer ter o curso de estado-maior. Ele estava na reserva há nove anos razão pela qual “de militar só tinha a lembrança e a pensão”. Por tudo isso o julgava incapaz de exercer o elevado cargo para o qual fora nomeado e que ele não teria capacidade de entender e divulgar pelo Exército Brasileiro

os modernos ensinamentos que a Missão Militar francesa estava trazendo para o Brasil. Por esta razão foi reformado administrativamente.

Disciplinadamente passou formalmente o Comando da Circunscrição Militar do Mato Grosso, que chefiava, para seu sucessor imediato, o coronel Saturnino de Paiva. Com isso não conseguiu levar para

São Paulo os seis mil homens e artilharia que os revoltosos constitucionistas esperavam ansiosamente.

Com o início da Revolução, foi nomeado pelos paulistas Comandante Supremo das Tropas Constitucionalistas



General Bertoldo Klinger

Durante a revolução se indispôs com diversas personalidades importantes do movimento. Uma delas foi o próprio coronel Euclides Figueiredo que comandava a frente do Vale do Paraíba. Um avanço maior de Figueiredo em direção ao Rio de Janeiro

iria tornar a sua retaguarda desprotegida possibilitando um avanço dos mineiros para o sul pela região do Túnel isolando-o da capital de São Paulo. Por isso mandou que Figueiredo não avançasse o que transformou a campanha constitucionalista em uma improdutiva guerra de trincheiras. Outro atrito que podemos apresentar como exemplo foi



com o político gaúcho João Neves da Fontoura.

João Neves da Fontoura depois de três tentativas conseguiu fugir do Rio de Janeiro para São Paulo em um avião de 80 HP pilotado pelo proprietário, o inglês Rowland. Ao visitá-lo no hospital Santa Catarina onde estava baixado em consequência de ferimentos recebidos em 23 de julho, na explosão da Bombarda experimental projetada pela Escola Politécnica de São Paulo. Na demonstração na qual era realizado tiro real, uma das granadas explodiu dentro do tubo causando a morte do comandante da Força Pública, coronel Júlio Marcondes Salgado e do capitão José Marcelino da Fonseca.

Durante a visita, cobrou de Klinger os seis mil homens que deveria ter levado de Mato Grosso para São Paulo. O diálogo estabelecido motivou o afastamento dos dois que deveriam ser aliados. O diálogo foi duro:

– Trouxe a tropa de Mato Grosso?

– Julguei dispensável contando com as promessas do Rio Grande do Sul.

Ao término da revolução, com a derrota militar de São Paulo, foi exilado em Portugal. Ao ser anistiado, voltou em 1934 ao Brasil.

Somente em 1947 foi readmitido no Exército Brasileiro passando em seguida para a reserva.

Faleceu em 1969 no Rio de Janeiro.

Deixou 26 livros editados e escreveu em 22 periódicos, tudo na Ortografia Simplificada Brasileira, criada por ele.

ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA BRASILEIRA

A língua portuguesa falada no Brasil apresenta algumas características importantes que levaram o Gen Bertoldo Klinger a imaginar que poderia de alguma forma simplificar a sua escrita, pois são comuns os sons emitidos serem grafados de maneira diversa.

Para que tenhamos uma ideia de que a escrita por ele apregoada pode apresentar alguma dificuldade na leitura corrente apresento duas



palavras para que os leitores procurem ler e entender os seus significados: *Ecitação* e *Xoce*.

Estas palavras estão escritas como são pronunciadas embora na linguagem oficial elas devam ser escritas assim: *Equitação* e *Choque*.

Procurando escrever as palavras da maneira como as pronunciava criou a Ortografia Simplificada Brasileira. Para a sua utilização descomplicada elaborou algumas regras que possibilitaram a rápida assimilação de seus princípios e a de sua utilização imediata. Estas regras variaram ao longo do tempo em função das simplificações motivadas pelo avanço normal da linguagem. Como exemplo podemos citar a eliminação, da consoante dupla. Na década de 1920 eram usadas na ortografia oficial a grafia de certas consoantes dobradas como, por exemplo, em *commando*, *villa*, *meter*, *effectivo*, *effeito...* que a evolução normal da ortografia oficial eliminou a grafia da segunda consoante ficando: *comando*, *vila*, *meter*, *efetivo*, *efeito...* Assim a primeira abordagem da OSB em suprimir as

consoantes dobradas na escrita comum por desnecessária, pregada pelo general Klinger, foi aceita e abolida da nossa escrita normal.

Talvez isso tenha sido um passo dado pelo mundo oficial para de alguma forma mostrar que o general Klinger poderia ter razão nas suas ideias de simplificar a grafia das palavras. O mesmo aconteceu com os dois esses. Com os dois erres, já que o erre pode ter som fraco ou forte foram mantidas as duas formas como veremos em seguida.

Para regular e definir os princípios de sua OSB, Klinger partiu de algumas ideias que transcrevemos abaixo da maneira como ele deixou escrito:

- o “Sem Ortoalfabeto é impossível aver Ortografia.”
- o “No Ortoalfabeto não á letra muda, nem letra polivalente: cada letra – só ela – representa um fonema – só ele,”
- o “Na ortografia é invariável a escrita dos fonemas, como invariável é a leitura dos símbolos.”
- o “Etimolojia e Uso têm relevante papel, *sine qua non*, na



constituição, no recrutamento do vocabulário; feito isso, termina, porém, seu papel: entra em ação a ortografia, para ficar fielmente para os olhos o que a boca emitiu, o ouvido percebeu. Portanto a Ortografia alfabética só pode ser pronúncia, fonética. Seu instrumento é o Ortoalfabético, de símbolos necessários e bastantes, sônicos, simples, diretos e invariáveis. Direto quer dizer que o nome do símbolo é exatamente o do próprio fonema que ele representa”.

o “Como fonemas os fonemas elementares são:

A, bê, sê, dê, ê, fé, ge, jê, i, lê, me, nê, ô, pê, cê, rrê, rê, te, u, vê, xê, zê. As correspondentes letras privativas são: A, b, s, d, e, f, g, i, j, l, m, n, o, p, c, r, s, t, u, v, x, z”.

o “Na falta de dois símbolos distintos para os dois graus, forte e fraco, do fonema rrê ou rê, e quando não for adotado o que falta, considera-se o r como forte, salvo entre vogais, nessa posição vale fraco e quando a pronúncia acentua o forte escreve-se rr.”

Referir – resistira – necessário – atenderíamos – território – mineiro – aterrar – oras – terra – reiteradas –

o “O fonema composto **lhe** e **nh** representa-se por **lh** e **nh**, emquanto não se adota símbolo simples próprio; é a única aplicação do h.”.

Istórico – Emrice

Para o caso de PH e CH: já existem sons que dispensam o seu uso (F e X):

Pharmacia = Farmacia

Chave = Xave

o “A vogal nasal **a** escreve-se **ã** (til sobreposto); emprega-se também o til, sobreposto à primeira vogal, nos ditongos nasais **ãe**, **ão**, **õe**. Nos casos da nasalidade da vogal é grafada pelo **m** posposto. O **n** nunca é mero sinal nasal.”

- **distância**

o “A distinção no emprego de **s** e **z** é: **s** para o plural e nas sílabas terminais de nomes coletivos e invariáveis, medial quando seguidas de outra consoante forte (f, p, c, r, t); nos demais casos...z”.

- **treis – Augusto – notícias – nosas – vistoza – designados**

o “S com som de CÊ, CI, ÇÃO, ÇA e SS”

Oficial – Ligação – Constitucionalista – Aviação – pre- zema -- impasientavaom – nesecário – Sitação – Suisídio –



**Comstrusão - emerjemsia re-
seber – estabelesido - aosilio –
imcumbêmsia – siênsia -
comsesões**

o “X com som de S:”

**Esterior — Espedisão – pró-
simo – extraordinário**

o “S entre vogais com som de
Z:”

**Pouzo – vistóza - ocazião -
aprezentasão**

o “X com som de Ch:”

Xegamos - Xegar

o “C com som de Qu”

**Escuadrilha - parce de avia-
são – cem – ceriaom – ce – aci-
zisão - porcê**

**Destace – pice-nice - gia de
ecitasão – Emrice –**

Todos os princípios da OSB constam de publicações feitas em livros editados pelo Gen Klinger:

- em 1940: “Ortografia Simplificada brasileira – Solução Radical para o Problema da Ortografia”. Pela Editora Americana.

- em 1941: “Um Ano da Ortografia Simplificada Brasileira” ... 126 páginas

- em 1948: “Oito anos da Ortografia Simplificada Brasileira”, 115 páginas

- em 1953: “Ano XIV da Ortografia Simplificada Brasileira”... 104 páginas pela Gráfica Laemmert.

Depois de todos estes comentários vamos ler dois textos tirados de um livro escrito pelo general Bertoldo Klinger para que possamos fixar alguns dos conceitos que apresentamos acima.

Para mostrar que Bertoldo Klinger não foi o único brasileiro a pensar em simplificar a grafia das palavras e como curiosidade comentamos a publicação da revista *Veja* nº 38 de 19/07/2014, na qual o Professor Ernani Pimentel apresentou uma OSB que avançava um pouco e atualizava os conceitos defendidos pelo Gen Klinger. Pequenas diferenças são indicadas como por exemplo:

- para o Gen Klinger: ce = que

- para o professor Ernani: qe =

que

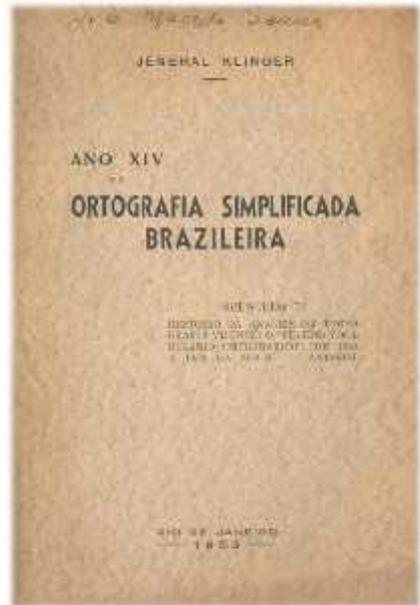


O fato curioso é que o Professor Ernani Pimentel juntamente com o Professor Pascoal Cipro Neto pertenciam ao grupo técnico da Comissão de Educação do Senado para discutir o Acordo Ortográfico.

Concluindo, nós procuramos traçar em rápidas pinceladas a trajetória de vida do general Bertoldo Klinger começando menino no Rio Grande do Sul, matriculando-se nas Escolas Militares onde estudou artilharia e engenharia. Estagiou no Exército da Alemanha por dois anos onde adaptou-se a disciplina do Exército prussiano e retornando ao Brasil tornou-se um “jovem Turco” que aspirava pela contratação da Alemanha para fornecer uma Missão de Instrução para modernizar o EB. Apoiou a “missão Indígena”. Comandou o Exército Constitucionalista na Revolução de São Paulo em 1932 e foi exilado em Portugal. Anistiado voltou ao Brasil.

Procuramos transmitir alguns princípios e uma notícia sumária de sua Ortografia Simplificada Brasileira. Deixou muitas obras e artigos publicados utilizando a Ortografia Simplificada Brasileira nas quais dá

seu testemunho da história pátria na primeira metade do século XX .



Capa da *Ortografia Simplificada Brasileira*, publicada em 1953 e assinada pelo “General Klinger”

RESENHA

A Grande Guerra no Atlântico português¹

Antônio José Telo
Augusto Alves Salgado

TELO, Antônio José; SALGADO, Augusto Alves. *A Grande Guerra no Atlântico português*, v.1. Lisboa: Fronteira do Caos, 2018.

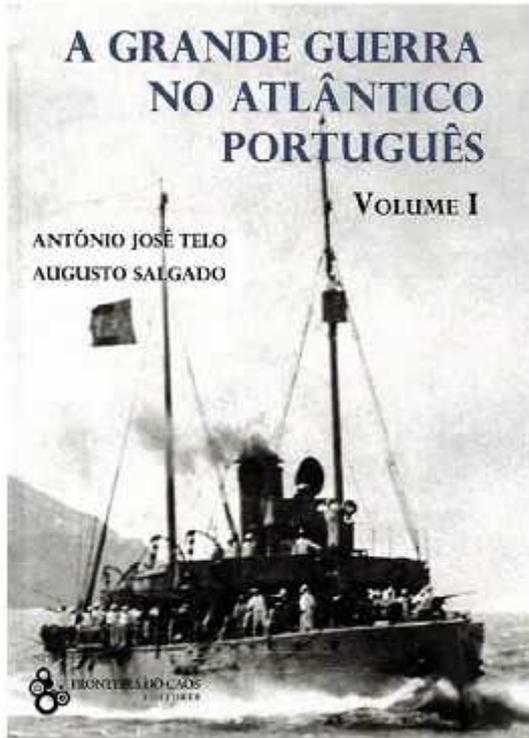
A Grande Guerra (1914-1918) foi considerada, por alguns autores, como “a guerra para acabar com todas as guerras”. Essa visão utópica não se sustentou historicamente, e o conflito marcou a abertura sangrenta de um dos períodos mais violentos da história da humanidade, que Eric Hobsbawn definiu como “o breve século XX”.

Resultado de profunda pesquisa histórica desenvolvida por Antônio José Telo e Augusto Alves Salgado, dois dos mais respeitados historiadores militares contemporâneos de Portugal, após mais de três

anos de trabalho e da consulta de documentação inédita, em arquivos nacionais e internacionais, como da Alemanha, Inglaterra, Estados- Unidos e da França, *A Grande Guerra no Atlântico Português* é centrado nos efeitos da guerra nas águas Atlânticas portuguesas. O objeto central do livro é o acompanhamento da guerra naval no Atlântico português nestes anos, em uma perspectiva diferenciada de qualquer outro trabalho anteriormente escrito.

A pesquisa abrange Portugal continental, os arquipélagos dos

¹ Resenha elaborada pelo Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz.



Açores e de Cabo Verde, englobando, naturalmente a Madeira, e tem, como tema, o papel desempenhado pela Armada e pela Marinha Mercante portuguesas no que foi o maior conflito naval até então registrado, um período marcado não por grandes batalhas navais, mas por centenas de confrontos entre pequenas unidades, em uma área muito

vasta. Em termos geográficos engloba um amplo espaço marítimo, demarcado pelos paralelos de Finis-terra e de Cabo Verde, respectivamente a Norte e a Sul, e pelos Açores e o litoral continental de Portugal, a Oeste e Este. É uma ampla zona, que abarca cerca de um terço do Atlântico.

O professor Antônio José Telo destaca como o conflito representou



uma aceleração da tecnologia bélica, que terminou por envolver Portugal:

A Grande Guerra é um acelerador da mudança, em todos os campos mas em particular no tecnológico. É a altura em que múltiplas tecnologias chegam à maturidade e começam a produzir resultados. Isso é notório no campo naval. É a maturidade da guerra submarina que surpreende toda a gente, a começar pela Alemanha, que tinha uma frota submarina mínima quando começou a guerra. Ninguém esperava a dimensão daquela ameaça que põe em risco as comunicações oceânicas. É o nascimento também do poder aeronaval. Portugal é diretamente envolvido nisto. A guerra submarina liga-se ao Atlântico português e o poder aeronaval é utilizado pelos Estados Unidos ao criar a base naval dos Açores, em 1917, uma estação de hidroaviões para os fuzileiros americanos. Portugal é diretamente envolvido e vai receber apoio dos Estados Unidos, nos Açores, e da França, com a base aeronaval em São Jacinto, Aveiro.

O comandante Augusto Salgado, que além de historiador é

mergulhador e arqueólogo subaquático, aponta o prosseguimento das pesquisas, no sentido de expandir o conhecimento histórico sobre a participação de Portugal na Grande Guerra:

Juntos ainda não sabemos, mas em termos individuais estou a trabalhar numa série de áreas que têm a ver com o património cultural subaquático. Um destes 72 navios está afundado na entrada da barra do Tejo. É o *Patrão Lopes*, um navio de salvamento que vai ter um papel importante na Marinha portuguesa até 1936, quando se afunda. Eventualmente vou começar com a 2ª Guerra Mundial porque temos aviões, navios e submarinos afundados nesse período nas nossas águas. O trabalho não para.

Profusamente ilustrado com imagens a cores e preto e branco de alta qualidade, o livro é uma fonte historiográfica indispensável para todos aqueles que se propõem a estudar a história militar e a história naval.

Relação dos associados do IGHMB - 2018

Associados titulares

Nº	PATRONO	NOME
01	Alfredo d'Escragnolle Taunay	João Rafael Mallorca Natal - Cel Inf Aer
03	José Maria da Silva Paranhos Jr	Renato Jorge P. Restier Junior - Prof
05	Almirante Antônio Coutinho Gomes Pereira	Francisco Carlos Pereira Cascardo - CMG
10	Coronel Sena Madureira	Cláudio Skora Rosty - Cel
13	Almirante Arthur Silveira da Motta	Alfredo de Souza Coutinho Filho - CF
15	Gen Div Augusto João Manuel Levergé	Carlos André Lopes da Silva - CC
17	General Jacob de Niemeyer	Durval Antunes M. P. A. Nery - Gen Bda
19	General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira	Maristela da Silva Ferreira - Ten Cel
20	General Eduardo José de Moraes	Guilherme D' Andréa Frota - Prof
21	Coronel Carlos Emílio Jourdan	Fernando Velôzo Gomes Pedrosa - Cel
25	Acadêmico Euclides Rodrigues P. da Cunha	Manoel Cândido de Andrade Netto - Cel
28	José Feliciano Fernandes Pinheiro	Paulo Fernando de A. Maranhão - Prof
31	Marechal José Bernardino Bormann	Lausimar José Zimmermann - Ten Cel
32	Almirante José Cândido Guillobel	Charles Klajman - Cel
35	General José Inácio de Abreu Lima	Carlos Roberto Carvalho Daróz - Cel
39	General José Vieira Couto de Magalhães	Eurico Lima Figueiredo - Prof
50	Alte Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim	Edina Laura Costa N. da Gama - CMG
51	General Augusto de Tasso Fragoso	Severino de Ramos B. da Paixão - Gen Bda
54	Engenheiro André Pinto Rebouças	Marco Antônio Cunha - Cel
56	Engenheiro Augusto Severo de Albuquerque Maranhão	Marco Túlio Freire Batista – Cel Av
57	Marechal Pedro Alcântara Bellegarde	Heider Antunes Ramiro de Lima - Cel
58	Marechal Luís Alves de Lima e Silva - Duque de Caxias	Carlos Alberto Naccer - Cel
60	Marechal do Ar Alberto Santos Dumont	Luiz Pedro Miranda da Costa - Cel Av

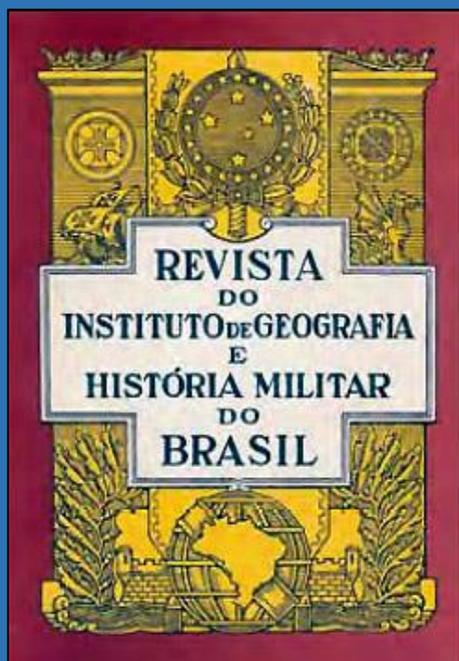


61	Padre Bartolomeu de Gusmão	Antonio Celente Videira - Cel Av
63	Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo	Joel Francisco Correa - Cel
64	Engenheiro Pandiá Calógeras	Marcos Henrique Côrtes - Embaixador
65	Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon	Renato Cezar Tibau da Costa - Gen Ex
66	Coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro	Sérgio Roberto Morgado - Gen Bda
67	Gen Eurico Fernandes Souza Docca	Gilberto Barbosa de Figueiredo - Gen Ex
69	Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Rodrigues	Manuel Cambeses Júnior - Cel Av
70	General Valentim Benício da Silva	Walter Nilton Pina Stoffel - Gen Bda
71	Almirante Joaquim Marques Lisboa - Marquês de Tamandaré	Armando de Senna Bittencourt - V Alte
72	Marechal Manoel Luiz Osorio - Marquês do Herval	Roy Reis Friede - Desembargador
73	Brigadeiro Antonio de Sampaio	Carlos Alexandre de Almeida Costa - Sgt PM
74	Marechal Emílio Luís Mallet	Paulo Cesar de Castro - Gen Ex
76	Almirante Francisco Manuel Barroso	Claudio da Costa Braga - CMG
78	General Francisco Jaguaribe G.de Mattos	Darzan Neto da Silva - Cel
79	Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes	Israel Blajberg - Prof
81	Tenente Henrique Duque Estrada Soares	Aureliano Pinto de Moura - Gen Div
86	General João Henrique Böhn	Antônio Ferreira Sobrinho - Cel
87	General Joaquim Xavier Curado	Paulo André Leira Parente - Prof
89	Acadêmico Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac	Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras - Prof
91	Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	Marcello José Gomes Loureiro - CC
92	Tenente Brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley	Vagner Camilo Alves - Prof
93	Almirante João Prado Maia	Guilherme Mattos de Abreu - C Alte
95	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco	Guilherme Antônio Dias Pereira - Prof
97	Marechal do Ar Eduardo Gomes	Carlos Alberto Leite da Silva - Cel



98	Marechal Mário Travassos	Ulisses Lisboa Perazzo Lannes - Gen Div
100	Escritor Gastão Penalva	Sérgio Tasso Vásquez de Aquino - V Alte
102	Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho	Regina Bibiani Morgado - Profª
103	Coronel Francisco Ruas dos Santos	Cesar Augusto A. de Almeida Lacerda - Cel
105	Professora Therezinha de Castro	Marcio Tadeu Bettega Bergo - Gen Bda
106	Tenente Brigadeiro do Ar Deoclécio de Siqueira	Luís Mauro Ferreira Gomes - Cel Av
107	Almirante Armando A. Ferreira Vidigal	Francisco Eduardo Alves de Almeida - CMG
108	General Carlos Meira Mattos	Hiram de Freitas Câmara - Cel
109	Coronel Professor Celso José Pires	Roberto de Castro Barcellos - Cel
111	Coronel Joaquim V. Portella Ferreira Alves	Adler Homero Fonseca de Castro - Prof
112	Coronel João Batista Magalhães	Cesar Machado Domingues - Prof
113	General Flamarion Barreto	Gilberto Rodrigues Pimentel - Gen Div
114	General Tristão de Alencar Araripe	Claudio Luiz de Oliveira - Cel
117	Almirante Max Justo Guedes	Pierre Paulo da Cunha Castro - CMG
118	Marechal José Pessoa C. Albuquerque	Valterian Mendonça - CMG
119	General Severino Sombra de Albuquerque	Ricardo Pereira Cabral - Ten
120	Almirante Manoel José Nogueira da Gama	Jonei Coelho Muniz - CT

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 77 N° 105 2018

ISSN: 0020-3890